

RUTH TAINÁ APARECIDA PIVETA

**ENUNCIADOS DA MÍDIA SOBRE MORTES DE JOVENS DA PERIFERIA:
uma análise a partir do jornalismo impresso**

ASSIS

2018

RUTH TAINÁ APARECIDA PIVETA

**ENUNCIADOS DA MÍDIA SOBRE AS MORTES DE JOVENS DA PERIFERIA:
uma análise a partir do jornalismo impresso**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis para a obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Aparecida Valderramas Gomes

ASSIS
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

P693e Piveta, Ruth Tainá Aparecida
Enunciados da mídia sobre as mortes de jovens da periferia: uma análise a partir do jornalismo impresso / Ruth Tainá Aparecida Piveta. Assis, 2018.
143 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr^a Claudia Aparecida Valderramas Gomes

1. Juventude e violência. 2. Jovens pobres. 3. Jovens. 4. Periferias urbanas. 5. Jornalismo. I. Título.

CDD 301.4315

RUTH TAINÁ APARECIDA PIVETA

**ENUNCIADOS DA MÍDIA SOBRE AS MORTES DE JOVENS
DA PERIFERIA: uma análise a partir do jornalismo impresso**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico em PSICOLOGIA (Área de Conhecimento: PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 02/02/2018

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: Profa. Dra. Claudia Aparecida Valderramas Gomes - UNESP/ASSIS



Membros: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza - UNESP/ASSIS



Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano - UEL/LONDRINA

*Dedico este trabalho à juventude das
'quebradas' brasileiras.*

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa me ensinou um tanto de coisas e, entre tantas, aqui escolho dizer daquela que me forja pesquisadora: o pensar e produzir coletivo de uma Psicologia crítica, ética, política e implicada com a vida e com a afirmação das diferenças. Não pesquisamos sozinhos. Desde a questão que nos motiva às conversas compartilhadas em cafés, bares, aulas, atendimentos, tudo participa da produção do objeto pesquisado e também da nossa produção enquanto pesquisadores. Nesse sentido, alguns agradecimentos merecem ser feitos, com a intenção de perpetuar, neste trabalho, a coletividade que me compõe:

Agradeço à Claudia Aparecida Valderramas Gomes pela orientação desta pesquisa e por aceitar pensar e produzir comigo este trabalho.

À querida mestra e amiga Sonia Regina Vargas Mansano, por me acompanhar, de diversas formas, nas minhas aventuras de pesquisar, da iniciação científica à banca de defesa desta dissertação de mestrado.

Ao querido Leonardo Lemos de Souza, por me apresentar delicadezas teóricas e afetivas, por se permitir amigo e por aceitar fazer parte dessa minha trajetória acadêmica.

De forma muito especial, agradeço à minha querida Fabiane Muzardo, pela companhia bonita nesses tempos, por todas as conversas, leituras atentas, indicações, pelo afeto que nos atravessa.

À minha amiga, presente da UEL afirmado pela UNESP, Talita Machado Vieira, que tanto contribuiu nesse tempo de mestrado e que me relembra sempre o valor da amizade.

Ao meu sagui, Flavia Fernandes de Carvalhaes, por estar junto desde as perguntas iniciais que motivaram esta pesquisa, por compartilhar comigo as dores e as alegrias do trabalho com adolescentes e jovens e por me ensinar levezas.

Ao meu nego, Herbert Proença, amigo e companheiro nessa trajetória de mestrado, de estradas, de tardes de estudos despretensiosas e por me fazer poesia.

Aos professores e amigos, Paulo Roberto de Carvalho e Alexandre Bonetti Lima, pelas contribuições preciosas para esta pesquisa.

Às amigas e amigos londrinenses que estiveram e estão comigo, pensando e produzindo a vida com requintes de beleza, me ensinando sobre luta e militância, Valéria Barreiros, Danielly Sarzy, Roberth Miniguine Tavanti, Juarez Barbosa, Sara

Gladis Toninato, Sergio Fuji, Luciana Daefiol, Arielle Sversut, Mariana Borges, Luciana Alonso.

Às amigas e amigos da Pós-graduação, que fizeram desse tempo de mestrado um tempo de riso, beleza, acolhimento e aprendizado constante: Fabio Morelli, Molise Magnabosco, Carolina Villanova Heguedusch, Danielly Mezzari, Tassiana Carli, Alexandre Esposito, Juliana Bessa, Clarck Melindre, Tatiane Pecoraro, José Sterza Justo, Mariele Correa. Admiro vocês, minhas queridas e meus queridos!

Aos amigos e colegas de luta e militância da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina, em especial à Maria Edna Chagas, Sandra Coelho, Sandra Nishimura, Ana Cristina Goés Fuentes, Nivea Polezer e Maysa Procopio Utyamada, por todo apoio pessoal e institucional durante esses anos.

À minha família, por me ensinar sobre raízes e voos. Em especial à minha avó, Maria de Lourdes Perez Piveta (*in memorian*), por desde pequena me fazer olhar as pessoas com delicadeza e por sempre acreditar que eu poderia ir além.

De forma muito especial, agradeço aos adolescentes e jovens que atendi e atendo no meu cotidiano de trabalho e que tanto me ensinam sobre resistências. Em especial, Gustavo (*in memorian*), para que nunca se esqueça, para que permaneça vivo.

Juventude viva! Juventude resiste!

*[...] quando eu me estreito no beco feito pros meninos “p”
de (in)próprio
eu me perco
e peco por não saber nada
por não me saber geógrafa
invejo tanto esses menino mapa*

*percebe, esses menino desfilam moda
havaiana azul e branca e preta número 35 / 40 e todos
que é tamanho exato pro seu pé número 38*

*[...] os menino sabem nem escrever
mas marcam os beco tudo
com caquinhos dos tijolo
pcc! prucê vê, vê ... vê? num vê!*

*na quebrada do menino passa nem ônibus pro centro da capital
isso me parece um sinal
é tipo uma demarcação de até onde ele pode chegar*

*e os menino malandrão faz toda a lição
acorda cedo e dorme tarde
é chamado de função
queria casa
mas é fundação.*

*tem prestígio, não tem respeito
é sempre o suspeito de qualquer situação*

*“ceis” já pararam pra ouvir alguma vez o sonho dos menino?
é tudo coisa de centímetros
um pirulito
um picolé
um pai uma mãe
um chinelo que lhe caiba nos pés*

*aviso:
quanto mais retinto o menino
mais fácil de ser extinto*

*seus centímetros
não suportam 9 milímetros
esses meninos
sentem metros*

(Luz Ribeiro, Menimelimitros)

PIVETA, Ruth Tainá Aparecida. **Enunciados da mídia sobre as mortes de jovens da periferia: uma análise a partir do jornalismo impresso**. 2018. 143f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2018.

RESUMO

Este estudo toma como objeto de análise a produção de enunciados pela mídia impressa sobre as mortes de adolescentes e jovens da periferia brasileira. A partir de uma perspectiva histórica, buscou-se analisar a relação entre discurso midiático e a produção de verdades e sentenças sobre essa parcela da juventude, tendo em vista que, em larga escala, a mídia, na contemporaneidade, tem assumido um estatuto de verdade em relação à temática aqui abordada, produzindo a ideia de periculosidade da juventude e a sensação de insegurança disseminada. Parte-se do pressuposto de que as imagens que vêm se articulando historicamente em nossa sociedade em relação à juventude pobre, incidem na produção de uma série de efeitos na vida desses jovens, culminando em práticas de violência e de morte, sendo tal prática de violência endereçada, principalmente, à juventude pobre, negra e habitante de territórios considerados periféricos. Nesta pesquisa, são analisadas notícias sobre assassinatos de jovens de quinze a vinte e nove anos veiculadas por um jornal impresso de uma cidade do interior do Paraná, utilizando como recorte o ano de 2012. A partir dessa análise, problematizam-se as formas como tais enunciados veiculados pela mídia legitimam práticas de exclusão e marginalização desse segmento da população.

Palavras-chave: Juventude e violência; Jovens pobres; Jovens; Periferias urbanas.; Jornalismo

PIVETA, Ruth Tainá Aparecida. **Statements by the media about the deaths of young people: an analysis from print journalism**. 2018. 143f. Dissertation. (Master in Psychology) – School of Sciences, Humanities and Languages, São Paulo State University (UNESP), Assis, 2018.

ABSTRACT

This study takes as an object of analysis the production of statements by the print media about the deaths of adolescents and young people from the Brazilian periphery. From a historical perspective, we sought to analyze the relationship between media discourse and the production of truths and sentences about this part of youth, considering that, on a large scale, the media in contemporary times has assumed a status of truth in relation to the theme addressed here, producing the idea of danger of the youth and the sensation of widespread insecurity. It is assumed that the images that are articulating historically in our society in relation to the poor youth, affect the production of a series of effects in the life of these young people, culminating in practices of violence and death, being this practice of violence addressed mainly to the poor, black and inhabitant of peripheral territories. In this research, we analyze news about the murder of fifteen to twenty-nine year old youngsters carried by a printed newspaper from a city in the interior of Paraná, using as a cut-off the year of 2012. Based on this analysis, we discuss the ways in which such statements formulated by the media legitimize practices of exclusion and marginalization of this segment of the population, as well as end up naturalizing and trivializing these deaths.

Keywords: Youth and Violence; Young poor; Young, urban peripheries; journalism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplos de tipos morfológicos em delinquentes	27
Figura 2 - Grupo de menores ao chegarem à escola para serem matriculados	30
Figura 3 - Reportagem do jornal O Globo de 1925 sobre menino acusado de matar homem no centro do Rio de Janeiro	32
Figura 4 - Visita de deputados ao Instituto Macedo Soares, em São Gonçalo, que recebia menores infratores	36
Figura 5 - Jovens do Movimento estudantil durante a ditadura militar.....	41
Figura 6 - Notícia sobre sepultamento de jovem morto em conflito entre polícia e estudantes em manifestação	42
Figura 7 - Crianças e jovens do MNMMR ocupam a Plenária da Câmara para debater aprovação do ECA	44
Figura 8 - Jovem do MNMMR discursando em ocupação da Plenária da Câmara para debater aprovação do ECA	44
Figura 9 - A notícia da morte no jornal – recorte	87
Figura 10 - A notícia da morte no jornal – folha inteira.....	88
Figura 11 - A notícia da morte no jornal – folha inteira 2.....	89
Figura 12 - A notícia da morte no jornal – recorte 2	90
Figura 13 - A notícia em pequenas notas.....	91
Figura 14 - A notícia em pequenas notas 2.....	92
Figura 15 - Notícia de assassinato de um jovem trabalhador.....	93
Figura 16 - Notícia que aborda aspectos raciais	95
Figura 17 - Notícia-espetáculo	100
Figura 18 - Fotografia de homicídio.....	101
Figura 19 - Notícia sobre aumento de homicídios na cidade.....	102
Figura 20 - Fotografia de Homicídio 2	103
Figura 21 - Infográfico Mapa da Violência em Londrina	104
Figura 22 - Notícia de assassinato	109
Figura 23 - Notícia de morte de jovem suspeito	110
Figura 24 - Notícia do jovem criminoso	113
Figura 25 - Notícia de capa sobre violência policial.....	115
Figura 26 - Notícia sobre mortes cometidas por policiais	116
Figura 27 - Fotografia de um jovem morto	121
Figura 28 - Infográfico ‘Disputa de gangues’	122

Figura 29 - Notícia de morte de jovem não identificado	124
Figura 30 - Notícia sobre morte por disparo supostamente acidental	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de homicídios por AF no Brasil a cada 100 mil habitantes por idade (2014)	49
Gráfico 2 - Probabilidade de ser vítima de homicídio por idade, segundo a raça/cor	51
Gráfico 3 - Quantidade de notícias sobre mortes de jovens no Jornal Folha de Londrina no ano de 2012	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Enunciados articulados ao Eixo 1	98
Quadro 2 - Enunciados articulados ao Eixo 2	108
Quadro 3 - Enunciados articulados ao Eixo 3	120

LISTA DE SIGLAS

AF - arma de fogo

ANDI - Agência de notícias dos direitos da infância

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 RETRATOS DA JUVENTUDE DAS CLASSES POPULARES NO SÉCULO XX	22
2.1 Primeiro retrato: a juventude a ser tratada	24
2.2 Segundo retrato: a juventude a ser corrigida.....	30
2.3 Terceiro retrato: a juventude como questão social	38
3 IMAGENS CONTEMPORÂNEAS DA JUVENTUDE DAS PERIFERIAS: A VIOLÊNCIA EM CENA.....	47
3.1 A violência em números: quando a juventude é o alvo	48
3.2 A violência enquanto fenômeno social: atravessamentos subjetivos	54
3.3 Violência urbana: os modos de habitar a cidade	58
3.4 A violência autorizada: o jovem negro e pobre como suspeito por excelência ...	61
4 O DISCURSO MIDIÁTICO E A PRODUÇÃO DE VERDADES NO TECIDO SOCIAL	64
4.1 A mídia como prática discursiva.....	64
4.2 Mídia e jornalismo brasileiros: intencionalidades e parcialidades.....	68
4.3 A produção da noticiabilidade dos acontecimentos.....	71
5 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	79
6 NOTÍCIAS EM CENA: AS MORTES DE JOVENS NO JORNAL FOLHA DE LONDRINA	87
6.1 A violência disseminada no tecido social: a sociedade do medo	97
6.2 Texto jornalístico – linguagem policial: crime e castigo	108
6.3 A banalização da vida e da morte	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS.....	134

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda como problemática um fenômeno que tem atravessado o cenário brasileiro de forma bastante expressiva nas últimas décadas: a violência letal cometida contra uma parcela da juventude do país, em específico, jovens pobres, negros e moradores de territórios considerados periféricos. Essa violência, fruto de relações históricas, tem sido, por uma série de estratégias e práticas, silenciada, legitimada e subnotificada. Por ela, as vidas perdidas tornam-se apenas números e porcentagens em dados estatísticos, geralmente noticiados por mídias locais.

O desejo em debruçar-me academicamente sobre essa questão parte de uma série de experiências advindas do cotidiano de trabalho como psicóloga na Política de Assistência Social. Nesse contexto de trabalho, são recorrentes os relatos sobre adolescentes e jovens assassinados – em seus territórios, em supostos confrontos com a polícia, em conflitos com outros jovens. Mortes que parecem ser naturalizadas e que, pouco ou nada, causam de comoção social; mortes que não têm visibilidade. Esses jovens que morrem carregam um estigma, uma marca de diferenciação, que os assinala como uma parcela da sociedade sob a qual a regra válida é a “lei da bala”¹ e para os quais, muitas vezes, existem somente dois destinos de vida possíveis: “o cemitério ou a cadeia”, como os próprios jovens costumam dizer.

Nessa trajetória de trabalho, dois acontecimentos marcaram a pesquisadora de forma expressiva, conduzindo às questões que aqui trabalharemos. Primeiramente, um adolescente que era por mim atendido foi assassinado em sua casa a tiros, na presença de sua mãe, de quatro irmãs e do padrasto. Em segundo lugar, com muita proximidade de tempo, vivenciei a morte de uma amiga de vinte e cinco anos, vítima de um tiro disparado por um policial militar. Ambos os fatos foram carregados de contraste quanto às formas de visibilidade e comoção: da amiga, notícias em âmbito interestadual, do adolescente, uma breve nota em um jornal policial da cidade onde ocorreu o fato.

¹ Como “lei da bala” aqui compreendemos a ideia, amplamente disseminada entre a burguesia conservadora de nosso país, de que para a resolução das questões sociais só haveria um caminho: a morte dos criminosos. Inclusive, vale ressaltar a existência de uma frente parlamentar que defende o armamento da população, apelidada de “bancada da bala”, que representa de forma emblemática esse discurso no campo político brasileiro.

À época desses acontecimentos, ficou evidenciada a questão de que a morte da amiga, branca, de classe média e artista – morte reclamada e vida reivindicada por um número expressivo de pessoas e coletivos – ultrapassava o campo das minhas relações pessoais e me levava a questionar quais os mecanismos que tornam algumas mortes mais sentidas do que outras em nossa sociedade.

Ao buscar alguns caminhos possíveis para pensar essa questão, nos apoiamos conceitualmente nas discussões sobre o conceito de enunciado ² em Foucault (2012a). Esse pode ser definido como “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2012a, p. 105). Trata-se de uma perspectiva da construção histórico-social dos discursos, tomando como pressuposto que o campo discursivo participa efetivamente da produção de saberes e práticas sociais disseminadas em determinado tempo histórico. Para o autor, em relação aos enunciados que circulam sobre determinado tema, há que se levar em consideração as formas como eles se conectam aos campos discursivos, como são construídos e imbuídos de significados a depender das relações estabelecidas no espaço-tempo. Nesse sentido,

trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 2012a, p. 34).

Desde essa perspectiva, os enunciados só podem ser compreendidos em sua relação com o tempo histórico no qual são originados. Pode-se dizer, portanto, que o enunciado é localizado, materializado, datado, múltiplo e variável, sendo que “para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-lo com todo um campo adjacente” (FOUCAULT, 2012a, p. 118). A respeito dessa produção social dos

² No Dicionário comum da Língua portuguesa, *enunciar* significa exprimir, declarar, expor ou manifestar. Diz-se do enunciado como aquilo que é expresso ou declarado como proposição ou exposição. (FERREIRA, 2010). Em Filosofia, o termo *Enunciado* significa 1. Expressão lingüística de sentido completo, que é verdadeira ou falsa. 2. Qualquer expressão lingüística de sentido completo. Nesse sentido, mais estritamente gramatical, o termo indica não só a expressão declarativa (asserção ou proposição), como também as dúvidas, os comandos, as exortações, as apóstrofes, etc., frases que não podem ser declaradas verdadeiras ou falsas (ABBAGNANO, 2007, p. 390).

enunciados, intimamente relacionada à história e às relações de poder, pode-se afirmar que:

A produção do discurso em nossa sociedade é indissociável de uma série de procedimentos de controle, de seleção, de organização e de redistribuição dos enunciados e dos sujeitos, procedimentos estes voltados para afastar os poderes e os perigos do discurso, para dominar seu aparecimento aleatório, para esquivar sua própria materialidade (ALVAREZ, 1999, p. 74 ³apud LEMOS; CRUZ; SOUZA, 2014, p. 8).

Os enunciados, portanto, são dispositivos políticos em uma sociedade. E, de certa forma, olhar com cuidado para as maneiras como são articulados para dar conta de certo fato social é, também, apreender algo de como essa sociedade enxerga e age em relação a esse fato. Logo, são acontecimentos discursivos atravessados por uma série de elementos histórico-sociais que os produzem. Diz Fischer:

[...] o enunciado em si não constituiria também uma unidade, pois ele se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem: ele é “sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (p. 32); trata-se de “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que (estas) apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FISCHER, 1996, p.105).

Deleuze, em seu livro chamado “Foucault”, afirma que o enunciado “é o “Diz-SE” como murmúrio anônimo” (DELEUZE, 1991, p. 28-29). Para além de quem diz, faz-se necessário pensar como essas práticas discursivas se atualizam, se produzem e reproduzem na vida social, e quais os efeitos sociais advindos dessas formas de dizer. Nesta pesquisa, apoiados por esses autores, analisamos os discursos e imagens, que circulam em um veículo de comunicação, sobre as mortes de jovens das periferias. Tomamos a mídia impressa como campo discursivo de análise, tendo em vista que essa, na atualidade, participa efetivamente na produção de saberes e verdades que circulam socialmente, junto a outros campos discursivos como o saber científico, por exemplo. Nesse sentido,

[...] mais do que “colocar no ar” uma série de enunciados de várias formações discursivas diferentes – formações que disputam, na sociedade, uma espécie de “hegemonia das significações – a mídia,

³ ALVAREZ, M.C. Michel Foucault e a ordem do discurso. In: CATANI, A.M.; MARTINEZ, P. (Org.). **Sete ensaios sobre o Collège de France**. São Paulo: Cortez, 1999.

suponho, constrói, reforça e multiplica enunciados seus, em sintonia ou não com outras instâncias de poder (FISCHER, 1996, p.123).

Ademais, a mídia pode ser tomada como um dos dispositivos que participa da formação de opiniões públicas nos distintos grupos sociais, pois dissemina, por meio de recursos discursivos e imagens, enunciados imbuídos de uma representação da “verdade”, sustentando e construindo sentidos e significações sociais (MENDES, 2013). Para tanto, lança mão de diversas estratégias, “processa discursos produzidos em múltiplos campos e re-utiliza saberes de outras autoridades” (HENNIGEN, 2006, p. 48).

Tendo em vista a perspectiva da historicidade tomada como premissa neste trabalho, alguns elementos históricos auxiliam na composição da questão da violência cometida contra a juventude no Brasil. A esse respeito, a historiadora Vera Malagutti Batista, em seu livro “Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro” (2003), realiza um trabalho de retrospectiva da construção da ideia do jovem criminoso e, conseqüentemente, perigoso a partir da relação da juventude do Rio de Janeiro com o narcotráfico. Nesse estudo, a autora evidencia a vinculação entre a pobreza, a exclusão social, as estratégias de punição da vagabundagem e a correção da juventude pobre e negra. E ainda nota que, desde a década de 1970, havia uma diferença no tratamento jurídico dado aos jovens de classe média em detrimento aos jovens das classes populares (BATISTA, 2003). Em relação a essa tese defendida pela autora, Alessandro Baratta, no prefácio do livro supracitado, afirma que

A história da criminalização dos jovens pobres do Rio começa no amanhecer da abolição da escravidão e termina com o início do grande processo de emancipação marcado pela Constituição e pelo Estatuto. No meio, está um século de desigualdade e discriminação, de autoritarismo e de manipulações urbanísticas, legislativas e policiais direcionadas ao controle repressivo e à guetização das sucessivas gerações de ex-escravos. Uma história que, através dos mecanismos sociais, políticos e culturais [...], e devido às razões acima expostas, ainda subsiste (BARATTA, 2003, p. 33).

Não obstante, ainda que a afirmativa acima se refira ao caso carioca, é possível estendê-lo para a sociedade brasileira como um todo, tendo em vista que as marcas da escravização e as desigualdades sociais compõem nossa história enquanto povo. Neste estudo, portanto, pretende-se retomar esses elementos históricos, que constroem uma imagem dessa juventude específica como signo de risco e perigo, e relacioná-los à mídia como dispositivo que tem produzido discursos

com estatuto de verdade em relação aos jovens das periferias. Discursos esses que acabam por justificar práticas violentas em relação a essa população, compreendendo que a mídia traduz, da forma como lhe convém, um conjunto de enunciados que participam da conformação dessa imagem acerca da juventude das classes populares.

Buscar compreender sob quais estratégias o extermínio da juventude brasileira tem sido justificado e legitimado torna-se assunto de extrema importância, tendo em vista que se trata de uma população que, ao menos no que está preconizado pelas legislações nacionais e internacionais, deveria estar sendo protegida e incentivada ao crescimento pessoal. O cenário posto nos mostra que essa proteção é seletiva e não se atualiza para todos como direito de fato. Assim,

Não podemos esquecer que há vítimas nas duas pontas, mas a vítima televisada é sempre a branca. Ocorre a exploração da dor e dos sentimentos para criar consensos sem debate, sem aprofundamento, com uma única versão, produzindo a criminologia do senso comum. Toda essa técnica de neutralização faz com que não nos identifiquemos com os pés negros, cheios de sangue, dentro daqueles lençóis (BATISTA, 2009, p. 219-220).

Tendo em vista que pesquisar implica em posicionamentos políticos, no sentido de um tensionamento de forças e de uma desconstrução de relações previamente instaladas, esta pesquisa justifica-se por trazer à cena a discussão dos enunciados midiáticos dessas mortes que têm sido expostas, neutralizadas, naturalizadas e/ou legitimadas na nossa sociedade. Justifica-se também por mapear e compreender os efeitos dessas práticas discursivas no cotidiano.

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar os modos como as mortes de adolescentes e jovens de quinze a vinte e nove anos ⁴, das periferias, são enunciadas na mídia impressa, a partir das notícias veiculadas pelo jornal Folha de Londrina, editado na cidade de Londrina-PR, utilizando como recorte o ano de 2012. Com base nisso, foram delineados quatro objetivos específicos, a saber: 1) Investigar como se constituiu historicamente a ideia da juventude perigosa no Brasil, tendo como marcadores as áreas de conhecimento ligadas à medicina, ao direito e à sociologia; 2) Problematizar a violência contra jovens no Brasil, tendo como parâmetros a raça, a classe social e a territorialidade; 3) Analisar a participação da

⁴ Trabalharemos com o recorte de 15 a 29 anos por se tratar da faixa etária compreendida como juventude a partir da Lei Federal Nº 12.852 de 2013, que institui o Estatuto da Juventude no Brasil e delimita qual a população a ser considerada jovem no território nacional.

mídia como produtora de verdades disseminadas e legitimadas no campo social e, por fim, 4) Dar visibilidade às maneiras como os enunciados veiculados pelo jornal analisado legitimam práticas de exclusão e marginalização desse segmento da população.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, denominado “Retratos da juventude das classes populares”, buscamos situar historicamente as formas como, no século XX, práticas discursivas advindas de três campos científicos – medicina, direito e sociologia – se articulam na vinculação da juventude pobre à criminalidade e à transgressão, criando a imagem do jovem delinquente que deve ser corrigido, punido. O capítulo foi construído a partir de três retratos relacionados aos campos científicos mencionados: a juventude a ser tratada, a juventude a ser corrigida e a juventude como questão social. Cada um deles apresenta pontos convergentes, ligados à correlação entre juventude, pobreza e criminalidade. Apontamos que essa correlação, que vai se forjando discursivamente a partir dos três campos de conhecimento tomados em análise, exerce efeitos sociais de verdade, que acabam por legitimar a ideia de uma juventude potencialmente perigosa que deve ser tratada, punida ou, numa prática mais extrema, exterminada.

No segundo capítulo, intitulado “Imagens contemporâneas da juventude das periferias: a violência em cena”, realizamos um levantamento de dados estatísticos relacionados à violência letal cometida contra a juventude brasileira e, posteriormente, uma análise conceitual da questão das expressões da violência no tecido social. Os documentos analisados mostram que há um processo de extermínio da juventude em curso, que se intensificou a partir dos anos 1980, no qual o homicídio tornou-se a principal causa da mortalidade juvenil, sendo homens jovens negros e pobres os principais alvos dessa violência.

O terceiro capítulo, denominado “O discurso midiático e a produção de verdades no tecido social”, apresenta uma discussão sobre a mídia e o jornalismo impresso, compreendidos desde uma perspectiva histórica e como prática discursiva atravessada por interesses políticos, econômicos e de classe. A partir dos elementos discutidos no capítulo, é possível observar que a mídia dissemina uma série de enunciados que, articulados, conformam uma imagem em relação à juventude das classes populares, com contornos de homogeneidade e universalidade. Isso produz efeitos sociais significativos que vão desde a estigmatização dessa população à justificação de atos de violência e extermínio contra esses jovens.

O quarto capítulo apresenta os aspectos metodológicos, descrevendo a unidade de análise da pesquisa, os procedimentos que nortearam a coleta dos dados, bem como a organização e sistematização das notícias para auxiliar nas análises posteriores.

O último capítulo, “Notícias em cena: as mortes de jovens no Jornal Folha de Londrina”, apresenta as análises produzidas a partir das notícias sobre mortes de jovens encontradas no referido jornal. As análises são apresentadas em dois momentos: primeiramente uma exposição relacionada a aspectos diagramáticos, das formas como as notícias aparecem no jornal. Após, são apresentados os três eixos analíticos a partir dos quais os enunciados das notícias foram analisados, a saber: 1) A violência disseminada no tecido social: a sociedade do medo; 2) Texto jornalístico – linguagem policial: crime e castigo; 3) A banalização da vida e da morte. As análises apontam que a mídia tem contribuído significativamente na produção de silêncios, invisibilidades e indiferença social frente à morte de jovens a partir da utilização de estratégias discursivas que produzem, reproduzem e disseminam enunciados que reforçam imagens de periculosidade atribuídas aos jovens das periferias, apresentados como inimigos sociais que devem ser combatidos, controlados e, em última instância, eliminados.

Ao longo desta pesquisa, trouxemos à cena elementos históricos, estatísticos, imagéticos e textuais que mostram que, em relação à juventude pobre e moradora de territórios considerados periféricos, existe a disseminação de uma série de discursos que articulam suas trajetórias de vida à violência, à delinquência e ao risco social. Esperamos que, ao fim dessa dissertação, possamos apontar outros caminhos possíveis que permitam olhar esses jovens desde outros lugares.

2 RETRATOS DA JUVENTUDE DAS CLASSES POPULARES NO SÉCULO XX

Pretendemos, neste capítulo, situar historicamente os modos pelos quais diversas práticas sociais e discursivas foram construindo, ao longo do século XX, uma imagem da juventude das classes populares no Brasil, vista, em larga medida, como fonte de ameaça e perigo. Essa imagem ganha contornos a partir de elementos díspares tramados no seio de discursos legitimados socialmente, tecendo a imagem de uma juventude perigosa sob a qual se justifica uma série de estratégias de controle e correção, inclusive valendo-se do extermínio desta parcela da população.

Tomamos como pressuposto inicial a ideia de que é a partir de um conjunto de discursos e práticas sociais que se produzem as relações históricas. Desde uma perspectiva foucaultiana, a tarefa de quem se propõe a analisar tais discursos consiste em “[...] apreender o lugar onde se cruzam uma série de estruturas capazes de sustentar uma leitura do real” (GOMES, 1991, p. 226); leitura essa que se tece a partir de elementos históricos, econômicos, políticos, sociais, arquitetônicos e afetivos.

Trata-se de um sobrevoo sobre o problema em pauta, com vistas a localizar alguns elementos que se configuram como condições de possibilidade para a construção de um conjunto de saberes tecido acerca dos jovens pobres no Brasil. Assim, na perspectiva aqui adotada, compreende-se que “há sempre, na história, uma pluralidade de sentidos que precisa ser pensada como complexo de sucessões e de coexistência de forças” (CARDOSO Jr, 2005, p.112). Pensar a história como um entrecruzamento de acontecimentos que se conectam e que importam como campo de análise nos auxilia a

[...] perceber de que maneira as práticas discursivas e as não-discursivas, as redes de poder constituem determinadas configurações culturais e históricas que resultam na produção de determinados objetos e de determinadas figuras sociais (RAGO, 1995, p. 75).

Portanto, importa situar a história a partir do fenômeno a ser analisado, desde uma perspectiva localizada, sendo que, de acordo com Rago (1995, p.73)

[...] o que seria importante destacar no passado dependeria da construção da trama, da mesma forma que as causas atribuídas na origem do evento se definiriam em função da construção desta mesma trama. Portanto, os eventos históricos não existem como

dados naturais, bem articulados entre si, obedientes às leis históricas e esperando para serem revelados pelo historiador bem munido. Um evento só ganha historicidade na trama em que o historiador concatená-lo, e esta operação só poderá ser feita através de conceitos também eles históricos (RAGO, 1995, p.73).

Assim, parece oportuno perguntar, frente às maneiras como tem sido retratada a juventude das classes populares: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2012a, p. 33). Ou ainda, como, nos desdobramentos da história brasileira, torna-se corriqueira a referência a esses jovens utilizando-se de elementos descritivos tais como o perigo, a violência, o medo ou a suspeição?

Entendemos, como central para a construção desta pesquisa, pensar os enunciados e suas relações com as tramas do poder, partindo do pressuposto de que é no seio dos mesmos – aqui compreendidos como um conjunto de saberes e práticas sociais – que se produzem as relações de poder circulantes no tecido social. Neste sentido,

As relações de poder não poderiam funcionar se não estivessem ancoradas em regimes de verdade; se não fossem imanentes à produção, à acumulação, à circulação e ao funcionamento de um discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. (FOUCAULT, 1979, p.179-180).

No que diz respeito a essa trama de saberes e práticas na produção de regimes de verdade frente à juventude pobre no Brasil, podemos afirmar que existem estratégias de criminalização presentes desde os primórdios da colonização – da catequese das crianças indígenas ao controle dos filhos dos escravos – e que, a partir da instituição da República, tais práticas, ao invés de terem sido superadas, passaram por um processo de legitimação estatal, por meio da criação de racionalidades e modos de governar que corroboram a manutenção desse olhar classificatório (BATISTA, 2010).

A partir desse pressuposto, optamos pela construção do que denominamos, neste capítulo, como retratos da juventude, recorrendo à visão de campos de saber que, a partir dos séculos XIX e XX, se consolidam como discursos legitimados a produzir saberes hegemônicos e universais sobre o ser humano e que, nesse caso específico, estão autorizados a falar sobre o jovem no contexto da pobreza e da criminalidade – os quais, ao mesmo tempo em que produzem os saberes, são efeitos dessa produção. Vale ressaltar que a produção científica sobre essa temática é vasta e, neste estudo, focaremos a análise sobre três campos de conhecimento: o discurso

médico, o jurídico e o sociológico, sem pretender, com isso, esgotar o tema que é multifacetado e amplamente problematizado. Algumas imagens serão utilizadas no decorrer do capítulo, auxiliando na construção dos retratos propostos.

2.1 Primeiro retrato: a juventude a ser tratada

De forma corriqueira, ao falar em juventude, é possível perceber uma ênfase na relação entre características físicas e comportamentais referidas a um determinado período etário. Isso pressupõe a ideia de maturação ou desenvolvimento biológico, localizando as expressões da juventude como características essenciais vinculadas a uma natureza intrínseca ao corpo biológico em certa etapa do desenvolvimento. Esse olhar, vinculado ao modelo biomédico e disseminado como uma forma de saber, a partir do século XIX e com forte incidência no século XX, passa a figurar como lugar de verdade em relação ao ser humano. Assim,

A ciência médica, com a força discursiva e prática que granjeara no século XIX, estava presente nas profundas modificações que foram estabelecidas ao homem e seu modo de vida, buscando firmemente as condições médico-científicas necessárias para o êxito de suas ações, construindo o pensamento científico como um valor a ser difundido e exercido em todo o planeta. (MOTA, 2005, p. 178).

Baseada na lógica cartesiana, aliada à ideia positivista do saber produzido a partir do observável e do quantificável, a medicina vai funcionar como campo primordial na produção de verdades sobre os seres humanos, sobrepondo-se largamente a outras formas de conhecer e interpretar a vida. Por meio dessa produção, as concepções sobre infância e adolescência ficaram circunscritas a fases do desenvolvimento humano, que seriam universal e homogeneamente vivenciadas, passíveis de previsão, controle e intervenção. Em alguma medida, isso levou à construção de modos de vida naturalizados e essencialistas. Neste sentido, Nascimento e Coimbra (2008, p. 2) afirmam

Com relação, por exemplo, ao jovem afirma-se que determinadas mudanças hormonais, glandulares e físicas, típicas dessa fase, são responsáveis por certas características psicológico-existenciais que seriam próprias da juventude. Descrevem, assim, suas atitudes, comportamentos e formas de estar no mundo como manifestações dessas características, percebidas como uma essência e, portanto, como imutáveis. Dessa maneira, “qualidades” e “defeitos” considerados típicos do jovem como entusiasmo, vigor,

impulsividade, rebeldia, agressividade, alegria, introspecção, timidez, dentre outros, passam a ser sinônimos daquilo que é próprio de sua natureza.

O médico Florencio Ygartua, no artigo “O médico nas escolas”, publicado em 1933, ao categorizar os períodos da infância escolar, denomina como ‘crise da adolescência’ o período dos 11 aos 15 anos, caracterizando-o a partir de uma série de fenômenos biológicos, conforme podemos constatar:

um rapido e brusco crescimento em altura. [...] Ha neste período hyperthyroidismo, hyperpituitarismo [...] estados endócrinos estes que justificam não só as modificações morphologicas acima enumeradas como também modificações humoraes e neuro psychicas [...] Ha nesta “phase infeliz” uma grande instabilidade em todos os domínios (YGARTUA, 1933, p. 220).

Esse modo de olhar é pautado em relações historicamente construídas, nas quais a medicina, junto a outras disciplinas como a pedagogia e a psicologia, vai se consolidando como referencial de verdade. Neste contexto, Bernardo (2008, p. 5) afirma que o conhecimento médico no início do século XX, no Brasil, se torna “campo de referência e portador das soluções dos males sociais, desempenhando um papel na sociedade que lhe atribuiu o poder de intervir no cotidiano dos sujeitos”. Assim, pensar em como a medicina participou da produção de verdades sobre a juventude das classes populares nos interessa como um campo possível de análise crítica das imagens estereotipadas e engessadas que se produzem acerca desse recorte populacional.

No que diz respeito à construção do primeiro retrato que aqui se propõe, constata-se que há “um constante processo de aproximação entre o jovem pertencente às classes populares e a criminalidade, que pode ser identificado nos textos legais e nas falas médicas” (BERNARDO, 2008, p. 1). Nesses discursos, “as elites defendiam que a medicina indicaria as soluções para a delinquência afirmando que as causas da criminalidade eram de ordem científica” (BERNARDO, 2008, p.5). A partir dessa ideia, que é central neste primeiro retrato, será observada, adiante, uma série de estratégias que foram sendo criadas – medidas ou práticas sociais, pesquisas, discursos – com o objetivo de relacionar a juventude pobre, e possivelmente ligada à criminalidade, e a medicina como ciência que categorizou biologicamente a delinquência.

Um fator inicial relevante nesse processo foi a forte influência das teorias higienistas e eugênicas do século XIX no Brasil. Nessas teorias, partia-se da ideia

lombrosiana (MOTA, 2005), cooptada pela antropometria, de que características anatômicas permitiriam comprovar, cientificamente, que alguns segmentos sociais eram inferiores, inclusive justificando uma série de medidas de controle e coerção frente à pobreza, vista como problemática e portadora de uma moral duvidosa de transmissão geracional e hereditária.

Pautados pelo discurso do aperfeiçoamento da raça, com base nas teorias racistas e no darwinismo social, as teorias higienistas e eugênicas⁵ incorporadas por médicos, juristas e diversos outros profissionais, colaboraram com a produção da desconfiança em relação a certa parcela jovem da população brasileira, sobretudo a negra e mestiça que, devido a aspectos de nossa colonização e processo de escravidão, compunha grande parte da população pobre do Brasil (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008).

Além da correlação com a pobreza, é possível observar uma forte correspondência entre delinquência, criminalidade, patologias físicas e morais – como se pode verificar a partir da fala do médico Leonídio Ribeiro em 1938, o qual afirma que “grande parte dos criminosos é evidentemente constituída de indivíduos anormais e doentes” (RIBEIRO, 1938, p. 37 ⁶ apud BERNARDO, 2008, p. 4) – pensando, inclusive, na produção de medidas profiláticas para a correção das anormalidades desde a infância. Tal correspondência se construía a partir de elementos corporais e aparência dos sujeitos, sendo que

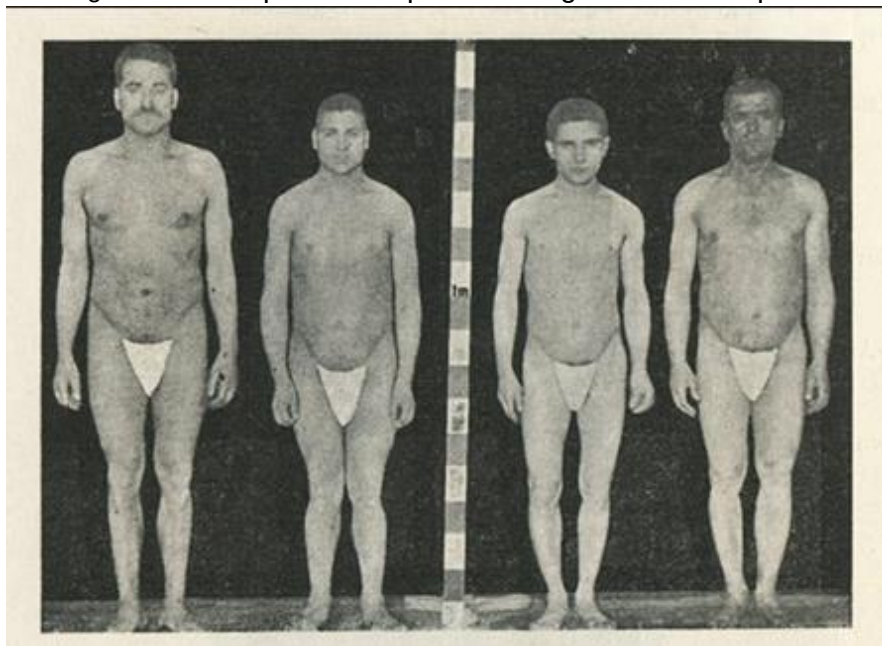
[...] pelas formas físicas e aparência do corpo, os médicos avalizavam as pessoas, suas qualidades intelectuais e morais, bem como seus “defeitos” - como a debilidade mental, o vício do alcoolismo, do crime e do contágio de doenças como a sífilis e a tuberculose”. (FOUCAULT, 1985, p. 147). Nessa direção, apresentaram-se propostas higiênicas formuladas pelo médico e sua corporação, que iam desde a necessidade de prisão dos criminosos e alcoólatras ao confinamento dos loucos e desregrados e, por fim, à esterilização dos chamados “anormais” (MOTA, 2005, p. 182).

⁵ Miskolci (2005, p.18) vai definir a Eugenia como “o conjunto de estudos e práticas voltadas para o controle da hereditariedade humana visando a preservação de grupos “raciais” considerados superiores e a contenção da reprodução dos grupos e indivíduos que representassem uma ameaça, sobretudo as “raças inferiores”, os portadores de deficiências físicas, doentes mentais e desviantes em geral”. O higienismo, por sua vez, compreende que vícios e virtudes decorrem, em grande parte, dos ascendentes. “Afirma que aqueles advindos de “boas famílias” teriam naturalmente pendores para a virtude. Ao contrário, aqueles que traziam “má herança”, leia-se os pobres, seriam portadores de degenerescências. Dessa forma, justifica-se uma série de medidas contra a pobreza, que passa a ser percebida e tratada como possuidora de uma “moral duvidosa” transmitida hereditariamente” (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p.5).

⁶ RIBEIRO, L. A criança e o crime. **Archivos de Medicina Legal e Identificação** – Publicação Oficial do Instituto de Identificação – ano VIII, n. 15, jan. 1938.

A figura a seguir (Figura 1), datada de 1933 e retirada de um Arquivo de Anatomia e Antropologia, apresenta elementos que nos auxiliam a visualizar a questão em análise. Trata-se de estudos sobre indivíduos considerados delinquentes, baseadas em questões físicas e morfológicas.

Figura 1 - Exemplares de tipos morfológicos em delinquentes



Fonte: Disponível em <https://www.cecl.com.pt/culturavisualmedicina/2.6-eugenia-e-higienismo.html>.

Além de características físicas, elementos morais e psicológicos eram descritos e vinculados à situação de pobreza dos pais. O alcoolismo durante a gestação e a infância também era mencionado como fonte causadora de desvios morais e de caráter. Neste sentido, em relação aos filhos de pessoas alcoolistas, o médico e professor Raul Moreira, no artigo “Descendência do alcoolista”, datado de 1928, afirma:

Não constituem os amoraes e dysmoraes grupo nosologico bem definido [...] são creanças, cujo característico principal psychologico é o defeito moral. [...] Mais tarde, no limiar da puberdade, aparece a perversão moral, peculiar a cada um delles, e enveredam, uns para o officio de incendiário, outros para a ladroagem, o assassinio, e, muitas vezes, taes anomalias do caracter combinam-se no mesmo individuo (MOREIRA, 1928, p.46).

É possível observar, aqui, a forte articulação entre questões de ordem biológica e de caráter moral intimamente vinculada à população pobre. Além disso, técnicas de exame eram aplicadas com o intuito de fornecer ‘provas científicas’ de tais premissas, que serviam para justificar ações e intervenções em relação à

juventude criminosa. Batista (2003) relata que, em meados de 1920 e 1930, tais técnicas eram recorrentes nas unidades de internação para a reeducação dos jovens desviados e descreve a forma como esses eram registrados:

A ficha do exame tem uma parte dedicada a dados gerais (registro, nome, nacionalidade e história). O item história é preenchido sempre e eu disse sempre, com uma única palavra: *transviado*. Em seguida temos o diagnóstico, com o resultado dos exames de fezes, dentário, oftalmológico, pedagógico e psicológico. Em seguida, temos as indicações pertinentes ao diagnóstico. Os últimos itens do diagnóstico e das indicações são sempre associados. Diagnóstico: personalidade normal ou instável, desajustamento social. Indicação: readaptação (BATISTA, 2003, p. 77).

Essas técnicas perduraram e se difundiram para outros espaços que não somente as casas de correção e internamento, tendo seu olhar voltado às populações vistas como inferiores desde uma perspectiva higienista e eugênica, como se pode observar no trecho abaixo, em relação às crianças nordestinas:

[...] durante o período da ditadura militar em nosso país, em 1974, em duas cidades satélites de Brasília, DF (Ceilândia e Taguatinga) por “ordens superiores”, em duas pré-escolas públicas, crianças – em sua maioria filhos de migrantes nordestinos – são colocadas em fila para terem seus crânios e faces medidos. Posteriormente, são enviados à direção e aos professores dos referidos estabelecimentos laudos que descrevem as características emocionais e intelectuais dessas crianças (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p. 3).

No campo médico, eram também defendidas práticas de esterilização da população pobre para evitar que as degenerescências se perpetuassem na sociedade brasileira (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008). Neste contexto, inclusive a vadiagem era compreendida como um mal psíquico que acometia os sujeitos e devia ser tratada com vistas a restabelecer a ordem social. A fala de outro médico brasileiro da época, Dr. Bourguy de Mendonça, em artigo escrito em 1937, sugere uma classificação das vadiagens com objetivo de trazer para o campo médico-científico a questão, conforme podemos constatar:

- vadios de origem étnica: judeus, ciganos, alguns boêmios, etc., principalmente os últimos têm hipertrofiado o “instinto da liberdade”.
- vadios de origem econômico-social: estariam egressos das prisões e dos manicômios, os reincidentes, mendigos profissionais, imigrantes desocupados, os vencidos na luta pela vida, etc.

-vadios de origem patológica: pertencem a duas grandes categorias onde se enquadram a vadiagem infantil e a vadiagem do adulto. (MENDONÇA, 1937, p.15⁷ apud BERNARDO, 2008, p. 5).

O esforço para trazer a questão da vadiagem, aqui tomada como exemplo, para o campo médico-científico passava pela necessidade de desvinculá-la das questões sociais e localizá-la no indivíduo, estratégia importante para os modelos científicos da época que buscavam padrões explicativos que possibilitassem intervenções diretas junto aos fenômenos. Aqueles que estavam excluídos, por algum motivo, do universo do trabalho eram considerados vadios e, por consequência, perseguidos “porque constituíam um perigo além de ‘um inconveniente social’.” (BERNARDO, 2008, p. 5).

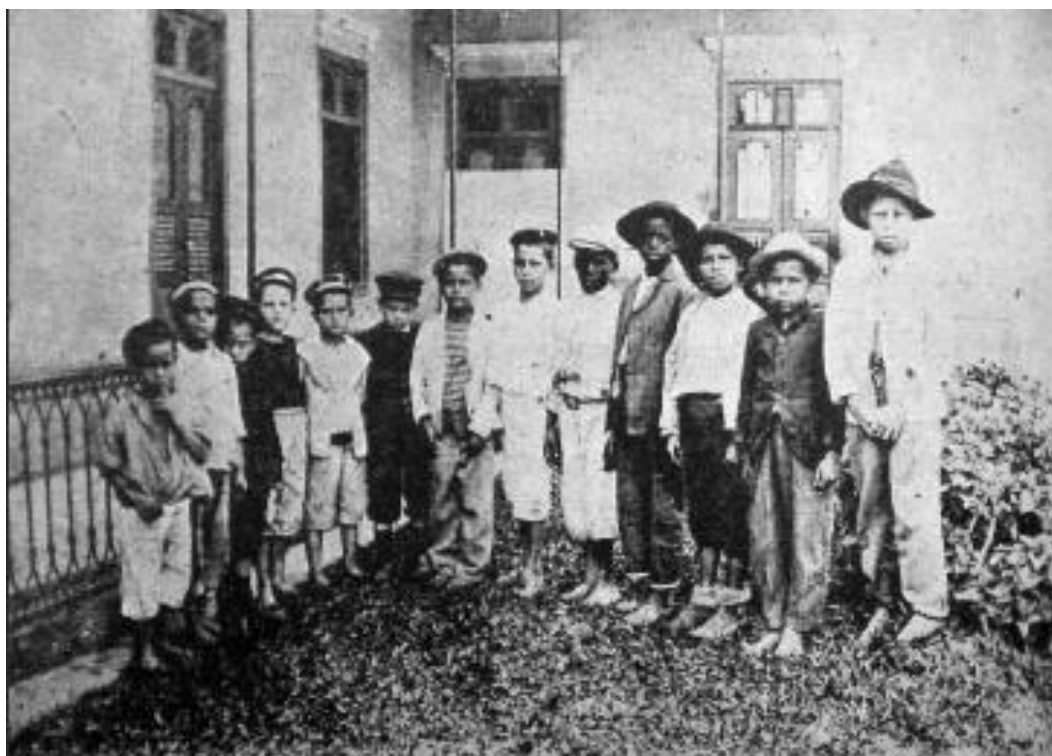
Neste primeiro retrato delineado, os conceitos constituídos sobre os jovens vinculam-se às ideias da biologização e patologização das condutas, requerendo intervenções e tratamentos como forma de readequar os sujeitos delinquentes e transviados por meio das práticas terapêuticas e preventivas. Assim, podemos afirmar:

[...] a aproximação da condição do jovem criminoso a um caráter patológico, que classificava esses sujeitos supostos portadores de doenças mentais, neurológicas e psiquiátricas, previa o desenvolvimento de ações que visavam a uma efetiva profilaxia do crime. [...] Sendo as causas da criminalidade de ordem científica, necessitavam, assim, a implantação de um processo de profilaxia do crime (BERNARDO, 2008, p. 7).

A figura a seguir (Figura 2), datada de 1913, mostra um grupo de meninos recolhidos pela polícia nas ruas, no Rio de Janeiro, e levados a uma instituição para serem preparados para o trabalho. Trata-se de uma imagem das estratégias profiláticas direcionadas à juventude pobre desde o início do século XX.

⁷ MENDONÇA, B.. Aspectos Médico-legais e sociais do problema da vadiagem. **Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro**. Ano. VIII, 1º e 2º sem., n. 1, 2. 1937.

Figura 2 - Grupo de menores ao chegarem à escola para serem matriculados



Fonte: VAZ (1914, p. 72) ⁸ apud RIZZINI e GONDRA (2014, p. 573). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000800003

Prevenir o crime, como um esforço empreendido pelo campo da medicina, compreendia, neste contexto, práticas de ajustamento da juventude pobre aos “preceitos econômicos, sociais e políticos do país em meio à ênfase no confinamento dos ‘delinquentes de amanhã’ e no tratamento de ‘pré-delinqüentes’”. (BERNARDO, 2008, p. 4).

2.2 Segundo retrato: a juventude a ser corrigida

O segundo retrato aqui proposto, que tem por objetivo evidenciar parte dos elementos advindos dos saberes jurídicos acerca da juventude das classes populares no Brasil do século XX, traz como ideia central o fato de que, nesse campo discursivo, a figura que aparece com predominância em relação aos jovens pobres é a do “menor”. Essa correspondia, em larga medida, à ideia do delinquente juvenil, moralmente desviado, que deveria ser penalizado, corrigido, readequado ou tratado para sua reinserção social. Tal figura representava, naquele contexto:

⁸ VAZ, F. **Escola Premunitória Quinze de Novembro**. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Valladares, Chefe de Polícia do Distrito Federal, pelo Sr. Franco Vaz, director. Exercício de 1913. Rio de Janeiro: Typografia da Escola Premunitória Quinze de Novembro, 1914.

[...] todos os jovens e crianças pobres, abandonadas, criminosas e órfãs do período, tendo a denominação representando indicadores de predisposições e tendências para a delinquência cristalizando representações de perigo à sociedade que deveria ser combatido através de um processo profilático do crime (BERNARDO, 2008, p. 7).

Nesse sentido, não somente eram denominados como “menores” crianças e jovens que cometiam algum crime ou contravenção penal, mas toda uma parcela dessa infância e juventude que carregava, nos seus corpos e histórias, elementos que os vinculavam à imagem do delinquente. Em relação ao delinquente, Foucault (2012b) afirma que essa figura começa a ser construída a partir do século XIX, vinculada à função social do encarceramento, que passa a figurar como forma de punição dos crimes e contravenções à lei na sociedade moderna. Torna-se necessária, neste contexto, a identificação e definição dos criminosos e perigosos, para os quais se direciona uma série de estratégias de controle e vigilância, justificadas por sua periculosidade. Assim,

procurou-se constituir no próprio interior das massas um pequeno núcleo de pessoas que seriam, se assim podemos dizer, os titulares privilegiados e exclusivos dos comportamentos ilegais. Pessoas rejeitadas, desprezadas e temidas por todo mundo (FOUCAULT, 2012b, p. 33).

Sobre o delinquente incidem a hostilidade e a desconfiança da população, sendo que, de acordo com o autor, há nesse processo um lucro político de controle social. Daí a constatação da necessária existência de delinquentes e criminosos “para que a população aceite a polícia, por exemplo, o medo do crime, que é permanentemente atizado pelo cinema, pela televisão e pela imprensa, é a condição para que o sistema de vigilância policial seja aceito” (FOUCAULT, 2012b, p. 107). Há, portanto, uma função social da delinquência: ao delimitar as figuras sociais que oferecem perigo à sociedade, pela via do medo e da insegurança, há certa garantia da ordem, pela via do controle e da vigilância. Assim, a delimitação da juventude pobre no Brasil, associada à delinquência e ao perigo, parece apontar para essa lógica descrita por Foucault. Sobre essa juventude incidem práticas penais e hostilidades sociais, sendo vistos constantemente como suspeitos, criminosos e/ou perigosos. A imagem a seguir (Figura 3), datada de 1925, mostra um jovem negro acusado de homicídio e nos auxilia a visualizar a imagem de delinquência atribuída à juventude pobre pela mídia da época.

Figura 3 - Reportagem do jornal O Globo de 1925 sobre menino acusado de matar homem no centro do Rio de Janeiro



Fonte: Kapa (2016). Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/discussao-sobre-punicao-para-menores-infratores-varia-desde-imperio-16366836>

Em 1923, é instituída no Brasil a denominada Justiça de Menores, inicialmente com a criação de um Juizado e, posteriormente, com o Código de Menores⁹. De acordo com Batista (2003, p. 69), “é neste momento que a palavra *menor* passa a se associar definitivamente a crianças pobres, a serem tuteladas pelo Estado para a preservação da ordem e assecuramento da modernização capitalista em curso”. Tal denominação abarca, ainda, um recorte – racial e de classe – que merece destaque, tendo em vista que, desde o início, havia certa intencionalidade do juizado no sentido de “analisar jovens negros e pobres acusados de crimes contra a propriedade” (BATISTA, 2003, p. 70).

Neste contexto, vinculado à Justiça de Menores, surge o Comissário de Vigilância, profissional responsável pela produção dos relatórios informativos para subsidiar a decisão dos juízes. Esse profissional assume a função da produção de laudos e pareceres, bem como a realização de visitas às casas desses jovens, com

⁹ O Código de Menores será detalhado em outra seção do capítulo.

um olhar atravessado por aspectos médicos, psicológicos e morais, investigando hábitos, condutas, vícios e possíveis “defeitos” presentes tanto nos menores quanto em seus familiares. Esses relatórios eram elaborados a partir de um questionário que tinha como objetivo um esquadramento da vida do jovem, incluindo os “itens ‘antecedentes hereditários’, ‘meio familiar’ e ‘caráter-perversões’, todos estereótipos de uma ideologia biologista e moralista” (BATISTA, 2003, p. 69). No fragmento presente, em um laudo produzido por um Comissário de Vigilância, em 1924, podemos encontrar alguns destes elementos:

O relatório do comissário indica que M.D. tem três entradas na Casa de Detenção. Na pergunta “Com que gente costuma ajuntar-se?” podemos saber que M.D. tem camaradagem com meretrizes. Com relação ao seu “caráter e moralidade”, vemos que é “mentiroso e dado ao roubo”; “acostumado a viver com meretrizes, aplicado à impudência”. Essas e outras informações levam o Comissário à conclusão: “Péssimo conceito sou forçado a fazer do menor, pois tem procedido muito irregularmente, maus são os seus costumes”. O exame médico caracteriza-o como “pardo claro, bem constituído fisicamente, sem defeito. Seu humor é irritável, tem mau modo, mau gênio e é dissimulado. Nega hábito de pederastia e onanismo”. Nunca frequentou escola, não tem nenhum documento ou registro que identifique ao menos a sua idade, ou seja, não tem identidade (BATISTA, 2003, p. 70).

Nestes relatórios e laudos, é possível, portanto, detectar alguns elementos discursivos que começam a circular no campo jurídico como caracterização dessa juventude: mentiroso, de maus costumes, humor irritável, mau gênio e dissimulado. Além desses elementos, o Código de Menores - cuja primeira versão data de 1927 e a segunda de 1979 – também auxilia na compreensão dessa caracterização da juventude, uma vez que traz as ideias de correção e disciplinarização das crianças e dos jovens pobres a partir de uma perspectiva normalizadora.

Essas legislações também reproduzem um discurso moralizante, sustentado por uma concepção patologizante e culpabilizadora das famílias pobres, as quais, descritas como desviantes das normas estabelecidas, não eram reconhecidas na capacidade de cuidar e proteger as crianças e jovens, tornando-os responsabilidade do Estado. Nascimento e Coimbra (2008) afirmam que essa perspectiva adotada pela legislação dos Códigos de Menores acabou por justificar, durante todo o século XX, uma série de intervenções sobre as famílias pobres, produzindo, como efeito, práticas de exclusão e julgamento.

Em relação às diferenças entre os dois códigos, pode-se dizer que o Código de Menores de 1927 trazia a concepção do menor como carente, pobre e criminoso em potencial; já o Código de Menores de 1979, dá destaque à concepção do menor em situação irregular (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008). Conforme o segundo parágrafo do Código de Menores de 1979, era considerado em situação irregular qualquer indivíduo com menos de 18 anos que se encontrasse:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a:
 - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal (BRASIL, 1979).

O entendimento do que se configurava como situação irregular compreendia circunstâncias desde a delinquência e a pobreza até a ausência ou insuficiência de cuidados familiares. Essa perspectiva jurídica acabou por fortalecer discursos moralizantes, a partir de enunciados como “perigo moral” ou “desvio de conduta”, os quais, quando utilizados no campo legal, avalizavam as intervenções do Estado na vida da criança ou do adolescente em perigo, normalmente oriundos de famílias pobres.

Assim, pode-se alegar que há, também aqui, uma forte tendência à produção de uma profilaxia da criminalidade, materializada por uma série de produções científicas e legais “preocupadas” com uma parcela da infância e juventude considerada em perigo. O perigo, nesse contexto, apontava os indivíduos que, futuramente, poderiam fazer parte das classes perigosas e, por isso, deveriam estar sob o controle e olhar vigilante do Estado. Essa perspectiva acabava por vincular, diretamente, pobreza e violência, indicando a situação irregular como “metáfora da criança/adolescente pobre que precisa estar sob o controle rígido de um conjunto de normas jurídicas” (BATISTA, 2003, p. 79).

Este retrato jurídico, portanto, vai criando um rosto vinculado a uma série de descrições classificatórias e normalizantes que estabelecem e reiteram “a relação

entre vadiagem/ociosidade/indolência e pobreza, bem como entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade” (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p. 5), além da questão racial, que atravessa a prática dos operadores do Direito. São imagens da anormalidade que se constituíram como risco e perigo, se estabelecendo por meio de um olhar classificatório e examinador (FOUCAULT, 2010).

Esta articulação entre pobreza, periculosidade e criminalidade aponta para outro elemento de importância na construção desse retrato: os atos que porventura poderão vir a ser realizados no futuro. Nesse plano, se vinculam as ideias de correção e penalidades como práticas que supostamente poderiam evitar o crime ou a infração. Ganha consistência a concepção de que é necessário prevenir, gerir os riscos, analisar as vulnerabilidades e adotar penalidades correcionais que tenham como função “não ser uma resposta a uma infração, mas corrigir os indivíduos ao nível de seus comportamentos, de suas atitudes, de suas disposições, do perigo que apresentam” (FOUCAULT, 2003, p. 99). Esse controle antecipado busca promover uma ortopedia das condutas em nome da ordem social, já não mais somente vinculada à questão do crime cometido de fato, mas a tudo aquilo que qualquer sujeito apresente como possível perigo às normas sociais hegemônicas. Nesse sentido, Bernardo (2008) afirma que, na primeira metade do século XX no Brasil,

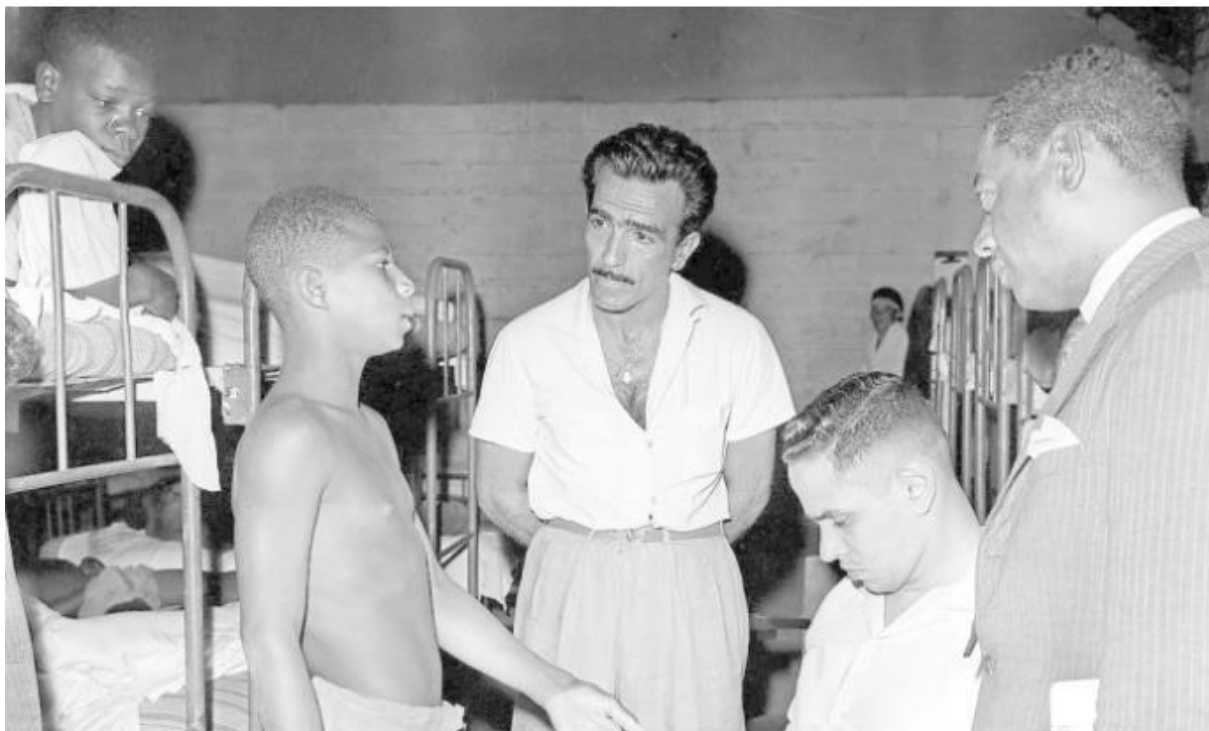
Com o intuito de se desenvolver uma profilaxia do crime, o olhar dos pensadores sobre a infância e juventude também se relacionava com a perspectiva determinista na explicação da delinquência, desvinculando-se da ideia do criminoso nato e irreversível, para a ideia da correção que eliminaria as tendências criminosas. Estas correções ocorreriam no âmbito da educação e medicina mediante o desenvolvimento de medidas profiláticas que corrigiriam as deficiências dos sujeitos logo na infância e juventude (BERNARDO, 2008, p. 4).

Produz-se, ao longo do século XX, e de forma mais expressiva após a emergência do Juizado de Menores, a prática massiva de internação de crianças e jovens pobres em nome da correção e da prevenção. Estas políticas de internação se fortalecem nos períodos ditatoriais no Brasil, a partir da criação de órgãos como “o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), implantado em 1941 durante o Estado Novo, e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que surge em 1964 durante o período da ditadura militar” (NASCIMENTO; COIMBRA, 2008, p. 6).

Nestas instituições, ocorriam tratamentos marcados por violências e castigos constantes, na perspectiva de garantir a ressocialização e a mudança de condutas

pela via da correção. A imagem abaixo (Figura 4), datada de 1961, registra a visita de deputados a uma dessas instituições, na qual encontram diversos instrumentos de castigo.

Figura 4 - Visita de deputados ao Instituto Macedo Soares, em São Gonçalo, que recebia menores infratores



Fonte: Kapa (2016). Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/discussao-sobre-punicao-para-menores-infratores-varia-desde-imperio-16366836>

Como efeito dessa relação profilática em relação às condutas indesejáveis e suspeitas, temos a construção de imagens hegemônicas acerca daqueles que podem oferecer perigo à sociedade, novamente vinculando a possibilidade de perigo à pobreza e às questões raciais. Em muitos casos, essa correlação era compreendida como um fato natural ou dado *a priori*. Batista (2003), ao analisar processos judiciais relacionados a jovens na vigência dos Códigos de Menores, afirma que, na grande maioria dos casos de criminalização e julgamento de jovens durante o século XX, “as histórias se repetem, pequenos furtos, meninos pobres, analfabetos, pretos” (BATISTA, 2003, p. 73).

Tal descrição, repetida na história brasileira com efeitos atuais, evidencia as marcas da desigualdade social e das culturas de escravidão e exploração das populações não-brancas em nosso país. Há, nesse sentido, um conjunto de elementos históricos que marcam os corpos dessa juventude e que operam por meio

de estratégias de controle e disciplinarização desses corpos e de uma história de punições e práticas higienistas.

Com o avanço nas modificações das leis relativas à infância e adolescência, temos como dado de relevância a promulgação, em 1990, da Lei nº. 8069, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação vigente no país atualmente. A partir de sua publicação, o termo “menor” foi abolido do campo legislativo e passaram a ser adotados os termos criança e adolescente para se referir a qualquer sujeito na faixa etária compreendida entre zero e dezoito anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente adota a doutrina da proteção integral, rompendo discursivamente com a lógica da situação irregular e compreendendo que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e alvos de políticas de proteção estatal, que devem garantir a essa população prioridade absoluta. Nesse sentido, há legalmente uma passagem que desloca uma parcela da juventude da condição de “menor” a um entendimento de condição e vulnerabilidade social, ainda que, em vias de fato, esse rompimento com a doutrina anteriormente adotada seja frágil, haja vista que, para as populações pobres, as lógicas e intervenções adotadas, ainda hoje, se guiam fortemente por elementos punitivos e pouco protetivos (SANTOS, 2016).

O delinquente, a partir do entendimento da lei, recebe nova nomenclatura: autor de ato infracional. Este último é compreendido como prática análoga ao crime ou contravenção penal prevista no Código Penal vigente Sob o indivíduo que o comete incidem práticas de responsabilização e socioeducação previstas pelas medidas socioeducativas que compreendem:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (BRASIL, 1990).

Tais medidas são determinadas judicialmente, por meio da interpretação dos operadores do direito – juízes e promotores da infância –, sendo prevista, pela lei, a excepcionalidade da medida de internação. Embora se compreenda que houve um avanço importante no campo jurídico com as mudanças trazidas pelo ECA, especialmente no que diz respeito ao recorte dos adolescentes autores de ato

infracional, ainda se observa a prevalência de práticas de penalização e judicialização da juventude pobre, principalmente por meio da aplicação das medidas de internação socioeducativa. Conforme Santos (2016, p. 60) “estudos mostram que, desde a aprovação do ECA, houve um aumento significativo nas unidades de internação em todo o país, do mesmo modo que o número de adolescentes internados”.

Pode-se questionar, entretanto, se de fato houve mudança quanto ao retrato elaborado pelo conhecimento jurídico em relação aos jovens das periferias. Isso porque a proteção prevista pelas normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - é seletiva e não se concretiza para todos como direito de fato, tendendo a ser negligenciada pelas políticas estatais e pela sociedade em geral, justamente em relação à parcela da juventude que, conforme o movimento histórico tem indicado, compõe as margens sociais brasileiras.

2.3 Terceiro retrato: a juventude como questão social

Para a composição de um terceiro retrato, trazemos a Sociologia, campo científico construído a partir de diversos vieses analíticos, que se ocupa do estudo e explicação dos fenômenos sociais. Trata-se de um campo de saber que nasce no seio da modernidade como “resultado de uma tentativa de compreensão de situações sociais radicalmente novas, criadas pela então nascente sociedade capitalista” (MARTINS, 1994, p. 7).

No Brasil, Cassab (2010) afirma que, somente a partir do século XIX, é que se configuram as condições de possibilidade para se pensar o jovem e a juventude como categorias específicas de análise, referindo-se à consolidação do modelo da família nuclear burguesa e ao fortalecimento do capitalismo como os principais elementos que permitem o recorte dessa faixa etária. Assim, “de inexistente, o jovem passou a existente. Mas qual a sua existência? A juventude era vista como um problema” (CASSAB, 2010, p. 40). Ademais, já se observava, nesse período, um recorte de classe quanto às formas de tratamento: aos jovens ricos eram dirigidos o estudo e a formação; já aos jovens pobres, cabia o trabalho como via de controle e correção.

Conforme discutiremos adiante, nesse campo o retrato da juventude que vai se construindo assume contornos discursivos diversos como, por exemplo, “fase de

transição”, “problema social”, “ameaça”, “potencialmente delinquente”, “transgressora”, “revolucionária”, “apática” e “violenta”. Neste estudo, tomamos como referência autores (ABRAMO, 1997; PAIS, 1990; PERALVA, 1997; SILVA; LOPES, 2009) para os quais, no campo sociológico, a juventude é compreendida a partir de duas principais perspectivas: de um lado como uma fase da vida e, de outro, como um grupo social e cultural, podendo ser descrita como

[...] um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos (ABRAMO, 1997, p. 29).

Importa, nesse campo de análise, trazer um olhar sobre as diversas maneiras como se constituem esses sujeitos, seus modos de socialização, suas relações com as pressões e tensões advindas dos diversos contextos sociais, suas formas de inserção nos modos de vida hegemônicos e contra hegemônicos. Nesse sentido, entende-se como necessário olhar a juventude como um conjunto social heterogêneo, sendo indispensável “passar do campo semântico da juventude que a toma como unidade para o campo semântico que a toma como diversidade” (PAIS, 1990, p. 151).

Assim, o olhar sociológico para este terceiro retrato da juventude circula entre um campo funcionalista e naturalizante e outro que concebe esse recorte etário a partir das relações com o contexto social, de tal forma que estes dois “ângulos” convergem e se enfrentam, a todo o momento, na construção de uma imagem da juventude. Além disso, vale ressaltar que a juventude passa a ter estatuto de objeto de análise da sociologia a partir de sua vinculação como problema social, quando passa a ameaçar as bases sociais previamente estabelecidas. Nesse sentido, grande parte da sociologia da juventude é constituída como uma “sociologia do desvio” (PERALVA, 1997, p.18), sendo consideradas características da juventude a transgressão, a resistência e o desvio em relação a um padrão social normativo.

No campo das Ciências Sociais brasileira, a juventude começa a se tornar objeto de análise, de forma mais significativa, a partir da década de 1950, tendo como contexto os desafios do pós-guerra colocados para essa população, que já vinha sendo marcada por signos de rebeldia e delinquência. Em parte, essa marca advinha dos movimentos sociais iniciados e fortalecidos nos Estados Unidos e na

Europa nesse período. A juventude era, nesse contexto, depositária de uma série de enunciados que a localizavam no campo da transgressão e da delinquência, como processos próprios desse período da vida, compreendido enquanto uma fase de turbulências e dificuldades:

Nos anos 50, quando os atos de “delinquência juvenil” extravasam os limites dos setores “socialmente anômalos” (os marginalizados, os imigrantes nas grandes metrópoles, as “classes perigosas” — como foram objeto de atenção na passagem do século por criminologistas como Pestalozzi) e se tornam comuns entre jovens de setores operários integrados e de classe média, a juventude aparece ela mesma como uma categoria social potencialmente delinquente, por sua própria condição etária (ABRAMO, 1997, p. 30).

Ao mesmo tempo em que os jovens eram considerados potencialmente delinquentes e rebeldes, eram também detentores dos ideais de revolução e mudança social, fonte de preocupações constantes e também de esperança frente às contradições sociais, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. A importância dos jovens, nesse período, “foi tão grande no cenário político brasileiro e internacional, que contribuiu para disseminar uma imagem de juventude associada à revolta e à rebeldia” (CASSAB, 2010, p. 47).

A concepção da juventude, nesse momento, aparece associada à preocupação geral frente a uma geração que ameaçava a ordem social, em vários sentidos (político, cultural e moral), na busca por novos referenciais de existência. Isso consolidou sua politização por meio de movimentos estudantis e outros movimentos de resistência, que começavam a se organizar frente às violências que se impunham socialmente a eles. Também, no Brasil, havia o engajamento de diversas expressões da juventude na linha de frente de luta e enfrentamento ao regime militar no país, bem como nos questionamentos dos movimentos culturais que interrogavam os padrões de comportamento e vida estabelecidos frente à sexualidade, à moralidade e ao consumo.

A figura a seguir (Figura 5) que pertence aos arquivos da União Nacional dos Estudantes (UNE), mostra jovens integrantes do movimento estudantil durante os anos de ditadura.

Figura 5 - Jovens do Movimento estudantil durante a ditadura militar



Fonte: A UNIÃO, 2016. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2013/03/uniao-nacional-dos-estudantes-e-cara-do-movimento-estudantil-hoje.html>

É nesse período, também, que surgem as respostas repressivas e violentas em relação aos atos dessa parcela da população, transviada e potente, em que “os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (o uso de drogas, o modo de se vestir, etc.) como por suas idéias e ações políticas” (ABRAMO, 1997, p.31). A imagem a seguir (Figura 6) evidencia como a juventude passa a ser alvo das violências da ditadura militar e relata a morte de um jovem secundarista pela polícia militar durante um protesto contra o regime ditatorial.

Figura 6 - Notícia sobre sepultamento de jovem morto em conflito entre polícia e estudantes em manifestação



Fonte: Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/wp-content/uploads/2014/11/folha-edson-luiz.jpg>

A partir da década de 1970, também no campo econômico, a questão da juventude surge como preocupação, tendo em vista a instauração e aprofundamento de uma crise decorrente de um período de recessão no país e das questões sociais daí advindas. Para o campo sociológico, nesse momento, “os ‘problemas’ de emprego e de entrada na vida ativa tomaram, progressivamente, a dianteira nos estudos sobre a juventude” (PAIS, 1990, p. 143).

Na década de 1980, outra imagem ganhou forma: a de uma juventude “individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática” (ABRAMO, 1997, p. 31). Tal representação estava intimamente vinculada às transformações que começavam a ocorrer no país, de reabertura democrática e de fim do dito “milagre econômico” (CASSAB, 2010). As análises sociológicas desse

período se voltam para “os estudos da cultura como elemento agregador e identificador da juventude” (CASSAB, 2010, p.47), em detrimento dos estudos anteriores que se ocupavam dos recortes de classe e dos elementos da juventude como força política.

Em meados da década de 1980 e início dos anos 1990, outra imagem aparece no cenário social: a da tomada das ruas pelas figuras juvenis em diversas ações, coletivas e individuais, bastante relacionadas “aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o *surf* ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo)” (ABRAMO, 1997, p. 35). Em grande parte, são imagens de uma juventude pobre que continuam vinculadas à periculosidade e à violência no tecido social.

Com o surgimento, em 1985, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), tem início um processo de denúncia das violências cometidas contra a juventude pobre e marginalizada no Brasil. Tais denúncias estavam, principalmente, relacionadas ao extermínio – intimamente vinculado à ação de diversos grupos de extermínio naquele momento – de crianças e adolescentes em situação de rua que, na época, começavam a ter maior expressividade (DIMENSTEIN, 1990). Diversas ações importantes foram organizadas nacionalmente por meio desse movimento; entre elas, pode-se destacar o I Encontro Nacional de MNMMR em 1986, denunciando a violência contra os meninos de rua; a ocupação da plenária da Câmara Federal com o intuito de pressionar a aprovação do ECA; bem como o lançamento da campanha “Não matem nossas crianças”, em 1989 e 1990 (MNMMR, IBASE, NEV-USP, 1991). As imagens abaixo indicam a ocupação da Plenária da Câmara por crianças e jovens vinculados ao MNMMR, na ocasião das discussões acerca do ECA em 1989.

Figura 7 - Crianças e jovens do MNMMR ocupam a Plenária da Câmara para debater aprovação do ECA



Fonte: Arquivo da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/25-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/fotos-sessao-plenaria-em-1989-com-o-movimento-meninos-de-rua>

Figura 8 - Jovem do MNMMR discursando em ocupação da Plenária da Câmara para debater aprovação do ECA



Fonte: Arquivo da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/25-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/fotos-sessao-plenaria-em-1989-com-o-movimento-meninos-de-rua>

A partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, se multiplicam os estudos sobre a juventude no Brasil (ABRAMO, 1994; ABRAMOVAY, 1999; ZALUAR, 1994/1995), partindo de dois enfoques principais: “de um lado, a valorização da juventude na própria sociedade; de outro, a invisibilidade social à qual os jovens são jogados, mas que, apesar disso, forçam sua visibilidade através da participação em atos de violência” (CASSAB, 2010, p. 49). Isso ocorreu desde uma perspectiva ambivalente, que concebia a juventude por um lado “como sinônimo de vitalidade, dinamismo e criatividade; por outro, associada à violência e à delinquência” (CASSAB, 2010, p. 49). Portanto, o retrato ofertado pelo campo sociológico a respeito da juventude brasileira, no século XX, a expõe como uma força impetuosa que, ao mesmo tempo em que assusta, por sua imprevisibilidade, é a aposta para os tempos futuros.

A breve exposição desses três retratos, realizada no decorrer deste capítulo, indica pontos convergentes, principalmente aqueles ligados à correlação entre juventude, pobreza e criminalidade dada como fato natural, como se tais elementos fossem próprios de uma suposta essência atribuída a uma parcela pobre da juventude brasileira. Como efeito dessa convergência, é possível perceber que sobre essa população incidem dispositivos e tecnologias de controle, correção e normalização, vinculados a um modo de olhar que se propõe hegemônico e universal em relação à vida e seus múltiplos processos. Essa correlação, que vai se forjando, discursivamente, a partir dos três campos de conhecimento aqui estudados, exerce efeitos sobre a esfera social, favorecendo a disseminação da sensação de insegurança e legitimando a ideia de uma juventude potencialmente perigosa que deve ser tratada, punida ou, numa prática mais extrema, exterminada. Nesse sentido, podemos afirmar:

O controle social penal da juventude popular tem sido uma permanência histórica da sociedade brasileira, da conversão dos indiozinhos às barreiras ao deslocamento dos capoeiras, dos cursos profissionalizantes da Funabem às criminalizações do *funk*. A morte violenta tem sido o último limite a essa potência juvenil (BATISTA, 2010, n.p.)

Retomando a concepção da história como processo não-linear de constituição das relações sociais e subjetivas, pode-se dizer que esses elementos trazidos pelo breve recorte histórico aqui realizado se misturam nas análises dos três retratos e perduram para além do século XX. Eles se materializam como forças

atuais que atravessam nossas maneiras de perceber, conhecer e agir frente à juventude.

No próximo capítulo, buscaremos problematizar como se atualizam esses elementos em relação à juventude pobre na contemporaneidade, com foco na discussão das práticas violentas que sobre ela incidem.

3 IMAGENS CONTEMPORÂNEAS DA JUVENTUDE DAS PERIFERIAS: A VIOLÊNCIA EM CENA

A proposta deste capítulo é discutir algumas questões sobre a violência letal que vem se configurando como uma das principais causas de morte de jovens no Brasil. Como veremos, tal prática de violência tem sido endereçada, principalmente, à juventude pobre, negra e habitante de territórios considerados periféricos em relação aos centros urbanos. Iniciaremos apresentando alguns dados estatísticos oficiais acerca das práticas de violência que incidem sobre a população jovem brasileira. Posteriormente, trabalharemos conceitualmente a questão da violência, bem como algumas estratégias discursivas que, historicamente, acabam por legitimar práticas violentas e estigmatização de certas populações no cenário brasileiro.

Para abordar a questão, principalmente no que diz respeito à violência letal e às práticas de extermínio e genocídio que a circundam, trabalharemos com dados obtidos dos Mapas da Violência (WASELFSZ, 2014; 2015; 2016), com os Atlas da Violência 2016 e 2017 (CERQUEIRA et al., 2016; 2017) e o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA, 2014), aliando a leitura desses dados a elementos conceituais que poderão ajudar a problematizar a arquitetura dessas práticas violentas.

Os Mapas da Violência começaram a ser elaborados em 1998 com o objetivo de subsidiar uma série de pesquisas que eram desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO no país a partir das temáticas da juventude e violência. Posteriormente, começaram a ser utilizados como subsídios para a construção de políticas públicas afeitas à área da juventude e aplicados por instituições, inclusive governamentais, sendo, atualmente, publicados em parceria com o Governo Federal (WASELFSZ, 2014). Dada sua ampla utilização, os consideramos de extrema relevância para este trabalho.

O Atlas da Violência, por sua vez, é produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com o objetivo de auxiliar pesquisas sobre as temáticas da criminalidade e violência, contando atualmente com duas edições – 2016 e 2017.

3.1 A violência em números: quando a juventude é o alvo

Os documentos em análise trazem, como preocupação central, a quantidade de mortes de jovens que vem ocorrendo no Brasil nessas últimas três décadas e apontam que há um processo em curso, desde a década de 1980, que vitima cada vez mais cedo a população jovem. Apontam que “enquanto no começo da década de oitenta, o pico da taxa de homicídio se dava aos 25 anos, atualmente esse gira na ordem de 21 anos” (CERQUEIRA et al., 2017, p. 25).

Neste contexto, os homicídios representam, atualmente, a principal causa da mortalidade juvenil quando comparados a outros dois elementos que compõem a categorização de ‘causas externas’ da morte, segundo o CID-10: o suicídio e os acidentes de trânsito. Com base nos dados, pode-se afirmar que a juventude é a principal vítima da violência homicida no Brasil, como podemos observar a partir da análise feita no *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil*, quando se afirma que: “na população *não jovem* só 2,0% dos óbitos foram causados por homicídio, entre os jovens os homicídios foram responsáveis por 28,8% das mortes acontecidas no período 1980 a 2012” (WASELFISZ, 2014, p. 25).

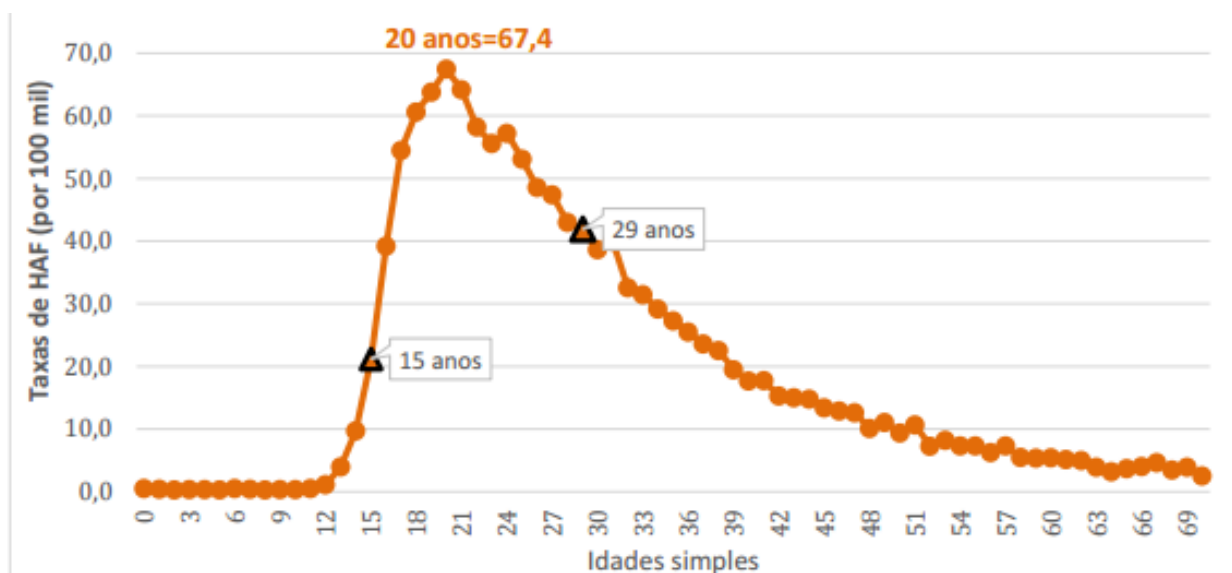
O Índice de Homicídios na Adolescência aponta “um aumento das taxas de homicídio, tanto entre jovens negros como entre jovens brancos, em praticamente todas as regiões” (IHA, 2014, p.28). Também, o Atlas da Violência confirma essa assertiva, “46,4% dos óbitos de homens na faixa etária de quinze a vinte e nove anos são ocasionados por homicídios. Se considerarmos apenas os homens com idade entre 15 a 19 anos, esse indicador tem a incrível marca dos 53%” (CERQUEIRA et al., 2016, p.6).

Esses elementos iniciais cooperam para realizar um contraponto em relação aos discursos hegemônicos circulantes em relação à juventude das periferias, que a avaliam como perigosa e violenta. A partir dessa leitura de ordem quantitativa, podemos dizer que os adolescentes e jovens no Brasil têm sido alvo de práticas violentas de forma incisiva, como apontam os dados do Atlas da Violência 2017, evidenciando que no Brasil “mais de 318 mil jovens foram assassinados entre 2005 e 2015” (CERQUEIRA et al., 2017, p. 25).

Quando se analisa a maneira como ocorrem essas mortes, temos como protagonista os homicídios por arma de fogo (AF), representando cerca de 33% dos óbitos juvenis (WASELFISZ, 2015) “com pico nos 20 anos de idade, quando os

homicídios por AF atingem a impressionante marca de 67,4 mortes por 100 mil jovens” (WASELFISZ, 2016, p. 51), sendo que “em conjunto, a partir dos 19 anos de idade, e até os 26, as taxas de mortalidade violenta ultrapassam os 100 óbitos por 100 mil jovens” (WASELFISZ, 2014, p. 24). Considerando o intervalo de 1980 a 2012, há um indicativo quantitativo de que 56,5% das vítimas por disparo de armas de fogo foram jovens na faixa de 15 a 29 anos (WASELFISZ, 2015). O gráfico abaixo apresenta as taxas de homicídios por AF no Brasil a cada 100 mil habitantes e por idade. Ele auxilia na visualização dos dados apresentados:

Gráfico 1 - Taxas de homicídios por AF no Brasil a cada 100 mil habitantes por idade (2014)



Fonte: Adaptado de Waiselfisz (2016, p. 51).

É importante salientar que, no que diz respeito à população geral, os indicadores apontam uma queda nos índices de mortalidade “de 631 por 100 mil habitantes, em 1980, para 608, em 2012” (WASELFISZ, 2014, p.23), demonstrando uma evidente melhoria na expectativa de vida da população, inclusive incidindo em avanços do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no país. No entanto, quando olhamos para a juventude, os indicadores apontam outra situação, na qual “apesar dos ganhos globais, a taxa de mortalidade juvenil manteve-se estagnada, e até teve um ínfimo aumento ao longo do período, passando de 146 mortes por 100 mil jovens, em 1980, para 149, em 2012” (WASELFISZ, 2014, p. 23).

Dentro desse universo, e na tentativa de traçar um perfil das vítimas, dois aspectos são evidenciados pelas estatísticas: a questão racial e a de gênero.

Somados, esses indicadores nos fornecem um retrato bastante específico sobre qual recorte da população jovem é, de fato, vítima da violência letal em nosso país: homens jovens negros, na faixa etária dos 16 aos 22 anos (WAISELFISZ, 2016). No que diz respeito à questão da morte de homens jovens nesse recorte, os dados apresentados pelo Atlas da Violência de 2017 apontam que:

Um dado emblemático que bem caracteriza a questão é a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina, 15 a 29 anos, que em 2015 correspondeu a 47,8% do total de óbitos. Se considerarmos apenas os homens entre 15 a 19 anos, esse indicador atinge a incrível marca dos 53,8% (CERQUEIRA et al., 2017, p. 8).

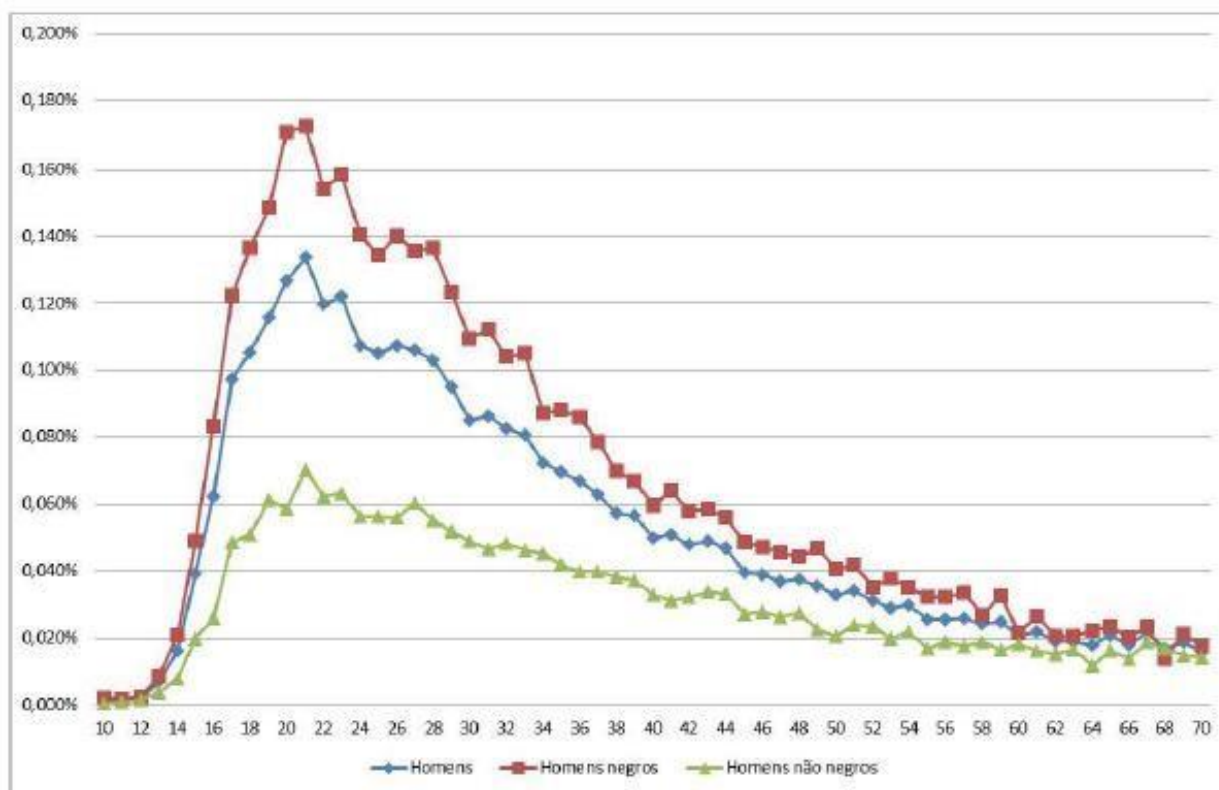
Somado a isso, no que diz respeito às mortes por AF, tem-se o indicativo de que 95% desses óbitos correspondem a homens (WAISELFISZ, 2016). Aponta-se, portanto, uma “elevada proporção de mortes masculinas nos diversos capítulos da violência letal do país, principalmente quando a causa são os homicídios” (WAISELFISZ, 2014, p. 70).

Outro dado importante a ser considerado, nesta análise, refere-se à questão racial. Os dados indicam que “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras” (CERQUEIRA et al., 2017, p. 30), sendo que “a vitimização negra entre os jovens passa de 85% em 2002 para 175% em 2012: aumenta 105,5%” (WAISELFISZ, 2014, p. 163). Entre os vinte e vinte e um anos de idade, a chance de um jovem negro ser assassinado é 147% maior em relação a outros segmentos (CERQUEIRA, 2016). Observa-se, ainda, uma tendência de diminuição no número de homicídios da população branca e aumento na população negra, tanto na população geral quanto na população jovem, sendo que

[...] entre os brancos, no conjunto da população, o número de vítimas diminui de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa uma queda de 24,8%. Entre os negros, as vítimas aumentam de 29.656 para 41.127 nessas mesmas datas: crescimento de 38,7% (WAISELFISZ, 2014, p. 150).

O gráfico a seguir permite visualizar essa afirmativa, ao indicar a probabilidade de ser vítima de homicídio quando se é um homem negro ou branco:

Gráfico 2 - Probabilidade de ser vítima de homicídio por idade, segundo a raça/cor



Fonte: Cerqueira et al. (2016, p. 22).

Em relação a essa seletividade, há que se considerar, ainda, a questão do acesso à renda vinculado a aspectos raciais, que nos auxilia na composição da imagem dos jovens que são mortos no Brasil. Segundo dados do IBGE de pesquisa domiciliar realizada em 2011, famílias brancas tendem a receber uma renda média 75,2% maior que famílias negras (WAISELFISZ, 2015). Dadas as condições históricas marcadas pela escravização da população negra, que é marca significativa na formação da sociedade brasileira, o racismo, velado ou não, é elemento que acaba por permear as relações sociais, econômicas e políticas voltadas às pessoas negras. Entre outros aspectos, isso reflete, inclusive, no que diz respeito ao acesso à renda da população negra, que participa desigualmente das condições de sobrevivência no sistema capitalista, ocupando as margens sociais também por conta da situação de pobreza muitas vezes vivenciada. O racismo, neste sentido, assume contornos múltiplos,

é institucionalizado e se materializa em práticas variadas, nos mais diferentes equipamentos e organizações, em saberes e, até mesmo, em opressões e dominações que fazem parte do que Foucault (1995) denominou de governamentalidades, baseadas em processos de dominação social, cultural e econômica. No caso da dominação racial, voltada diretamente contra os negros, é possível delimitar o

quanto a margem de liberdade e acessos está restrita nas denominadas democracias atuais (LEMOS et al., 2017, p. 169).

Assim, se são homens jovens e negros os principais alvos dos homicídios no país, há que se somar a essa composição a questão da pobreza. Conforme já discutido no primeiro capítulo, é ao jovem pobre que, historicamente, se vincula a questão da delinquência, do risco e do perigo e é sobre seu corpo que incide a violência, perpetrada pela sociedade e pelo Estado.

Ainda em relação à questão da pobreza, vale ressaltar que o acesso à renda está, na sociedade capitalista, intimamente relacionado ao acesso a bens e serviços, inclusive aqueles que deveriam ser ofertados com qualidade pelos governos. Com a progressiva privatização de serviços básicos e o sucateamento dos serviços públicos, o acesso à educação, saúde, lazer, moradia, segurança pública e outras dimensões da vida cidadã – que, legalmente, se constituem como direitos constitucionais universais que deveriam alcançar toda a população brasileira – fica prejudicado, principalmente nos espaços de moradia das camadas populares. A respeito da segurança pública, por exemplo, Waiselfisz afirma:

Em teoria, setores e áreas mais abastadas, geralmente brancas, têm uma dupla segurança: a pública e a privada, enquanto os menos abastados, que vivem nas periferias, preferencialmente negros, têm que se contentar com o mínimo de segurança que o Estado oferece (WAISELFISZ, 2015, p. 102).

A segurança que o Estado oferece aparece para essas populações, muitas vezes, com contornos de extrema violência, tendo em vista a “lógica militar” (SILVA, 2014, p. 30) ligada ao caráter repressivo assumido nesse contexto e vinculada à guerra às drogas e à criminalidade. Há, portanto, uma variação das modalidades de presença das instituições estatais nas camadas populares (SILVA, 2014): um Estado de Direito reduzido em sua função protetiva e um Estado Penal intensificado em sua função repressiva.

A respeito desse contexto de repressão, Feltran (2011) afirma que o olhar dos operadores da segurança acaba por se vincular ao indivíduo e não necessariamente ao ato ilícito cometido. Isso se desdobra em uma lógica que pune e vigia qualquer corpo que se assemelhe à imagem daquele que corporifica a delinquência. Na experiência laboral de trabalho em equipamentos da Política de Assistência Social, – que atende, em sua maioria, pessoas que experienciam a pobreza e o não acesso a direitos e serviços públicos – são comuns, no cotidiano de

escuta de jovens das periferias, as narrativas de enquadres e revistas policiais, tanto em seus territórios quanto nos momentos em que frequentam outros espaços da cidade, resultando muitas vezes em agressões e humilhações públicas. Muito comum, também, é ouvir das famílias os abusos materializados nas invasões de domicílio pela polícia, por vezes, sem mandato oficial e com extrema truculência, ofensas gratuitas, hostilidades e agressões. Nesta lógica de segurança que se configura,

O verbo empregado é o ser. Se é bandido, o sujeito passa a conter o ato ilegal em sua natureza: seu corpo passa a demonstrar o indivíduo ilegal, é ele quem passa a ser um fora da lei. [...] Absoluto no corpo do praticante, o ato ilícito passa também a comandar o olhar das forças da ordem para os corpos daqueles que lhe são semelhantes. Irmão, amigos, parentes, aqueles que tem a mesma cor, vestem-se da mesma forma (FELTRAN, 2011, p. 132).

A segurança perpetrada principalmente pela polícia militar para essa parcela da população é, contraditoriamente, extremamente violenta – abusos policiais, agressões e mortes são causadas por esses agentes de proteção social, cotidianamente. A esse respeito, o Atlas da violência 2017 afirma que a letalidade policial é produto de “um modelo de enfrentamento à violência e criminalidade que permanece insulado em sua concepção belicista, que pouco dialoga com a sociedade ou com outros setores da administração pública” (CERQUEIRA et al., 2017, p. 22), pautada em um formato de segurança pública que “se não promove, é conivente com o uso abusivo da força letal e execuções sumárias, ao mesmo tempo que expõe e vitimiza cada vez mais os seus agentes” (CERQUEIRA et al., 2017, p. 21). A notícia abaixo dá visibilidade à questão apresentada, quando fala da questão da violência policial na cidade de São Paulo:

No ano passado, foram 838 mortes. “Isso significa que foram mortos por agentes da polícia. É impossível, com 838 mortes, pensar que não existem grupos [organizados] [...]. Neste ano, já foram contabilizadas 571 mortes em confrontos com a polícia. Os números da Ouvidoria têm como base os dados informados pela Secretaria de Segurança Pública e pela Corregedoria, já somados os casos de agosto. “É um número altíssimo”, ressaltou o ouvidor. “Como no ano passado tivemos 838 [mortes], significa que estamos no mesmo patamar”, afirmou (CRUZ, 2015, n.p.).

Em relação à distribuição geográfica desses assassinatos, Waiselfisz (2016) afirma que há uma mudança em curso na última década. Se, anteriormente, a incidência das mortes de jovens era intensa nas grandes capitais, como Rio de

Janeiro e São Paulo, o que se observa, nos últimos anos, é a disseminação dessas práticas nas cidades do interior dos estados, bem como nas cidades que compõem o nordeste do país. Deste modo, o número de mortes tem atingido “crescentemente os moradores de cidades menores no interior do país e no Nordeste, sendo as principais vítimas jovens e negros” (CERQUEIRA, 2016, p. 5).

Tal fenômeno pode ser explicado pela expansão do desenvolvimento econômico a partir da década de 1990 no país, originando, no interior dos estados, novos polos de oferta de emprego, investimentos e migrações, modificando as configurações desses espaços. Esse fato, somado às insuficiências das políticas sociais e à lógica punitiva da segurança pública frente às classes mais empobrecidas, acabam por contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento também da criminalidade e da violência nessas regiões.

Apresentados os dados estatísticos, vale considerar que esses são um recorte, que representa uma parcela das violências e violações sofridas pelos jovens em nosso país. Trata-se da “ponta do iceberg, uma mínima parcela das agressões, negligências e violências que, de fato, existem e subsistem em nossa sociedade” (WASELFISZ, 2015, p. 5), haja vista a grande dificuldade de promover notificações adequadas e fidedignas das ocorrências, bem como as subnotificações. Não obstante, a juventude que vem sendo vítima da violência letal vai tomando formas bastante delineadas: o jovem negro e pobre. Sobre suas vidas incide a produção de uma série de efeitos: atos de violência, preconceito e estigmatização, perpetradas entre os próprios pares, a sociedade e o Estado.

3.2 A violência enquanto fenômeno social: atravessamentos subjetivos

A conjuntura apresentada nos questiona sobre os motivos dessas mortes, bem como sobre o silêncio social diante dessas estatísticas. Que elementos operam socialmente, banalizando, legitimando e invisibilizando as mortes de jovens negros e pobres em nosso país, marcando-os como vidas que não merecem viver? Quais os elementos que tornam, na sociedade contemporânea, algumas vidas mais valorizadas que outras?

O desafio, neste contexto, é problematizar as dimensões subjetivas que estão em jogo neste campo de tensões entre as imagens produzidas socialmente em relação a esses jovens, que circulam e nos atravessam cotidianamente, e suas

construções como sujeitos, corpos marcados insistentemente pela marginalização e pelo preconceito. Seus corpos, socialmente, circulam como imagens do risco, são a corporificação do crime e da violência e, assim sendo, necessitam ser barrados, punidos e, tal como demonstrado nas estatísticas, exterminados.

A vida desses jovens, desde a perspectiva aqui adotada, se produz como uma teia – de significados, sentimentos, pertencimentos e exclusões – que marca seus corpos e compõe seus processos subjetivos. Nesse caso, para apreender o que é ser ‘jovem de periferia’, ou como se articulam as ‘juventudes’ nesse contexto, faz-se necessário entender a partir de quais elementos discursivos, geográficos, históricos, políticos e econômicos vai se construindo essa vida.

Trata-se, aqui, da concepção da subjetividade como multiplicidade, sendo “essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 25) no registro do social. Vida polifônica, construída a partir de muitas vozes. Forjada nas relações, nos encontros e nos afetos, em meio a múltiplos agenciamentos que atravessam o campo social e, invariavelmente, nossos corpos. Nesse caso, não existem sujeitos prontos, dados de antemão. Cada sujeito é uma construção, um processo. Construção essa que se materializa no corpo, sendo esse “superfície de inscrição dos acontecimentos” (FOUCAULT, 1979, p. 22) – marcado e constituído pela história e que “atesta a ação das forças sociais que circula, em um dado tempo histórico” (TARRES; MARTÍNEZ; MANSANO, 2016, p. 220).

Portanto, cabe pensar como se constitui esse sujeito – o jovem da periferia – nas entrelinhas dos regimes de verdade em curso neste período histórico, tendo em vista que “é nessa inscrição histórica e cultural das práticas concretas que o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimento” (TAKEITI, 2011, p. 68-69). Compreendemos, portanto, a juventude como pluralidade, vivida e sentida de formas distintas a depender de uma série de experiências a que são expostos os jovens em seus diferentes contextos de vida. Esses necessitam ser considerados, correndo-se o risco, caso contrário, de cair na armadilha da generalização a partir de categorias universalizantes. Desse modo,

[...] é preciso considerar que a constituição da condição de jovem ocorre em meio a conjunturas variadas e não como um processo único. Considerando sua interpretação mediante os processos e relações de poder social, político e econômico, pode-se afirmar que o conceito e a configuração de juventude indica a existência de muitas juventudes. Portanto, não se pode afirmar que a juventude das

camadas populares perpassa pelas mesmas condições que a juventude das elites ou vice-versa (BERNARDO, 2008, p. 2).

Trata-se, aqui, de um recorte específico – a juventude pobre – compreendido como um conjunto de modos de vida característicos, diferentes de outras formas de vivenciar esse momento da vida. Em relação a esse recorte, há que se ter cuidado com a naturalização, feita em geral, da vinculação de juventude-vulnerabilidade-violência, que muitas vezes acaba por situar *a priori* a violência nos jovens das classes populares, como se fosse a única forma de sociabilidade possível a eles (TAKEITI, 2011). Nesse sentido, o próprio recorte adotado carrega em si multiplicidades que, ainda que não sejam tomadas em análise, evidencia a importância de situá-las. Assim como não há uma juventude universal, não há uma juventude pobre cristalizada em um formato.

Talvez um elemento convergente a esses jovens seja a experiência de situações de violência em seu cotidiano. Violência essa que se materializa na dificuldade de acesso a serviços públicos, nos preconceitos vinculados aos locais de moradia, nas práticas repressivas do Estado fortemente presentes nas periferias, na convivência cotidiana com o tráfico de drogas, na inserção precoce no mundo do crime, no racismo, nas agressões físicas e simbólicas, nos homicídios.

Há um extermínio em cena, relacionado à população pobre e, conseqüentemente, à juventude pobre, que se manifesta de diversas formas: desde o acesso limitado a serviços de saúde e informações sobre direitos sociais, a vivência da fome e da miséria (sua ou de seus próximos), a falta de saneamento básico em alguns territórios, a violência policial, culminando com os homicídios. Sobre essas práticas de extermínio, há que se ressaltar que os homicídios e as mortes violentas se configuram como o ponto extremo de uma série de práticas, que tem como efeito a morte ou o adoecimento das populações periféricas.

Quando analisadas historicamente, é possível perceber que as relações violentas têm sido uma marca constante na sociedade brasileira, sendo disseminadas, autorizadas e, em alguns momentos históricos do país, utilizadas como estratégia governamental. Tal fato “nos lega como patrimônio coletivo a banalização da vida, a naturalização da morte e a cultura da impunidade” (ALMEIDA, 2004, p. 49). Assim, pensar a violência cometida contra a juventude brasileira é, de alguma forma, pensar as formas de sociabilidade por meio das quais

nos constituímos como povo, desde aspectos culturais, valorativos, saberes e discursos que se constroem e se perpetuam no tecido social.

A violência compreendida enquanto questão social é conceito de difícil caracterização, tendo em vista que se trata de um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta de inúmeras formas nas diversas configurações de sociedade. Neste sentido,

Não existe uma única percepção do que seja violência, mas multiplicidade de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 17).

Problematizá-la implica, portanto, problematizar as relações estabelecidas em um contexto histórico, com atenção às relações de poder em jogo que abarcam diversas expressões das diferenças sociais, desde a desigualdade de renda às “relações de gênero, de etnia e de cultura, eixos que, igualmente, compõem os processos sociais” (LOPES et al., 2008, p. 66). Em cada situação de violência, pode-se perceber a existência de “uma rede intrincada de fatores que envolvem aspectos micro e macrosociais, bem como perspectivas da subjetividade dos atores sociais envolvidos” (RIZZINI; LIMONGI, 2016, p. 40).

Assim, a violência implica um modo de relação historicamente produzido, mas também um elemento constitutivo inerente à vida em sociedade, estando presente em todas as configurações sociais, desde o momento em que leis e normas foram criadas para regular a vida e as relações humanas. Reconhecer tal fato auxilia no exercício de análise das práticas violentas. A esse respeito, Carvalho afirma:

Primeiramente, cabe renunciar a uma condenação moral demasiadamente rápida e simplista das condições que a vida em sociedade hoje nos oferece. Não se trata de aceitar passivamente a violência presente no cotidiano, mas de reconhecer que até mesmo a moral, esta mesma utilizada para a condenação da violência, se constituiu ao longo da história pela violência continuada. Nossos valores, o nosso “bem” e o nosso “mal”, foram banhados em sangue humano, diz Nietzsche (CARVALHO, 2012, p. 16).

No contexto brasileiro, a violência é uma constante, atravessando os diversos regimes políticos e econômicos como uma das principais variáveis na construção da sociedade, sendo nossa colonização fundada na morte e destruição de centenas de populações indígenas. Além disso, as heranças escravocratas fazem parte de nossa constituição enquanto sociedade, pautadas em diversas violências dirigidas aos

escravizados, marcando nossa população, sendo o racismo e a discriminação racial efeitos duradouros e contemporâneos dessas relações (RIZZINI; LIMONGI, 2016; PEREIRA, 2010). No entanto, ainda que tais marcas sejam perenes, há que se levar em consideração que

embora historicamente a sociedade brasileira tenha sido construída com o recurso constante à violência, esta tem sido sistematicamente negada a nível ideológico. [...], no Brasil haveria uma índole pacífica supostamente herdada do português, que teria sabido tão gostosamente promover uma suave mistura de raças, criando aqui nos trópicos uma sociedade harmônica (OLIVEN, 2010, p. 6).

Distante da realidade de nosso país, essa “índole pacífica” ganha contornos de mito. Mito esse que passa a ser contestado na delimitação de imagens de indivíduos eleitos como ameaça à ordem e que, portanto, devem ser controlados e punidos. Interessa aqui pensar a ameaça que, por uma série de fatores, vai ser localizada nas classes populares e, mais especificamente, na juventude pobre (OLIVEN, 2010).

3.3 Violência urbana: os modos de habitar a cidade

Para aprofundar essa questão, há que se falar aqui da chamada violência urbana, expressa nos espaços coletivos da vida social e que é, geralmente, associada ao cotidiano das grandes cidades (RIZZINI; LIMONGI, 2016). A cidade é vista como espaço de convivência de diversas condições de vida, incluídas também as relações violentas e criminosas, intimamente vinculadas às profundas desigualdades sociais vivenciadas cotidianamente como efeitos do capitalismo. Neste sentido,

A experiência da cidade e da violência é uma experiência partilhada por todos, embora vivida sob condições de extremada diferença. Os contrastes aparecem no tecido urbano de modo muito explícito. Não há só o crescimento e a dispersão dos bairros populares da periferia, mas áreas do centro da cidade que se transformam em guetos urbanos onde vivem os mais pobres (MELLO, 2002, p. 131).

Há, portanto, um elemento de segregação vinculado a esses contrastes que perpassa a experiência da violência urbana, sendo os espaços das periferias e bairros populares avaliados como lugares perigosos. A cidade é vivenciada de formas distintas, dada essa segregação, proporcionando experiências subjetivas

também distintas. Essa segregação, associada a interesses econômicos, acabou por agravar a violência e a criminalidade nos territórios periféricos, principalmente com a expansão do tráfico de drogas e armas que tem se fortalecido no Brasil desde a década de 1980. A esse respeito, Silva afirma:

A expansão da violência urbana parece estar umbilicalmente ligada à economia internacional da droga, em particular da cocaína, que se acrescentou à secular cadeia produtiva, muito mais modesta, da maconha. O tráfico em pontos fixos, ao mesmo tempo em que, sendo ilegal, não pode prescindir do recurso à violência privada, confere uma base estável que permite a reprodução continuada dessa forma de “capitalismo aventureiro”, para usar a expressão de Max Weber. Por isso, muitas outras atividades criminais, violentas ou não, que raramente têm capacidade de se reproduzir sem interrupção, tendem, direta ou indiretamente, a gravitar em torno dele (SILVA, 2010, p. 284).

O agravante neste caso é que, dada a histórica segregação das favelas e periferias, houve um favorecimento da implantação dos comércios das drogas em seus territórios, inclusive com a consolidação e fortalecimento do crime organizado. Tais elementos acabam por fortalecer a imagem das periferias como locais de perigo e risco, sob as quais incidem práticas repressivas recorrentes, como as operações policiais, configurando-se em “ações pautadas por uma lógica punitiva que criminaliza a pobreza e policiza o social” (RIZZINI; LIMONGI, 2016, p. 35). Tais ações são vinculadas à política de guerra às drogas adotada no país a exemplo dos modelos estadunidenses. Essa política “passou a ser organizada pela prisão em massa e pela matança dos que foram forjados como monstros sociais, os classificados juridicamente como traficantes na lógica penal.” (LEMOS et al., 2017, p. 169), incidindo principalmente sobre os territórios das periferias. Assim, aos moradores desses espaços, em sua maioria pessoas pobres, a experiência da cidade, muitas vezes, está vinculada à hostilidade e ao mínimo acesso aos direitos. A respeito dessa segregação, pode-se dizer:

a cidade tem muros e divide quem pode transitar por ela e quem não pode, de maneira que, se ousar ultrapassar os limites, poderá ser eliminado como refugo social, sem a mínima culpa e inquietação por grande parte da população, a qual tem uma opinião estereotipada constituída pelas mídias oligárquicas e não democráticas (LEMOS et al., 2017, p. 171).

A esse respeito, Silva (2010) apresenta elementos que contrapõem a ideia amplamente disseminada de que as periferias seriam os espaços do perigo e,

consequentemente, habitadas por pessoas perigosas e de índole duvidosa. O autor discute que

o fato de que os “territórios da pobreza”, de uma maneira geral, tendem a ser, mundo afora [...], mais intensamente afetados pela violência policial e criminal associada ao comércio de drogas, não indica nenhuma dependência causal das disposições morais ou da conduta do conjunto dos moradores. Primeiro, porque as linhas de comando da cadeia produtiva estão fora dessas áreas e do próprio território nacional. Segundo, porque é sabido que a localização física do varejo está muito longe de restringir-se a esses espaços urbanos mais desfavorecidos, que respondem apenas pela maior visibilidade desse tipo de atividade. Finalmente, porque tanto a estratégia locacional quanto o pessoal nela ocupado dependem do tipo de droga transacionada. (SILVA, 2010, p. 285).

No que tange ao recorte da juventude, que aqui nos interessa, vale afirmar que suas configurações são também fortemente atravessadas por esse elemento, sendo os jovens pobres e moradores das periferias os mais atingidos pela violência, pois, “para os jovens que diariamente convivem com situações de violência, estas passam a fazer parte de suas escolhas e decisões, do presente e do futuro e deixam marcas físicas e/ou psíquicas por toda a vida” (RIZZINI; LIMONGI, 2016, p. 38).

A essas experiências citadas, somam-se as experiências de preconceito e estigmatização, também cotidianas, bem como práticas de extermínio que, dadas as estatísticas apresentadas, consolidam-se como ação cotidiana para esse recorte populacional. Para esta juventude, o olhar do Estado parece incidir por meio de outras regras, sendo estas vidas lembradas apenas como estatísticas e, juridicamente, muitas vezes, não recebem uma investigação precisa. Essa regulação seletiva da vida que incide sobre a vida dos jovens pobres

é um efeito dos mecanismos de segurança e das práticas biopolíticas. O fazer viver e o deixar morrer alguns grupos sociais implica em defender determinados segmentos da população, no interior do Estado Democrático de Direito. O extermínio de pessoas, avaliadas como supostamente indignas de viver é um efeito do racismo de sociedade e do Estado, sendo os corpos hierarquizados em escalas de valor, segundo critérios morais, normalizantes e da política criminal do direito penal do inimigo (LEMOS et al., 2017, p. 168).

Sob essa lógica, a juventude das periferias é compreendida como ameaça e, em nome da garantia da ordem e da segurança pública, acabam por ser autorizadas e/ou naturalizadas práticas de violência, repressão e correção objetivando o controle dos jovens “perigosos” e “delinquentes”.

3.4 A violência autorizada: o jovem negro e pobre como suspeito por excelência

Como apresentado no capítulo inicial, há uma série de produções discursivas em jogo na construção da imagem da juventude pobre como signo de risco e perigo na história brasileira. Esses discursos perduram e se conectam na atualidade, produzindo verdades amplamente disseminadas, pelas quais a imagem do jovem negro e pobre se consolida como a figura do suspeito por excelência. Sobre essa ideia de suspeição e desconfiança vinculada a uma parcela social, Misse (2014) trabalha com o conceito de sujeição criminal. Tal ideia implica uma construção social na qual “se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo- os crer que essa expectativa não só é verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade” (MISSE, 2014, p. 205). De acordo com o autor, a sujeição criminal parte da crença, compartilhada socialmente, de que o crime habita o sujeito, é parte constitutiva do seu ‘ser’.

Misse afirma, ainda, que essa relação começa a se estabelecer mais fortemente no Brasil a partir da década de 1930, com os processos de industrialização e urbanização, por meio dos quais se inicia uma normalização repressiva das massas urbanas, organizando e categorizando indivíduos a partir da lógica dos tipos sociais, como “por exemplo, ‘o malandro’, o ‘marginal’, o ‘vagabundo’” (MISSE, 2014, p. 207). Cada um deles é valorado negativamente em relação à figura do cidadão, daquilo que é “chamado hoje de ‘pessoas de bem’” (Misse, 2014, p. 207). A partir dessa prática discursiva e normalizadora em curso, a concepção da sujeição criminal se fortalece, sendo direcionada a indivíduos ou grupos sociais sobre os quais incide a expectativa do cometimento do crime.

Trata-se de alguém ou de um grupo social em relação ao qual “sabe-se” preventivamente que poderão nos fazer mal, assaltar-nos, violar-nos, matar-nos. São cruéis, matam por nada, não respeitam ninguém, não têm valores nem ideais, são “monstros”, “animais”, “pessoas do mal”, bandidos infames. No limite, sua vida é indesejável para a sociedade” (MISSE, 2014, p. 208).

Nesta direção, a sociedade passa a prevenir-se, partindo, principalmente, de estratégias e procedimentos de vigilância, controle e correção. Esses são exercidos a partir de “poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e de correção – a polícia para a vigilância, as instituições

psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para a correção” (FOUCAULT, 2003, p. 86). Tais práticas são exercidas em instituições que surgem para lidar com a ideia da periculosidade, sendo que, desde a lógica das virtualidades, “a vigilância sobre os indivíduos se exerce ao nível não do que se faz, mas do que se é; não do que se faz, mas do que se pode fazer” (FOUCAULT, 2003, p.104).

Ainda em relação ao conceito de sujeição criminal, para nossa discussão acerca dos elementos que constituem a juventude das periferias, cabe descrever algumas de suas principais dimensões. Em primeiro lugar, trata-se da expectativa compartilhada socialmente de que indivíduos e grupos, a partir de certas características, são mais propensos à criminalidade, atribuindo ao sujeito uma essência perigosa e irrecuperável (MISSE, 2014). Isso evidencia uma perspectiva individualizante, naturalizante e culpabilizante. No contexto brasileiro, marcado pelas relações racistas legitimadas por discursos biologicistas e eugenistas, podemos afirmar que, em larga medida, é a figura do negro que surge historicamente como suspeita por excelência. A ele são atribuídas, “com frequência, características fenotípicas do negro ao comportamento criminoso, atribuindo-lhe uma natureza delinquente a priori, ou seja, estabelecendo o que seria a figura do ‘criminoso nato’” (ANDRADE; ANDRADE, 2014, p. 259). Elemento que nos auxilia a compreender a juventude negra como a maior vítima de homicídios no Brasil.

Outra dimensão que interessa destacar é a discriminação de características físicas e culturais que se associam a esses indivíduos ou grupos considerados perigosos. Características como “cor, roupas, marcas corporais, local de residência, modo de andar, origem social, etc.” (MISSE, 2014, p. 209) e que os marcam, tornando-os alvos de suspeição e criminalização, “apresentada e justificada como um critério preventivo de controle social” (MISSE, 2014, p. 209).

No contexto laboral da Política de Assistência Social, é comum ouvir relatos de adolescentes que passam, cotidianamente, por revistas policiais por andar com determinados tipos de roupa e acessórios que, neste momento histórico, são associados ao mundo do crime. Boné de aba reta, cordão no pescoço, camisetas e *shorts* largos e coloridos, tênis chamativos são exemplos dessa caracterização. Esses têm seu acesso a espaços públicos e privados dificultados pela sua cor de pele (geralmente jovens negros). Trata-se de jovens e adultos que não são sequer chamados para entrevistas de emprego quando deixam seus currículos nas

empresas por morarem em bairros da periferia considerados “perigosos”, entre tantas outras situações que poderiam ser utilizadas para ilustrar essa dimensão. Mais uma vez, podemos destacar a questão racial como dimensão relevante para análise, tendo em vista que

A associação do indivíduo negro à criminalidade e delinquência, para além dos paradigmas biológicos ou evolucionistas em termos culturais, mantém-se presente no que poderíamos chamar de imaginário coletivo, ou de forma mais específica, nas próprias dinâmicas da vida cotidiana. Estas, por sua vez, agem no sentido de atribuir ao negro uma potencialidade criminoso. (ANDRADE; ANDRADE, 2014, p. 260).

A partir dessa associação, a figura do suspeito por excelência, na sociedade brasileira, adquire contornos muito claros: o jovem negro pobre e morador da periferia. E é sobre esse suspeito que incidem as práticas violentas e, principalmente, a violência letal, haja vista que, dadas as condições da sujeição criminal, àqueles que são considerados perigosos “a regra seguida não é a da ‘presunção de inocência’, mas a da desconfiança e da ‘presunção (preventiva) de culpabilidade’” (MISSE, 2014, p. 209). Essa forma de pensar e abordar o jovem, muitas vezes, legitima atos como “fazer justiça com as próprias mãos” ou, então, práticas de extermínio sob a alegação da proteção do “cidadão de bem” e do patrimônio. Trata-se de práticas e discursos altamente violentos, atualizados pelo cidadão comum, e que são amenizados pela afirmativa tantas vezes ouvida nos diversos contextos de que “bandido bom é bandido morto”.

Neste sentido, a vida desses jovens se aproxima de maneira significativa daquilo que Agamben denomina como “vida matável” (AGAMBEN, 2002, p. 84). Vida que é banida, olhada como elemento perigoso e que necessita, de alguma forma, deixar de existir, seja no plano simbólico, seja no plano concreto do extermínio. Vida exterminada, morte banalizada, inclusive entre eles próprios, “uma morte sem importância para eles – afinal, quem está na *vida loka*, reconhece de antemão seu destino” (SOUZA, 2012, n.p.). O efeito violento desse discurso e dessa prática, em síntese, é o de que, em relação a essas vidas que não merecem viver, não haveria o que lamentar.

4 O DISCURSO MIDIÁTICO E A PRODUÇÃO DE VERDADES NO TECIDO SOCIAL

Buscaremos, neste capítulo, apresentar alguns elementos a respeito da mídia e, mais especificamente, do jornalismo impresso, que auxiliem na discussão dos efeitos de seus enunciados na produção de regimes de verdade e práticas sociais relativas ao campo da juventude das periferias. Compreende-se, aqui, a mídia desde uma perspectiva histórica e como campo discursivo permeado por intencionalidades políticas, econômicas e culturais que necessitam ser consideradas quando se pensa o alcance dos discursos por ela veiculados.

Silverstone (2005), na intenção de problematizar o porquê se deve estudar a mídia, afirma que, na contemporaneidade, essa se torna “parte da textura geral da experiência” (2014, p.14), o que implica afirmar que ela contribui para a nossa apreensão e compreensão da realidade, bem como para a capacidade de produzir e partilhar significados, nos conectando ao mundo e aos outros, ampliando as fronteiras globais e atravessando a vida privada. Assim, faz-se necessário compreendê-la como dimensão social, cultural, política e econômica que constitui, por meio da disseminação de seus enunciados, o tecido social. A mídia, neste sentido, é pensada a partir de seu caráter processual, não como uma instituição fechada, mas um campo em constante movimento. Dessa forma,

Entender a mídia como um processo – e reconhecer que o processo é fundamental e eternamente social – é insistir na mídia como historicamente específica. [...] Entender a mídia como processo também implica um reconhecimento de que ele é fundamentalmente político ou talvez, mais estritamente, politicamente econômico. (SILVERSTONE, 2005, p. 17).

Quais os efeitos de a mídia ser considerada historicamente específica e politicamente econômica? Pode-se dizer que ela é marcada pela parcialidade e, na maioria dos casos, dominada por instituições financeiras que controlam as “dimensões produtivas e distributivas da mídia contemporânea” (SILVERSTONE, 2005, p. 18).

4.1 A mídia como prática discursiva

Entende-se que, na contemporaneidade, a mídia funciona como o dispositivo principal na construção de uma história do presente, sendo que, de acordo com

Gregolin (2007, p. 16), “é ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente”. Atribuímos à mídia, “em última instância, organizar discursivamente o mundo como convém a quem o domina” (BERGER, 2002, p. 279). Assim, ela pode ser pensada desde múltiplos lugares:

como condutos, que oferecem rotas mais ou menos imperturbadas da mensagem à mente; [...] como linguagens, que fornecem textos e representações para interpretação; [...] como ambientes, que nos abraçam na intensidade de uma cultura midiática, saciando, contendo e desafiando sucessivamente. [...] como extensões do homem, como próteses, que aumentam o poder e a influência, mas que talvez [...] tanto nos incapacitam como nos capacitam, enquanto nós, objetos e sujeitos da mídia, nos enredamos mais e mais no profilaticamente social (SILVERSTONE, 2005, p. 16).

Neste sentido, a mídia funciona na atualidade como um dos principais veículos de construção e disseminação de enunciados, tendo em vista que ela “por sua extensão, formatação, penetração e por ser lugar de produção e circulação de variados discursos – constitui uma importante instância na produção subjetiva contemporânea” (HENNIGEN, 2006, p. 47). E isso se opera tanto no que a mídia diz e torna visível quanto no que oculta e silencia. Esses efeitos operam a partir das produções discursivas organizadas pelos dispositivos midiáticos, sendo a mídia uma prática discursiva, um produto da linguagem e um processo histórico (GREGOLIN, 2007). O discurso, neste sentido, “não é uma das funções entre outras da instituição midiática; é o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento”. (RODRIGUES, 2002, p. 217).

Vale ressaltar que o discurso é uma prática social por meio da qual se constituem uma série de produções sociais que incidem sobre os sujeitos. De acordo com Foucault (2009), os discursos são produzidos historicamente, se engendram a partir da apropriação que os sujeitos fazem das diversas práticas discursivas disseminadas em determinado tempo histórico. São, ainda, resultantes das inúmeras relações de poder existentes, tendo em vista que o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearnos” (FOUCAULT, 2009, p.10). Ele, então, deixa de ser apenas um aglomerado de referências a “coisas”, o significado deixa de se resumir àqueles significados que estamos acostumados. É mais do que a junção de letras e uma

sequência de palavras, ele passa a ser uma rede conceitual com significação própria, uma prática que forma sistematicamente os objetos de que falam. Os discursos, neste sentido, são práticas sociais vinculadas a campos de saber histórica e socialmente localizados, sendo que “as ‘coisas ditas’ [...] são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo” (FISCHER, 1996, p.106).

O discurso midiático é uma das produções que compõe essas engrenagens discursivas na contemporaneidade, produzindo uma série de efeitos sobre o tecido social. Partindo da premissa de que a mídia ‘tem lado’, de que ela se insere num campo político, compartilhando elementos inerentes e/ou intrínsecos a um grupo, e de que é atravessada por interesses daqueles que a financiam, os discursos por ela disseminados são versões da realidade – localizadas e parciais – e tem como um de seus efeitos a construção de enunciados com estatuto de verdade. Tais discursos são amplamente consumidos nos mais diversos estratos sociais, formando opiniões públicas e ofertando uma série de regulamentações sobre os modos de viver num determinado tempo histórico. Assim,

os discursos veiculados pela mídia, baseados em técnicas como a confissão (reportagens, entrevistas, depoimentos, cartas, relatórios, descrições pedagógicas, pesquisas de mercado), operam um jogo no qual se constituem identidades baseadas na regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida (GREGOLIN, 2007, p. 18).

Isso ocorre a partir de uma série de estratégias, que garantem ao discurso midiático efeitos de universalidade e veracidade, bem como de imparcialidade e objetividade. A esse respeito, Rodrigues (2002) vai afirmar que:

Uma das principais características do discurso midiático é o fato de se apresentar como um discurso acabado e de funcionar aparentemente sem intermitências nem vazios.[...] flui de maneira constante e ininterrupta, encadeia enunciados que se apresentam habitualmente de forma acabada, escondendo seus processos de gestação (RODRIGUES, 2002, p. 217).

Essa característica, que oculta o caráter processual da enunciação construído pelo texto midiático, e mais especificamente pelo texto jornalístico, imprime um efeito de completude que, somado à prática linguística que o autor assinala – do uso predominante da terceira pessoa –, vai garantir ao discurso midiático “uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade da

narração dos fatos independente do lugar de fala do enunciador” (RODRIGUES, 2002, p. 217-218), tal qual como ocorre com os discursos históricos e científicos.

Outra estratégia empregada pelos meios jornalísticos é a utilização e assimilação de saberes científicos na construção de seu conteúdo (HENNIGEN, 2006). É comum observarmos, nos programas televisivos, jornais e revistas, a presença de entrevistas, pareceres e opiniões de profissionais quando há discussão de alguma temática, o que nos auxilia a perceber que “as vozes que falam na mídia fazem eco a outros dizeres que vêm de outros lugares da sociedade” (GREGOLIN, 2007, p. 22). Tendo em vista que a mídia, por si mesma, não produz saberes, ela, por uma série de estratégias, organiza os saberes produzidos por áreas do conhecimento e fornece ao consumidor (leitor, ouvinte, telespectador, internauta) uma narrativa produzida e organizada a respeito de um tema. Assim, o “fato de assimilar parte da dimensão discursiva das outras instituições contribui para a função de mediação de que o discurso midiático é responsável” (RODRIGUES, 2002, p. 222).

Os textos midiáticos, nessa perspectiva, não oferecem a realidade especificamente, mas “uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2007, p. 16). Tais narrativas assumem estatutos de verdade, vinculadas a diversas estratégias de poder existentes em nossa sociedade, que sustentam a lógica da veracidade e/ou confiabilidade da notícia veiculada, sendo que “cada sociedade tem seu regime de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 1979, p. 12). A mídia, neste sentido, funciona como mais um dos discursos que circulam e que estão produzindo versões sobre a vida e seus desdobramentos. Sua particularidade consiste em ‘emprestar’, de outros campos, saberes que lhe sejam úteis para disseminar uma informação ou notícia. Assim, pode-se afirmar que a mídia adquire esse alcance social justamente por articular narrativas privadas e públicas, de diversos campos, costuradas e aproximadas pelos discursos cotidianos, e operando de forma interdependente, nos permitindo “moldar e avaliar a experiência.” (SILVERSTONE, 2005, p. 31). Ela, por meio dessas estratégias,

nos ensina, cativa com sua (questionável) abertura para o novo e dá exemplos de formas de viver. Assim, lendo revistas e jornais, olhando televisão, aprendemos a ser, a conhecer o mundo, a atribuir

valores, a pensar e a sentir de certas formas. E não de outras, pois a mídia *não mostra* o mundo por todos os ângulos. (HENNIGEN, 2006 p. 48).

Dessa forma, no que diz respeito à problemática em tela nesta pesquisa, debruçar-se sobre a relação da mídia com as práticas de extermínio e violência dos adolescentes e jovens auxilia na discussão de como essas formações discursivas vêm legitimando práticas sociais em nossa sociedade. Para tanto, interessa compreender como se estabelece, no campo enunciativo, o texto jornalístico e, em especial, as características que o conformam no contexto brasileiro, retomando a importância de pensar a mídia como produção discursiva histórica, política e economicamente localizada.

4.2 Mídia e jornalismo brasileiros: intencionalidades e parcialidades

No que diz respeito à mídia brasileira, Azevedo (2006) afirma que nosso mercado midiático é marcado por alguns elementos que auxiliam a compreender como se orientam esses enunciados e quais seus efeitos sociais. São eles: o “surgimento tardio¹⁰ da imprensa, baixa circulação dos jornais, orientação para as elites e centralidade da televisão no sistema de mídia” (AZEVEDO, 2006, p. 91). A esses, soma-se a questão do monopólio familiar e político na propriedade dos meios de comunicação de massa e a inexistência de uma imprensa partidária ligada a interesses das minorias que seja de alcance nacional.

O efeito disso, de acordo com o autor, implica uma “reduzida e precária diversidade externa” (AZEVEDO, 2006, p.101). Somado a isso, há um viés bastante conservador e um jornalismo “orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes” (AZEVEDO, 2006, p. 89), associado a um cenário de recente retorno da democracia e da liberdade de imprensa no país. Todo esse panorama, atravessado pelas questões identificadas anteriormente, contribui para a disseminação de uma série de discursos hegemônicos, que são amplamente aceitos, consumidos e reproduzidos socialmente. Mais especificamente sobre o

¹⁰ A imprensa brasileira, de acordo com os autores pesquisados, surge em 1808 (AZEVEDO, 2006; MARTINS; LUCA, 2008; BRANDÃO, 2014), sendo que “a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado”. (MARTINS; LUCA, 2008, p. 8).

jornalismo impresso, neste contexto de produção e disseminação de verdades, Martins e Luca (2008) afirmam que ele tem sido de bastante importância histórica no país. Neste sentido, dizem:

a despeito do advento do rádio na década de 1920 e da inauguração da televisão em 1950, o veículo impresso manteve-se cumprindo seu papel de quarto poder, mobilizando decisivamente os destinos do país. Não sem agravantes, que determinaram escritos da imprensa que se traduziram em sangue, morte e rupturas (MARTINS; LUCA, 2008, p. 12).

Portanto, torna-se relevante a discussão do jornalismo impresso e seus impactos, ainda que, na atualidade, outros veículos assumam um lugar de visibilidade mais pronunciada, como é o caso da televisão e da internet, entendendo o jornal como “espaço público de representação simbólica” (MOSCA, 2002, p.11). O jornalismo, compreendido como prática social, opera na captação, transformação, produção e circulação de acontecimentos, num exercício de interpretação do presente, sendo que “ao veicular as várias vozes que constituem os acontecimentos explicita que faz parte de um determinado tempo histórico e que é produzido por sujeitos históricos” (BERGER, 2002, p. 283).

Ainda neste sentido, em contraponto à hipervelocidade da divulgação dos fatos por esses diversos meios, “espera-se da imprensa escrita a vitalidade dos comentários, a reflexão em torno dos principais acontecimentos” (MOSCA, 2002, p.12), transformando o jornalista, nesse caso, em um historiador do instante (MOSCA, 2002). Além disso, cabe ressaltar que o jornalismo impresso no Brasil, principalmente no que diz respeito aos jornais de maior circulação, possui um público-alvo bastante específico, sendo sua escrita direcionada e intencional:

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes AB (os chamados “formadores de opinião”), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta. (AZEVEDO, 2006, p. 95).

Assim, temos como elemento de importância para discussão o fato de que não há objetividade e neutralidade no campo jornalístico. O dizer não é neutro, é

sempre atravessado tanto pelos valores e crenças daquele que escreve quanto do próprio jornal veiculado que, devido a uma série de questões, é pautado por um conjunto de crenças políticas e valores morais que conduzem sua linha editorial. Valores e crenças que nem sempre estão explícitos, isso em nome de uma suposta objetividade e neutralidade conferida à mídia por meio do fortalecimento do jornalismo informativo em detrimento ao jornalismo de opinião – ao produzir as notícias desde a perspectiva informativa, intenciona-se trazer o fato sem necessariamente emitir opiniões diretas a respeito, o que acaba por conferir ao texto a ideia equivocada de que a única intencionalidade seria a divulgação dos fatos.

No entanto, o que se escolhe noticiar, o lugar que isso ocupa na diagramação do jornal, as palavras utilizadas para narrar, entre outros aspectos, são elementos que compõem os enunciados midiáticos e que dizem dos lugares que as notícias e, conseqüentemente, os acontecimentos, ocupam em determinado jornal. Portanto, pode-se afirmar que

De forma alguma o jornalismo é uma ciência exata. A subjetividade tem um forte peso na composição não somente do texto redigido, mas na disposição desse texto já editado na página do veículo – eventualmente com foto, gráficos ou outras iconografias que objetivam ampliar a visão do leitor diante do fato ali relatado (CONCEIÇÃO, 1998, p. 2).

Um dos fatores que implica nessa não neutralidade é o fato de que “a imprensa tornou-se um domínio empresarial com todos os imperativos de concorrência, lucro e vantagens” (MOSCA, 2002, p. 11-12), transformando, ao longo do tempo, os jornais em prestadores de serviços e os leitores em consumidores, fatos esses que auxiliam na compreensão do jornalismo desde dois indicadores: “os vínculos com o mercado – dos patrocinadores e dos consumidores – e a equação do vivido num espaço editável” (BERGER, 2002, p. 274), sendo que a questão que ecoa para um editor, nesse caso, é “o que há de novo no mundo hoje que ‘caiba’ no meu jornal, que conquiste os leitores e não se confronte com os que o sustentam economicamente” (BERGER, 2002, p. 274). Além disso, tratando-se de um campo economicamente rentável, “a informação e a credibilidade se transformaram, pelo menos teoricamente, nas principais mercadorias dos jornais” (AZEVEDO, 2006, p.105).

4.3 A produção da noticiabilidade dos acontecimentos

Ainda em relação a não neutralidade no campo midiático e, conseqüentemente, no campo da mídia impressa, Berger (2002) assinala que o poder da mídia, na atualidade, consiste na possibilidade de produção de sentidos que são projetados e legitimados, conferindo visibilidade aos fenômenos. E, nesse caso, estamos falando dos fenômenos que, de alguma forma e por algum motivo, atraíram os jornalistas e o mercado a que atendem. Ainda de acordo com a autora, esse poder da mídia advém justamente de sua condição de mediação, “não só de estar entre, ou de intermediar as vozes do acontecido, mas de selecionar, enfatizar, interferir através de palavras e imagens na construção simbólica dos acontecimentos” (BERGER, 2002, p. 282), sendo essa seleção sempre parcial. Nunca, portanto, o jornal está isento de posições e valores, ainda que, por uma série de estratégias, pareça apresentar as diversas versões do fato em questão. Assim,

Todo leitor que acompanhou a cobertura de alguma reivindicação social na qual esteve envolvido [...] sabe por experiência que o jornal não foi isento. Pode até ter trazido as duas versões, mas a legenda na foto, o número de manifestantes, a palavra que designa o movimento, a edição da página, tomam posição. E a posição negada em nome do princípio liberal do jornalismo – a imparcialidade – é que confirma a função que a história reservou à imprensa. **A ela cabe, em última instância, organizar discursivamente o mundo como convém a quem o domina.** (BERGER, 2002, p. 279, grifo nosso).

Ademais, também essa imparcialidade aparece naquilo que a mídia oculta, intencionalmente ou não. A consideração de que aquilo que não é dito, não é noticiado, também opera nesse processo de produção de sentidos e regimes de verdade (MOSCA, 2002). Cabe, assim, fazer o exercício de compreensão em relação ao que a mídia revela e àquilo que ela oculta. No caso da questão das mortes de jovens, por exemplo, um fator que chama a atenção é a não caracterização racial das vítimas, não apresentando ao leitor esse dado, que auxilia na composição de uma imagem de quem seja a juventude que morre. Tal como discutido anteriormente, trata-se, principalmente, de jovens negros. Quando aparece esse dado, na maioria das vezes, ele está vinculado aos relatos das violências criminais, sendo o negro apresentado como algoz, o que acaba gerando, como efeito, a construção da ideia de periculosidade vinculada à população negra no Brasil.

Nisso, aliás, resulta o maior problema do afrodescendente na era contemporânea que é por excelência a era do signo imagético. De tanto ter a sua imagem reproduzida nas páginas destinadas ao relato das violências criminais, como vítima ou algoz, o afrobrasileiro acaba confundido com a própria imagem do crime (CONCEIÇÃO, 1998, p. 3).

A esse respeito, Conceição (1998) afirma que o que falta em palavras quando da caracterização racial, escapa por meio da imagem, recurso amplamente utilizado pelas páginas policiais dos jornais, entendida pelo autor como “um elemento revolucionário de leitura jornalística” (CONCEIÇÃO, 1998, p. 2). A imagem é incontestável e, neste campo, participa também desse jogo de mostrar e ocultar operado pela mídia, tendo em vista que ela, por seu caráter polissêmico (JOLY, 2007), acaba por veicular informações, visões de mundo, recortes da realidade.

Ampliando essa discussão, compreendemos que as imagens ocupam um lugar fundamental na mídia impressa, na composição dos jornais – seja por meio de fotografias, de ilustrações e gráficos – utilizadas tanto como complementares ao texto quanto de maneira independente no periódico. Sua utilização se relaciona

a uma rede de associações entre os signos textuais, plásticos e icônicos que provocam no leitor, por sua vez, outras associações que transmitem mensagens sobre a identidade da publicação, sobre o conteúdo específico que está sendo trabalhado naquela página. (GRUSZYNSKI, 2011, p. 8).

Ela participa, neste sentido, dos processos de construção de enunciados, que se exprimem na “forma de textos imagéticos” (ANTUNES, 2005, p. 9), participando do conjunto de enunciados circulantes no espaço do jornal. E, nesta perspectiva, pode-se afirmar que a linguagem jornalística funciona a partir da articulação conjunta entre diversas linguagens: “verbal escrita, fotográfica, gráfica e diagramática” (ANTUNES, 2005, p. 13), articulação essa que produz os sentidos enunciados pelo jornal.

Assim, cabe também sinalizar algumas questões relativas à diagramação dos jornais, tendo em vista que a dimensão espacial da distribuição dos acontecimentos também participa da construção enunciativa relativa ao que é noticiado. O planejamento gráfico de um jornal, “ao conformar a materialidade do periódico, atua como mediador, estruturando a organização e hierarquia dos elementos informativos, segundo critérios de edição” (GRUSZYNSKI, 2011, p. 7). A esse respeito, pode-se afirmar que

A escolha de um caractere, o formato, a paginação, o espaçamento entre as palavras, a qualidade do papel utilizado tem também efeitos de sentido, visual e tátil, e essas formas gráficas antecipam o estatuto social do que é apresentado para ser lido (e, portanto, a recepção reservada pelo leitor). Esses arranjos formais são constitutivos da própria mensagem. No jornal impresso falamos sem dúvida de significados incrustados, manifestos em um espaço visual. (ANTUNES, 2005, p.13).

A forma do jornal, nesta perspectiva, evidencia uma série de relações que se articulam na produção da publicação. Desde a capa à divisão das seções e cadernos, tudo participa de uma racionalidade que tem como objetivo capturar a atenção do leitor e conquistá-lo enquanto consumidor. Ana Gruszynski (2011), a esse respeito, vai afirmar que

A capa, portanto, atua como um convite para a compra do periódico, uma provocação para pegar a publicação na banca e interessar-se pelo seu conteúdo. O miolo continua a experiência da oferta de informação, onde os elementos gráficos são arranjados de modo a criar e consolidar o estilo da publicação. (GRUSZYNSKI, 2011, p. 3).

A partir dessa discussão, podemos pensar, brevemente, no que torna um fato algo estratégico para ser noticiado, ou o que faz um acontecimento ganhar o estatuto de notícia desde a perspectiva do jornalismo. Antunes (2005) vai afirmar que o discurso jornalístico presentifica realidades, ao mesmo tempo em que coloca o leitor diante dela, construindo a atualidade do acontecimento e, conseqüentemente, da notícia. De acordo com o autor, esse processo de construção do acontecimento no campo midiático, que produz discursivamente sua atualidade, é atravessado por três questões principais:

como esse acontecimento é narrado para se transformar em informação e como essa informação é dotada de um valor e uma significação que a faz emergir de um fluxo, tornando-a um acontecimento que incide novamente sobre a percepção do acontecimento. (ANTUNES, 2005, p. 4).

Tais questões norteiam a noticiabilidade de um acontecimento em determinado tempo histórico e político. Motta (2002) considera que a noticiabilidade vai depender de qualidades do próprio acontecimento e que esse deve ter “atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida), impacto e significância”. (MOTTA, 2002, p. 308). Tais elementos o autor vai chamar de valores- notícia, que garantem aos fatos a existência pública de notícia. Os valores-notícia, por sua vez, são divididos desde cinco critérios: “Substantivos; Relativos ao produto;

Relativos ao meio; Relativos ao público; Relativos à concorrência” (MOTTA, 2002, p. 308). A noticiabilidade, portanto, é construída socialmente, a partir daquilo que será mais rentável, chamará mais a atenção do público e será aceito pelos financiadores, levando em consideração que o acontecimento noticiado “se inscreve sobre uma memória social, política e histórica que é também determinante na compreensão e designação do próprio acontecimento” (ANTUNES, 2005, p. 3).

Isso auxilia a pensar os motivos econômicos da visibilidade ou invisibilidade de certos assuntos nos cadernos jornalísticos. É comum observar, por exemplo, nos jornais de grande circulação, que matérias relativas à economia e política normalmente ocupam as primeiras páginas dos jornais, em detrimento, por exemplo, das notícias policiais, normalmente alocadas em pequenos espaços dentre uma série de outros elementos. Isso pode ser pensado a partir da relevância econômica que certas temáticas possuem em detrimento de outras. Notícias policiais, quando adquirem visibilidade maior, normalmente vêm vinculadas à ideia da falta de segurança pública e a uma série de enunciados veiculados à ideia da periculosidade e da violência urbana disseminada. Neste sentido,

Do ponto de vista editorial, é aceitável que os casos graves, em especial os que atentam contra a vida ou resultam em mortes, sejam mais notícia do que quaisquer outros. A morte é impactante por natureza, a morte violenta pela mão de terceiros é mais impactante ainda. A construção do mito da periculosidade está no fato de essa notícia vir quase sempre desacompanhada de contextualização – a ausência de estatísticas que situem o tipo de crime na escala da Violência e ajudem o leitor a entender quanto há de rotina ou acidental no fato (ANDI, 2001, p. 15).

No caso da violência, por exemplo, o relatório “BALAS PERDIDAS: Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência”, produzido em 2001 pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), traz a seguinte afirmativa:

na imprensa, a violência não é tratada como fenômeno social, mas somente como uma mera sucessão de casos. De muitos casos, aliás, porque multiplicam-se as matérias sobre agressões e crimes, mas num esforço que se reduz a balas perdidas – tão raras são as investigações jornalísticas que tornam plural a visão sobre o fenômeno. Mais estarecido ainda ficará o leitor se acreditar que a mídia (seus profissionais) reflete exatamente o nível de maturidade da sociedade na compreensão de si mesma (ANDI, 2001, p. 6).

Mais especificamente no caso da violência contra crianças e adolescentes, a pesquisa constata que a notícia desses fatos alcança os leitores muito mais por

meio das páginas policiais do que pelos espaços reservados a discussões sociais e de Políticas Públicas (ANDI, 2001). Quando da cobertura do envolvimento de adolescentes com a violência, “os jornalistas se valem muito pouco de dados, legislação e referências bibliográficas para escrever as notícias, o que empobrece o debate” (ANDI, 2001, p.24). Ademais, quando se utilizam de pesquisas acadêmicas a esse respeito, geralmente se utilizam de produções que reforçam os estereótipos e estigmas relacionados a uma parcela dessa juventude que é vista como perigosa e desviante (MELLO, 2002).

Isso acarreta, como um de seus efeitos, a construção de imagens descontextualizadas e parciais acerca das violências noticiadas que envolvem essa parcela da sociedade, colaborando com a disseminação da noção de periculosidade da juventude, amplamente consumida no tecido social. A esse respeito, Mendes (2013) afirma que o efeito social dessas práticas enunciativas da mídia em relação a adolescentes e jovens acaba por fortalecer formações discursivas já circulantes no imaginário social, corroborando e reafirmando a ideia da juventude como violenta e perigosa, sendo que

por meio da ficção midiática, que constrói enunciados através de formações discursivas já sedimentadas no imaginário social, que retomam uma memória discursiva anterior, há na população uma crescente crença neste imaginário da juventude como violenta e como problema. A população passa, então, por meio de gestos de interpretação ativados pela memória metálica, a reproduzir este discurso em suas falas e em suas atitudes, sendo, muitas vezes, complacente com a situação de extermínio e de marginalização dos jovens das periferias urbanas [...]. Os enunciados produzidos pela mídia acabam cristalizando tais conclusões previamente construídas, estimulando o preconceito, a invisibilidade e a caracterização da juventude como problema e autora da violência (MENDES, 2013, n.p.).

Tais estratégias midiáticas podem ser observadas, inclusive, na utilização, pela mídia, de enunciados que fortalecem a ideia da marginalidade vinculada aos jovens pobres, como é o caso do uso do termo “menor” quando presente na enunciação de algum fato envolvendo adolescentes de classes populares. É possível atualizar os efeitos dessa produção, no trecho de notícia destacado a seguir:

Aquele monstro que deve ser chamado de “O Menor” — cujos nome e cara não podem ser divulgados para preservar a sua integridade moral —, que participou do assassinado bárbaro da dentista Cinthya

Magaly Moutinho de Souza, era já um velho conhecido da Polícia (AZEVEDO, 2013).

Tal uso remete à noção de situação irregular, à individualização e à descontextualização desse adolescente ou jovem na sociedade. A partir dessa estratégia discursiva, o sujeito é destituído de seu lugar de singularidade e passa a concentrar em si as características do adjetivo que lhe é concedido, carregado de estereótipos. Mello (2002) vai afirmar que essa estratégia

[...] é quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência. Através das imagens e das palavras, eles são fotografados e rotulados. Não se vêem mais pessoas. Elas tornaram-se rótulos: vêem-se carentes, favelados, ladrões, menores infratores, delinquentes, criminosos, bandidos, viciados (MELLO, 2002, p. 139).

Em relação ao trato despendido aos jovens de outras classes sociais, observa-se, também, uma estratégia na diferença de tratamento, pois “somente quando os filhos das classes média e alta viram notícia, o termo adolescente costuma ser utilizado” (ANDI, 2001, p. 22). Desta forma, a mídia acaba reforçando uma série de estereótipos e estigmas em relação aos jovens pobres e moradores de periferias, ativando “uma memória discursiva que produz no leitor gestos de leitura que confirmam a percepção da juventude como autora da violência, sem maior contextualização ou reflexão” (MENDES, 2013, n.p).

Além disso, em relação à violência cometida contra os jovens, o que se observa, geralmente, é que “quando os jovens vitimados pertencem às camadas ricas, a mídia clama pela punição dos culpados” (MELLO, 2002, p.139), sendo esses acontecimentos amplamente noticiados e discutidos. No entanto, quando essas mesmas violências são cometidas contra jovens das periferias essa comoção geralmente não ocorre, sendo essa violência silenciada, evidenciando, no campo enunciativo, que “há violências que não contam, como se fossem ritos necessários à depuração da sociedade” (MELLO, 2002, p. 139).

A morte desses adolescentes e jovens adquire visibilidade midiática na medida em que é possível localizá-la dentro de uma rede interpretativa e representativa, que corrobora a produção da imagem de periculosidade vinculada à juventude das classes populares. Tal construção se articula por meio de elementos discursivos que conformam uma imagem em relação a esse jovem que morre. Na notícia abaixo, é possível observar alguns desses elementos discursivos como, por

exemplo, a ideia de confronto com a polícia, as características apontadas pelas vítimas, posse de armas e drogas:

Dois adolescentes de 16 e 17 anos foram mortos em confronto com a polícia, na noite de quarta-feira (...). Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), a dupla reagiu a uma abordagem policial que procurava autores de diversos assaltos (...). De acordo com a polícia, os adolescentes estavam em uma motocicleta com as mesmas características apontadas pelas vítimas dos assaltos e, ao serem abordados, dispararam tiros contra os policiais, que reagiram e balearam os menores. (...). Os policiais apresentaram dois revólveres calibres 32 e 38 - um com cinco cartuchos deflagrados e um picotado, e outro com quatro cartuchos deflagrados, um picotado e outro intacto, - uma motocicleta cor azul e placa de Conceição do Coité, três aparelhos celulares, um pino de cocaína e dois papелotes de maconha encontrados com a dupla. (MENORES SUSPEITOS, 2016).

Ao articular modos específicos de significação da realidade, notícias sobre extermínio de jovens nas periferias brasileiras se configuram como operadores de vigilância e normalização social. Retomando elementos discutidos anteriormente, pode-se dizer que a mídia “fala” de um lugar social localizado, que mantém relação com o contexto político e cultural de seus interlocutores. Logo, é por meio de imagens, discursos e tendências, supostamente aceitas e compartilhadas pela maioria da população, que as notícias são construídas (PEREIRA, 2009). Deste modo, a mídia faz circular determinadas “verdades” sobre o extermínio de jovens na periferia, correlacionadas a premissas de anormalidade, imoralidade, insensatez, ausência de caráter, incivilidade, perigo, entre outros enunciados que operam na correlação entre juventude, classes populares e desvio, como se pode verificar no trecho da notícia destacado a seguir:

Para o delegado que chefiou as investigações, Waldomiro Bueno Filho, o jovem apreendido é frio, não demonstra arrependimento e não tem “freio moral”. “Ele está mais para um novo Champinha. É muito evidente que ele tem um desvio mental, não tem um pingão de freio moral”, afirmou o delegado, referindo-se ao jovem que, em 2003, quando tinha 17 anos, foi preso pelo estupro e morte da adolescente Liana Fridenbach, 16 (BENITES; JOSINO, 2013).

O que se observa, neste sentido, é a disseminação de uma série de enunciados que se articulam na conformação de uma imagem cristalizada e homogênea em relação a essa parcela da juventude, o que acarreta em efeitos sociais – desde a estigmatização dessa população à justificação de atos de violência e extermínio contra esses jovens. A partir dos elementos discutidos neste capítulo,

pode-se dizer que, em larga escala, o discurso midiático tem assumido um estatuto de verdade na sociedade, de algo que 'diz-se' em relação a uma problemática e que, por sua vez, é aceito e reproduzido socialmente. Nesse sentido, torna-se relevante a análise dos enunciados veiculados pela mídia a respeito das mortes de adolescentes e jovens da periferia brasileira, apontando a quais interesses sociais, econômicos, científicos e históricos eles remetem.

5 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo explicar a trajetória metodológica percorrida para dar visibilidade à parte empírica da pesquisa, bem como traçar algumas linhas analíticas referentes às notícias sobre mortes violentas de jovens entre 15 a 29 anos. Pretendemos, a partir da identificação de enunciados presentes nessas notícias, dar visibilidade a alguns elementos discursivos e imagéticos utilizados na construção narrativa desses acontecimentos, a fim de discutir como essas narrativas contribuem com a naturalização e a banalização de práticas violentas cometidas contra essa parcela da população. Buscaremos também compreender por meio de quais estratégias enunciativas e imagéticas o veículo de comunicação jornalístico analisado se vale da construção de um discurso de periculosidade vinculado às classes populares.

Tendo em vista a dimensão da historicidade das práticas discursivas, entendemos que analisar as notícias veiculadas a respeito de mortes de jovens pode auxiliar na compreensão de como, na atualidade, elementos discursivos e imagéticos disseminados pelas mídias são protagonistas na produção de regimes de verdade quanto à juventude da periferia. Juventude essa compreendida historicamente, no nosso país, como agente de risco e perigo. Nessa perspectiva, a mídia jornalística impressa, como documento de domínio público, participa dos processos de produção da memória social e, portanto, oferece um material de grande relevância para a compreensão dos elementos que participam da elaboração de enunciados e regimes de verdade em determinado tempo histórico. A esse respeito, Gregolin afirma que na sociedade contemporânea

a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. (GREGOLIN, 2007, p. 16).

A construção de uma história do presente, empreendida pela mídia jornalística, produz-se a partir das estratégias de visibilidade e ocultamento por ela operados, naquilo que os aparelhos midiáticos evidenciam e tratam como notícia, bem como naquilo que escolhem não noticiar. Essas estratégias parecem, de alguma maneira, conformar e produzir versões sobre a realidade social que, muitas

vezes, se tornam oficiais e/ou hegemônicas e modulam nossas formas de ver e perceber o mundo. Nesse sentido,

a mídia, de modo geral, atribui sentidos e cria realidades a partir das quais passamos a narrar nossa própria vida e os acontecimentos sociais; [...] ao priorizar e tornar públicos certos fatos, há uma decisão sobre o que devemos ver, sentir e pensar. Deste modo, podemos dizer que as mídias são importantes dispositivos de subjetivação, pois produzem e reproduzem modos de ser, de viver e sentir (SILVA, 2013, p. 66-67).

Assim, a presente pesquisa, de abordagem qualitativa, pode ser caracterizada como documental. Essa modalidade de pesquisa tem como característica principal “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares” (GODOY, 1995, p. 21), sendo compreendidos como documentos, neste contexto, uma gama de materiais,

incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes) (GODOY, 1995, p. 21-22).

Para levar adiante esta investigação, foi definido como unidade de análise o Jornal Folha de Londrina, impresso da cidade de Londrina-PR. Vale ressaltar que se trata do veículo de informações com mais expressividade no meio midiático impresso em circulação na cidade e região, alcançando um recorte de público nas classes média e alta. Pretende-se dar visibilidade e compreender como o referido jornal constrói as narrativas – por meio de manchetes, reportagens e imagens – que apresentam, ao seu público consumidor, o relato de situações de violência perpetradas contra a juventude, mais especificamente, contra a juventude pobre e periférica.

O jornal Folha de Londrina entrou em circulação na cidade em novembro de 1948 e tem se mantido como principal equipamento de mídia impressa na cidade e região desde então (GRUPO FOLHA, s/d). Segundo Nogueira (1999), até 1965 o jornal tinha periodicidade semanal e, posteriormente, passou a ter tiragens diárias. Desde sua fundação, pautou-se em uma tendência fortemente empresarial, com interesses lucrativos, inclusive adotando a venda de anúncios como um dos principais objetivos do jornal, chegando a exemplares especiais nos quais, das 28

páginas disponibilizadas, 27 delas eram compostas por anúncios comerciais. O autor afirma, ainda, que o Jornal Folha de Londrina se fundou desde um lugar marcado e estabelecido de “porta-voz dos interesses da classe dominante” (NOGUEIRA, 1999, p.8), tendo como objetivo disponibilizar o acesso a informações e opiniões a esse público.

Observou-se, no decorrer dos anos, a consolidação do jornal na cidade e um intenso crescimento, que se sustenta atravessando décadas, conseguindo manter-se, até os dias atuais, como o maior grupo informativo no município e na região. Esse fenômeno, de consolidação e crescimento no jornal,

está ligado ao fato de ele publicar notícias e anúncios locais e regionais, caracterizando-se por uma linha editorial "moralista e conservadora", empenhada em projetar a imagem da cidade de Londrina como "cidade progresso", mostrando-se preocupado com a afirmação de uma "pomposa vida social" (NOGUEIRA, 1999, p. 8).

Atualmente, tais características, de porta voz das elites, viés moralista e conservador, se mantêm como linha editorial. E é precisamente devido a essas características que escolhemos esse documento de domínio público para analisar as notícias sobre mortes de jovens por ele vinculadas, a fim de compreender e problematizar como chegam essas notícias, vindas de regiões consideradas periféricas e de risco, a um recorte específico da população londrinense. Também se pretende demonstrar como se apresentam esses fluxos de violência que acometem a cidade, dirigidos à população periférica e perigosa, maculando a imagem de cidade organizada e pacífica, símbolo do progresso. A essa definição do jornal Folha de Londrina como fonte de análise soma-se o fato de que há uma considerável circulação do mesmo na cidade. De acordo com o *site* do Grupo Folha,

Na Folha de Londrina, são 150 mil leitores diários, 700 pontos de vendas, 300 só em Londrina e mais de 3,5 milhões de visitas únicas mensais nos portais do Grupo, o Bonde e também o site que leva o nome da Folha de Londrina, reproduzindo o conteúdo do impresso, mas com atualizações frequentes das notícias mais importantes do dia e as opiniões dos nossos colunistas (GRUPO FOLHA, s/d, n.p.).

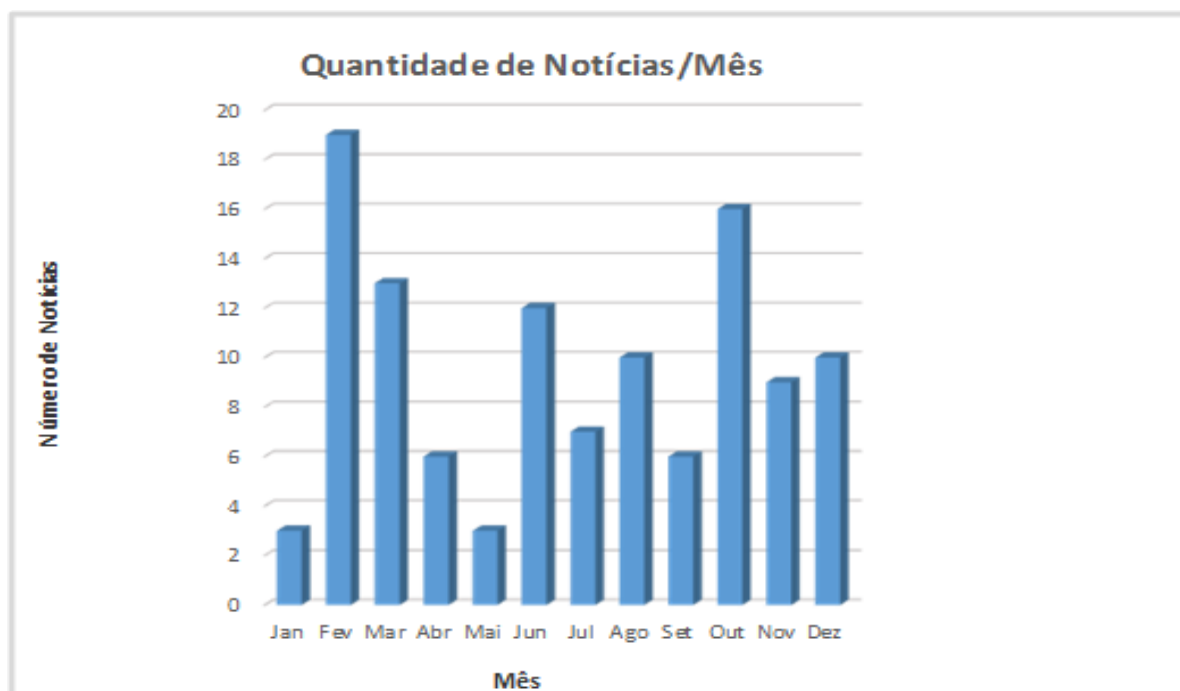
Tendo em vista a amplitude da disseminação das notícias da Folha de Londrina no município e na região, entendemos que ela é um importante instrumento formador de opinião. E, como discutido no capítulo três, essa opinião nunca é neutra e imparcial, mas localizada e marcada por códigos mercadológicos e interesses de poder, elementos esses que atravessam a produção das notícias e,

consequentemente, as formas como se apreende e vive a realidade. A esse respeito, vale acrescentar que

tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos (SILVA; FRANCO, 2010, p. 5).

No que diz respeito ao recorte temporal das notícias analisadas, foi selecionado especificamente o ano de 2012, tendo em vista que em tal período as taxas de assassinatos de jovens cresceram de maneira significativa na referida cidade. No período analisado, foram encontradas cento e quatorze notícias diretamente vinculadas à questão de homicídios cometidos contra jovens de quinze a vinte e nove anos. O gráfico abaixo mostra a distribuição de notícias por mês no referido ano.

Gráfico 3 - Quantidade de notícias sobre mortes de jovens no Jornal Folha de Londrina no ano de 2012



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico acima apresenta visualmente a quantidade de notícias sobre mortes de jovens no jornal em análise durante o ano de 2012. A partir dele, podemos observar que dois meses demonstram, de forma mais expressiva, o volume de notícias: fevereiro e outubro – em fevereiro devido, principalmente, a homicídios

ocorridos durante o feriado de carnaval e, em outubro, por um conflito entre facções rivais na cidade, que ocasionou, nos últimos meses do ano, um aumento considerável na quantidade de jovens assassinados. Na tabela abaixo, estão detalhados os números de notícias encontradas por mês durante o ano pesquisado:

Tabela 1 - Quantidade de notícias sobre mortes de jovens no Jornal Folha de Londrina no ano de 2012

Mês	Quantidade de notícias
Janeiro	3
Fevereiro	19
Março	13
Abril	6
Maio	3
Junho	12
Julho	7
Agosto	10
Setembro	6
Outubro	16
Novembro	9
Dezembro	10
Total	114

Fonte: Elaborado pela autora.

As informações mostram que há uma distribuição bastante heterogênea das notícias nos diferentes meses do ano, destacando os meses de fevereiro e outubro como os de maior incidência de notícias, seguidos de março, junho, agosto e dezembro.

Inicialmente, a coleta dos dados aconteceria no próprio banco de dados do Jornal, ao qual se teve acesso sem restrições. No entanto, no período escolhido

para a coleta das notícias, o espaço estava em reforma, impossibilitando a entrada no local onde se encontravam os arquivos. Tendo em vista não prejudicar o andamento da pesquisa, optou-se por buscar outros espaços para efetivar essa etapa. Assim, os documentos utilizados na pesquisa foram coletados no Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica (NPDH) da Universidade Estadual de Londrina, durante o período de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017.

Em relação à distribuição espacial das notícias no Jornal, observa-se que aquelas relativas a mortes de jovens aparecem em duas sessões específicas: o caderno denominado Geral e o caderno denominado Cidades. Em algumas situações, é possível observar a manchete de uma ou outra notícia na capa, na maioria das vezes, vinculada à ideia da falta de segurança ou de sua ampliação.

Para viabilizar a organização, análise e discussão dos dados, foram criados três eixos analíticos tendo como base tanto o referencial teórico quanto os dados coletados. O procedimento utilizado para a construção desses eixos foi adaptado do método desenvolvido por Aguiar e Ozella (2006, 2013). Trata-se de um caminho proposto para a apreensão de significados e sentidos enunciados nos documentos analisados.

Por tratar os enunciados da mídia como uma produção coletiva, a utilização desse procedimento metodológico, que emprega uma sistemática que objetiva a identificação dos significados sociais atribuídos a um dado objeto, foi proposta tendo em vista a pergunta que norteou o curso da pesquisa, qual seja: quais os enunciados produzidos acerca das mortes de adolescentes e jovens entre quinze e vinte e nove anos, a partir das notícias veiculadas pelo Jornal Folha de Londrina?

Para tanto, em primeiro lugar, foi realizada a leitura flutuante e a organização do material por meio da identificação dos pré-indicadores que, de acordo com os autores, consistem em temas diversos que aparecem com frequência no texto analisado (AGUIAR; OZELLA, 2006). Esses são identificados a partir de sua relevância para o objeto de investigação. Assim, foi realizada a leitura atenta das notícias coletadas, sendo então destacados trechos, frases ou palavras que se repetiam ou chamavam a atenção ao narrar as mortes de jovens.

Como segundo passo, os autores propõem um processo de aglutinação dos pré-indicadores “seja pela similaridade, pela complementaridade ou pela contraposição” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 230), avançando para a construção de indicadores, que auxiliam na definição do que eles chamam de “núcleos de

significação” (AGUIAR; OZELLA, 2006). Tal construção compõe o terceiro passo, que consiste em retornar ao material de análise e, a partir dos indicadores e seus conteúdos, promover um “processo de articulação que resultará na organização dos núcleos de significação através de sua nomeação” (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 310). Tais núcleos devem expressar “os pontos centrais e fundamentais” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 231) do texto em análise. A partir da identificação desses núcleos de significação, foram construídos os três eixos analíticos. Vale ressaltar que tais eixos se configuram mais como referências para uma leitura crítica das notícias do que como estruturas fixas de análise.

A utilização dos eixos analíticos pauta-se no pressuposto de que qualquer proposta metodológica necessita explorar as interconexões que a própria questão de pesquisa impõe, buscando recriar e reinventar procedimentos e técnicas que aproximem o referencial teórico da realidade empírica analisada. Portanto, tendo em vista as especificidades do texto jornalístico (notícias breves acompanhadas ou não de imagens, narrativas muito semelhantes e sem indicação de autoria), a organização desses eixos possibilitou acompanhar os fluxos discursivos e analisar os efeitos que eles produzem na organização geral desse jornal. Vale ressaltar que no início da discussão de cada eixo analítico há um quadro por meio do qual se pode visualizar os pré-indicadores e indicadores produzidos a partir desse procedimento metodológico, os quais auxiliam na recuperação de elementos referentes às discussões que serão produzidas.

Definidos os eixos que serviram como organizadores dos documentos selecionados, as análises tiveram como referencial a perspectiva conceitual dos enunciados proposta por Foucault (2012a) e especificada na introdução deste trabalho. Nas notícias selecionadas e analisadas, buscamos compreender quais os enunciados em jogo nas produções discursivas e quais os efeitos dessas construções na produção de regimes de verdade frente a esses jovens que morrem. Esse exercício analítico parte do pressuposto de que esses enunciados, como práticas sociais e produções coletivas, são produzidos e reproduzidos historicamente e, portanto, participam da produção dos significados sociais que circulam em determinado tempo histórico a respeito da problemática em tela. Nesse sentido,

o discurso é tomado como uma prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos. Pensando a

mídia como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, para poder apreender o seu funcionamento é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória (GREGOLIN, 2007, p. 13).

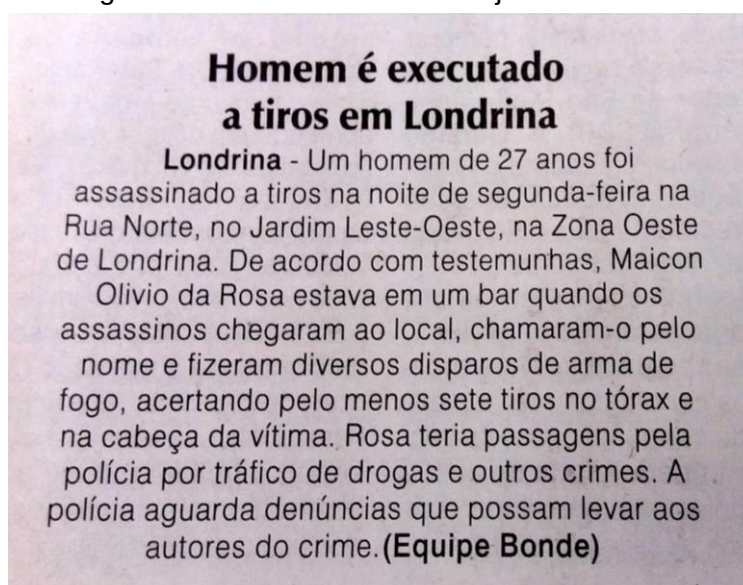
No próximo capítulo, apresentamos a parte empírica do trabalho, bem como as análises produzidas sobre as notícias selecionadas. Consideramos que os dados documentais apresentados agregam valor a este trabalho, uma vez que cooperam para construir uma visão mais contextualizada do problema que atravessa esta pesquisa. Assim, os dados apresentados no capítulo que se segue servem tanto para dar visibilidade à morte de jovens quanto para evidenciar a relevância que um veículo de comunicação possui para disseminar valores e verdades em uma cidade.

6 NOTÍCIAS EM CENA: AS MORTES DE JOVENS NO JORNAL FOLHA DE LONDRINA

Neste capítulo, apresentaremos as análises produzidas a partir das notícias coletadas. Tais análises serão apresentadas em dois momentos: primeiramente, será realizada uma exposição sobre a localização e as principais características das notícias no jornal analisado. Em seguida, serão apresentados os três eixos a partir dos quais os enunciados das notícias foram analisados, a saber: 1) A violência disseminada no tecido social, ou, Da sociedade do medo; 2) Texto jornalístico – linguagem policial: crime e castigo; 3) A banalização da vida e da morte.

Tendo em vista os aspectos diagramáticos discutidos no capítulo 3, há que se considerar, quando da análise de uma notícia, a forma como ela aparece no corpo do jornal. Esse aspecto participa, de forma bastante significativa, das práticas enunciativas em jogo no campo discursivo midiático, já que operam propondo estratégias de visibilidade e ocultamento constantes em relação aos fatos noticiados (GRUSZYNSKI, 2011; ANTUNES, 2007). Nessa perspectiva, um primeiro aspecto a ser exposto como resultado empírico é a forma como aparecem essas notícias no referido jornal. Geralmente, trata-se de pequenas notas, muitas vezes ao lado de propagandas, conforme podemos observar nas imagens abaixo (Figuras 9, 10, 11 e 12), nas quais aparece a notícia da morte, na página inteira e o recorte da notícia:

Figura 9 - A notícia da morte no jornal – recorte



Fonte: Folha de Londrina, 20 de junho de 2012.

Figura 10 - A notícia da morte no jornal – folha inteira



Fonte: Folha de Londrina, 20 de junho de 2012.

Figura 11 - A notícia da morte no jornal – folha inteira 2

8 FOLHA Geral

FOLHA DE LONDRA, domingo, 15 de julho de 2012

População amarela cresce 176% em 10 anos

Entre os motivos estão a maior identificação com as próprias origens, retorno de dekasseguis e vinda de asiáticos

Fábio Galvão
Repórter Especial

Uma vez conhecido, sempre com um sorriso e em uma expressão amigável, brasileiros de ascendência japonesa são conhecidos no Brasil por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas. São conhecidos desde 1958, na época em que o primeiro grupo de imigrantes japoneses chegou ao Brasil em 1908, com 120 pessoas. Hoje, os japoneses representam 0,3% da população brasileira, mas a maioria vive no Sudeste, especialmente em São Paulo, onde vivem cerca de 12%.

Não se trata apenas de uma população pequena, mas também de uma população que se identifica com as próprias origens, o que é um fator importante para a sua permanência no Brasil.

Na noite, dificuldades de adaptação

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Três pessoas morrem atropeladas em rodovias

Walter Ogawa
Repórter Especial

Três pessoas morreram atropeladas em rodovias brasileiras. O primeiro caso ocorreu em São Paulo, onde um caminhão colidiu com um carro. O segundo caso ocorreu em Minas Gerais, onde um caminhão colidiu com um carro. O terceiro caso ocorreu em Rio de Janeiro, onde um caminhão colidiu com um carro.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

O empresário Air Nakamura está entre os dekasseguis que retornam do Japo nos últimos anos e não pensam em retornar para lá. "Por causa da crise, o ganho por hora foi trabalhado está caindo"

A taxa de imigração para o Brasil tem uma população de 200 milhões japoneses, mas a maioria vive no Sudeste, especialmente em São Paulo, onde vivem cerca de 12%.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

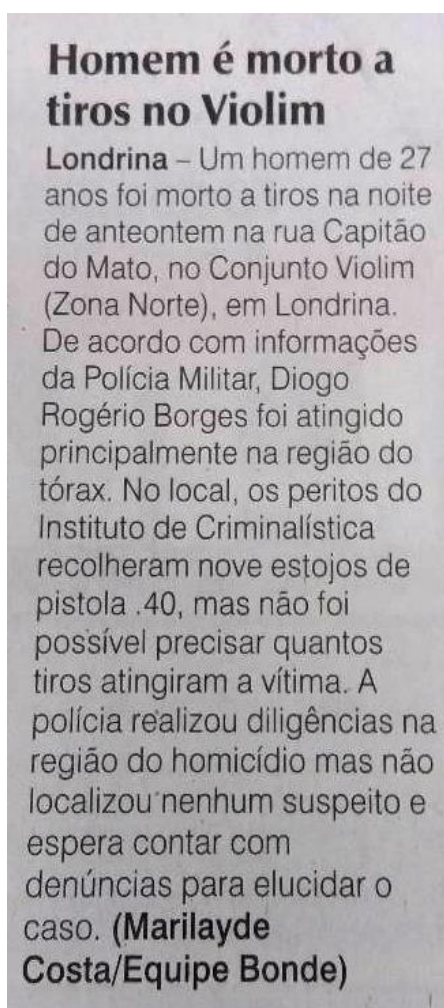
Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de uma família pequena, de 10 a 15 membros, com 2,1 milhão de pessoas.

Na noite, quando o mundo está mais silencioso, os japoneses brasileiros vivem uma vida diferente. Eles são conhecidos por serem de

Figura 12 - A notícia da morte no jornal – recorte 2



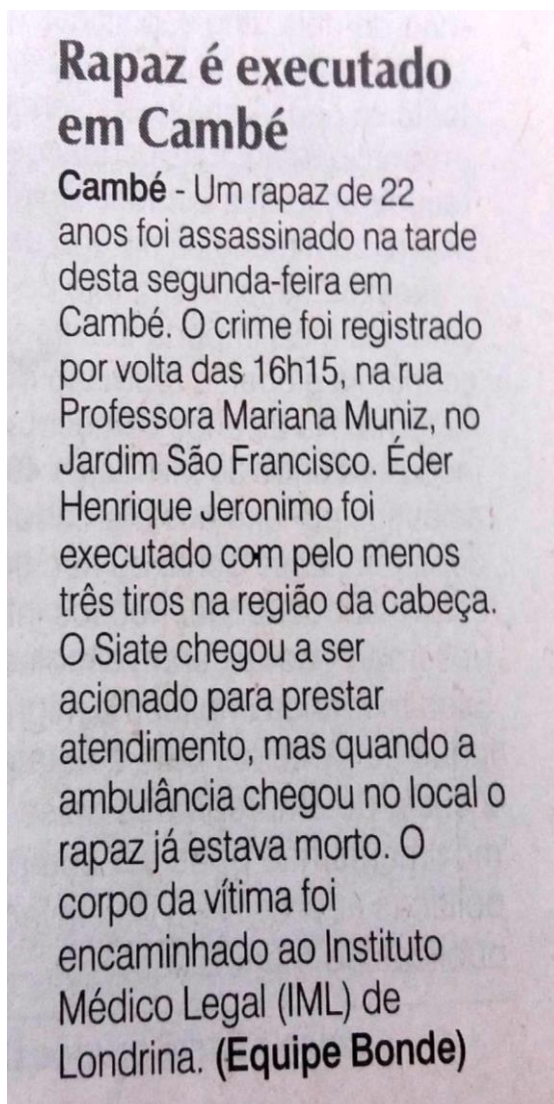
Fonte: Folha de Londrina, 15 de julho de 2012.

É possível observar, no conjunto de imagens acima, que esse tipo de notícia aparece discretamente nas páginas do jornal analisado, sendo muito possível passar despercebida. Na Figura 11, inclusive, é possível visualizar a notícia ocupando um pequeno espaço no fim da página, ao lado de uma grande propaganda de carros à venda.

Essas notícias, geralmente apresentadas em pequenas notas, seguem um padrão de editoração: são sinalizadas por títulos que, ao mesmo tempo em que informam, tratam de maneira bastante impessoal o fato, seguido de uma descrição curta e concisa sobre o acontecimento, sem explorar contextos, acrescido com frequência da confirmação ou suspeita de envolvimento com o mundo do crime. Essa forma de enunciar as notícias, em notas pequenas e periféricas, parece servir para escamotear o real índice de violência na cidade, tendo em vista que esse elemento diagramático acaba também por invisibilizar o acontecimento, relegado a

fato cotidiano e de pouca importância. Alguns exemplos de como são construídas textualmente essas notícias são aqui demonstrados nas Figuras 13 e 14:

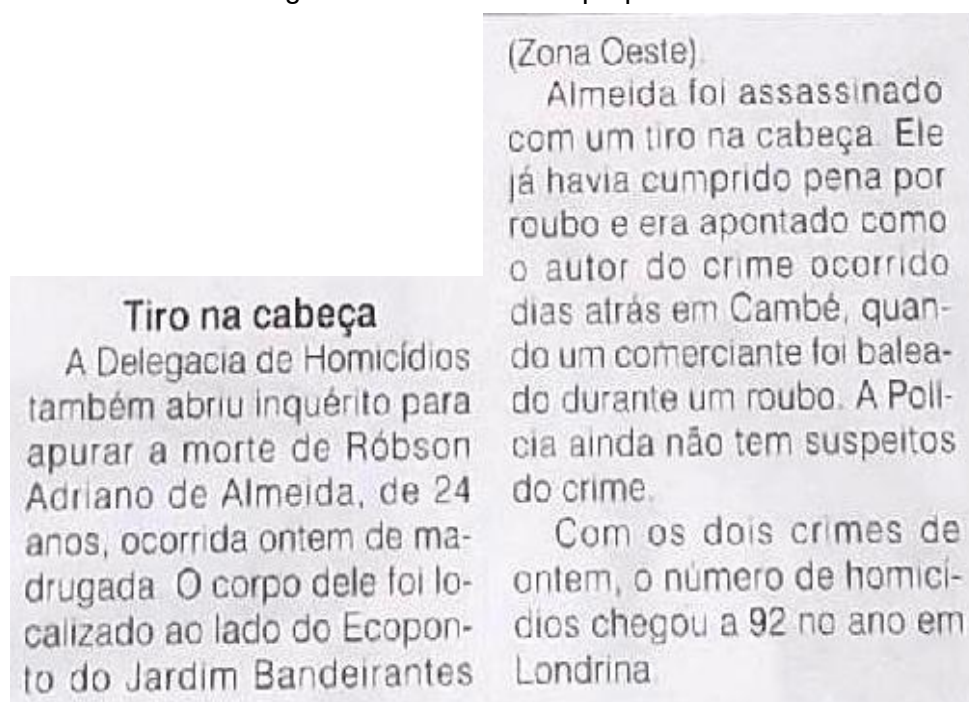
Figura 13 - A notícia em pequenas notas



Fonte: Folha de Londrina, 01 de maio de 2012.

Na notícia acima (Figura 13) destacamos o título, impessoal e genérico, sem citar nome ou conferir elementos de proximidade com o leitor, seguido pela exposição do crime utilizando-se de uma linguagem descritiva e com termos como “executado” e “corpo da vítima”, que conferem ao fato noticiado um caráter de nota policial, que aparece também na notícia destacada a seguir (Figura 14). Nela, conforme se vê, além da descrição impessoal do fato, aparece a vinculação do jovem com o mundo do crime como explicação para a morte:

Figura 14 - A notícia em pequenas notas 2



Fonte: Folha de Londrina, 17 de outubro de 2012.

Notícias adquirem maior visibilidade e, conseqüentemente, maior espaço e descrições, quando estão vinculadas à questão da segurança pública, quando a vítima é 'trabalhadora', habita nas regiões centrais ou pertence a outras classes sociais. A notícia abaixo evidencia essa situação, ao noticiar a morte de um jovem trabalhador. Nela, a maneira como a ocorrência da morte é narrada possibilita observar uma diferença nas formas como se enunciam essas mortes. No caso do jovem motorista, há uma evidente preocupação em descrever os fatos com maior precisão, inclusive reforçando o lugar socialmente valorizado de trabalhador e pai, 'cidadão de bem', acometido, no caso, pela insensatez e frieza de um adolescente que comete o crime na própria casa da vítima em plena luz do dia:

Figura 15 - Notícia de assassinato de um jovem trabalhador

ao
lac
Cr
ss

Motorista assassinado no Mister Thomas

Paulo Monteiro
Equipe NOSSODIA

Londrina - O motorista João Vinícius de Moraes Viana, de 25 anos, foi morto por um adolescente de 16 anos com tiros de calibre 9mm, dentro do quintal da própria residência, na Rua Francisco Meleira Lopes, Conjunto Mister Thomas, na zona norte de Londrina. O homicídio, o 109º registrado no município em 2012, segundo a Delegacia de Homicídios, aconteceu por volta das 11 horas de ontem, e pode ter sido motivado por uma discussão. Viana deixou uma filha de 5 anos.

"Eu estava assistindo televisão e escutei um 'monte' de tiros. Aí saí no portão e vi uma mulher gritando muito", disse um garoto, vizinho da casa onde aconteceu o crime. "Ele estava arrumando o carro na hora que o outro chegou", disse a testemunha.

Segundo informações preliminares do delegado Paulo Henrique Costa, da Delegacia de Homicídios, a Polícia já tem a identidade e o endereço do autor, que também é morador da região. "Pelo que levantamos até o momento, o motivo foi por causa de uma briga entre o suposto autor e um amigo da vítima", explicou Costa. "Parece que João Vinícius tentou defender o amigo e os dois acabaram sendo ameaçados", disse o delegado. De acordo com Costa, nove cápsulas de pistola 9mm foram encontradas no local.

Costa deu ainda outros detalhes sobre o caso. "O rapaz chegou ao portão, chamou pela vítima e atirou várias vezes. João ainda tentou se esconder atrás do carro, mas o adolescente entrou dentro do quintal e disparou outras vezes." O carro que estava no quintal da moradia, um modelo Caravan, também foi atingido pelos disparos.

Visivelmente transtornado, o pai da vítima, João de Almeida Viana, que também é motorista de ônibus, disse que o filho não tinha passagens pela Polícia, não tinha inimigos e iniciaria em um novo emprego na próxima semana. "Ele já tinha feito o teste e iria começar no novo serviço na segunda-feira, em uma empresa de ônibus (de transporte coletivo da cidade)", disse ele.



Discussão entre o amigo da vítima e o suposto autor pode ter motivado o crime

Fonte: Folha de Londrina, 21 de dezembro de 2012.

Alguns trechos da notícia acima são relevantes para a construção dessa figura de trabalhador que se procura em construir na narrativa do acontecimento, como, por exemplo, se utilizando do título da notícia, "Motorista assassinado no Mister Thomas", que marca o lugar ocupado pelo jovem no mundo do trabalho. Abaixo, destacamos outros trechos que participam dessa construção:

O motorista João Vinícius de Moraes Viana, de 25 anos, foi morto por um adolescente de 16 anos com tiros de calibre 9mm, dentro do quintal da própria residência [...]

Viana deixou uma filha de 5 anos. [...]

[...] Costa deu ainda outros detalhes sobre o caso “O rapaz chegou ao portão, chamou pela vítima e atirou várias vezes. João ainda tentou se esconder atrás do carro, mas o adolescente entrou dentro do quintal e disparou outras vezes”.

[...] Visivelmente transtornado, o pai da vítima, João de Almeida Viana, que também é motorista de ônibus, disse que o filho não tinha passagens pela Polícia, não tinha inimigos e iniciaria em um novo emprego na próxima semana. “Ele já tinha feito o teste e iria começar no novo serviço na segunda-feira, em uma empresa de ônibus (de transporte coletivo da cidade)”, disse ele (FOLHA DE LONDRINA, 21 de dezembro de 2012).

Em relação à questão de gênero, observa-se que a maioria das notícias faz referência à morte de homens, sendo que das cento e quatorze notícias encontradas, dez trazem notícias sobre mortes de jovens mulheres e duas sobre mortes de travestis. Os assassinatos de mulheres vêm normalmente acompanhados de explicações passionais e vinculadas à violência doméstica, por tratar de mortes por companheiros ou ex-companheiros. Somente em dois casos, que noticiam mortes de mulheres jovens, a violência aparece vinculada ao envolvimento com a criminalidade. Nas outras cento e duas notícias, relacionadas a homens jovens, o que predomina como causa para a violência e morte é o envolvimento com o crime ou com o uso abusivo de substâncias psicoativas.

Aspectos raciais não são abordados nas notícias, apenas aparecem quando o jornal traz algumas análises mais gerais sobre a questão dos homicídios no Brasil e no município. É o caso do fragmento de notícia destacado abaixo, que traz elementos sobre mortes de jovens negros em confronto com a Polícia, seguido pela imagem dessa notícia (Figura 16) no referido jornal:

88% dos mortos em confronto são negros, diz levantamento
Londrina – Um levantamento extraoficial da Associação de Desenvolvimento Comunitário Econômico e Social pela Cidadania (Adecesc) mostra que nos 11 primeiros meses do ano em Londrina 88,8% dos mortos em confronto com a polícia são negros. Conforme a pesquisa, feita com base em noticiário de TV, jornais e em visitas aos locais dos confrontos, das 18 vítimas apenas duas eram brancas. [...]. (FOLHA DE LONDRINA, 29 de dezembro de 2012).

Figura 16 - Notícia que aborda aspectos raciais

88% dos mortos em confronto são negros, diz levantamento

Lúcio Flávio Moura
Reportagem Local

Londrina – Um levantamento extraoficial da Associação de Desenvolvimento Comunitário Econômico e Social pela Cidadania (Adecsc) mostra que nos 11 primeiros meses do ano em Londrina 88,8% dos mortos em confronto com a polícia são negros. Conforme a pesquisa, feita com base em noticiário de TV, jornais e em visitas aos locais dos confrontos, das 18 vítimas apenas duas eram brancas. "É um resultado que nos estarrece e demonstra que as políticas públicas de proteção dos jovens e adolescentes pobres falharam. E falharam bem mais em relação aos negros", afirma o produtor cultural Stanley Kennedy Garcia, presidente da Adecsc, organizador da pesquisa e integrante do Conselho Municipal da Juventude.

Para Garcia, a ação dos policiais na repressão aos crimes é influenciada por questões culturais. "A polícia

é truculenta e discricionária. E quando ela age na repressão, os negros sofrem. A concepção de marginal, tanto na sociedade quanto nas instituições, está associada ao povo negro", diz o militante, um ex-líder estudantil de 30 anos.

Garcia diz que é fácil entender a predominância dos negros entre as vítimas dos confrontos. "A miséria, a pobreza, tem cor no Brasil. Caminhando pelos bairros periféricos é fácil perceber que eles sofrem com a ociosidade, com a falta de empregos, com a subescolaridade, com a falta de lazer, de espaços culturais, de esporte, com as dificuldades de inclusão digital", lembra.

O produtor cultural pretende ampliar e aprofundar as pesquisas da associação sobre o tema. "Queremos acompanhar um espaço maior de tempo. Vamos acompanhar a violência contra os jovens por cinco anos em Londrina e na região. Queremos produzir uma base de dados para um acompa-

nhamento permanente sobre a questão", afirmou.

Antes disso, o militante negro vai elaborar um relatório a respeito da "matança dos jovens negros" na cidade, que além dos números, vai enumerar casos e histórias de bairros periféricos de Londrina, onde Garcia observou elementos que podem explicar a vitimização dos jovens negros.

"Vamos entregar este relatório para a nova administração municipal até março. Gostaríamos que o novo prefeito analisasse todas as informações que colhemos na comunidade para fazer o trabalho. Queremos que com base nestas informações, a nova equipe de governo elabore políticas públicas capazes de prevenir a matança", esclareceu.

De acordo ainda com a assessoria, a PM evita ao máximo o uso de arma de fogo e só a utiliza em último caso e para reagir a uma agressão inicial, independentemente das características físicas das pessoas. **(Colaborou Lucio Flávio Cruz)**

Fonte: Folha de Londrina, 29 de dezembro de 2012.

Percebemos que, apesar de as estatísticas apontarem a questão racial como um recorte expressivo no que diz respeito às mortes de jovens no Brasil, indicando que jovens negros são os principais alvos da mortalidade violenta, aspectos raciais não são explorados nas notícias. Esses dois elementos, sexo e raça, aparecem transversalmente nessas notícias, corroborando os dados estatísticos verificados no

capítulo 2, que indicam que a mortalidade violenta de jovens no Brasil atinge justamente esse recorte, homens jovens negros. A isso se pode somar a questão territorial, sendo os mais atingidos os jovens pobres e moradores das periferias. A questão territorial, nesse sentido, é bastante presente nas notícias, que geralmente explicita o bairro ou região da cidade em que aconteceu a morte. Há uma predominância de notícias indicando bairros das Zonas Oeste e Norte da cidade, sendo que, de acordo com dados do município, a região Norte da cidade ocupa o primeiro lugar em número populacional (LONDRINA, 2014). Essas duas regiões possuem um estigma, amplamente disseminado na cidade, de serem locais perigosos, principalmente por conta de alguns bairros nos quais haveria, historicamente, uma concentração de atos de violência.

Além disso, há uma estratégia, utilizada pelo jornal em análise, de noticiar assassinatos ocorridos em outros municípios, sendo grande a presença das cidades de Cambé - PR e Tamarana - PR, localizadas na região metropolitana de Londrina, bem como notícias de Maringá - PR e Curitiba - PR. Uma hipótese para tal questão é a de que, ao noticiar casos de violência de outros municípios, se estaria indicando que a violência não é um problema exclusivo de Londrina, amenizando, de alguma maneira, as questões de violência enfrentadas na própria cidade.

Em relação à forma como ocorrem as mortes, percebe-se que a predominância dos homicídios é causada por armas de fogo. Fato que merece atenção e que vem ao encontro do que as estatísticas apontam em relação à questão das mortes por armas de fogo como principais causas de morte de jovens no Brasil, mesmo após a aprovação da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 – conhecida como o Estatuto do Desarmamento e que regulamenta o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo. Tal tema vem sendo amplamente discutido e criticado por uma parcela da sociedade que considera importante o armamento da população em nome de uma suposta segurança que seria assegurada pelo uso do artefato.

A partir da leitura das notícias e de sua organização, foram indicados três núcleos de significação que se constituíram em eixos de análise para a efetivação das discussões, com o objetivo de mostrar, a partir dessas análises, as estratégias discursivas por meio das quais a mídia acaba por produzir e disseminar enunciados que vinculam a juventude de alguns territórios da cidade à periculosidade, bem como acabam por tornar suas mortes fatos banais, por meio de estratégias de

neutralização e distanciamento, que serão discutidas no decorrer do texto. São os eixos: A violência disseminada no tecido social: a sociedade do medo; Texto jornalístico – linguagem policial: crime e castigo; e A banalização da vida e da morte.

No início de cada eixo, seguem quadros com enunciados presentes nas notícias coletadas e que auxiliam na visualização do que se pretende pensar a partir deles. Como já explicado no capítulo metodológico, os quadros são compostos por frases e palavras que se repetiam, chamavam a atenção ou causavam algum tipo de estranhamento durante o exercício da leitura, tendo como parâmetro para esse filtro a relevância desses elementos na problematização dos objetivos da pesquisa.

6.1 A violência disseminada no tecido social: a sociedade do medo

Neste eixo, problematizamos as formas como as notícias, ao narrar ocorrências de crimes de homicídios de jovens, evidenciam regimes de verdade que apresentam um cenário de periculosidade e violência constantes vinculado à juventude pobre e a territórios periféricos. No quadro abaixo, apresentamos os enunciados presentes nas notícias coletadas que, de alguma maneira, se vinculam a essa discussão.

Quadro 1 - Enunciados articulados ao Eixo 1

A violência disseminada no tecido social
Violento; Violência; Quantidade de homicídios de homens jovens preocupa; Três homicídios em menos de 24 horas; Homicídios aumentam 82% no primeiro trimestre; Mais uma vítima da violência em Londrina; Impunidade; Insegurança no bairro (Vista Bela); Fim de semana violento em Maringá; A polícia tentou coletar informações com testemunhas que teriam presenciado o crime, mas ninguém quis falar sobre o ocorrido; Na região impera a lei do silêncio nenhum morador quis comentar o assunto por meio de retaliação; Tendência de crescimento de homicídios; De janeiro a junho foram registrados 55 assassinatos em Londrina contra 37 no mesmo período do ano passado; Homicídios crescem 10% em uma década; homicídios crescem 66% na região; A região de Londrina registrou um aumento de 66% no número de homicídios; Na cidade de Londrina há uma identificação técnica evidente de que na região norte deve haver uma intervenção; Curitiba e região têm 13 homicídios em 24h; Homicídios aumentam 62% na região de Londrina (capa); No total de mortes violentas no Estado, a região de Londrina fica em 5º lugar no ranking; Tiroteio em plena tarde de domingo; Série de assassinatos assusta Londrina (capa); Até ontem (out) foram 86 assassinatos em 2012; Do início de outubro até ontem já foram registradas 16 mortes violentas em Londrina; Território cercado pelo medo; Quem mora em comunidades onde há o domínio do tráfico de drogas convive com a insegurança e a falta de liberdade; “fico com o coração partido em ver tantos jovens morrendo”; Zona Oeste de Londrina, uma das regiões consideradas mais violentas da cidade; O clima de animosidade entre os bairros da Zona Oeste tem origem antiga; Jovens atirando contra outros; O número de homicídios chegou a 92 no ano em Londrina (out); Londrina registra um homicídio a cada 3 dias (capa); Homicídios aumentam 58% na região de Londrina; Guerra de gangues faz mais quatro vítimas; “Aqui parecia uma guerra, nunca vi tanto tiro” (nov); Esse ano já são 98 homicídios em Londrina e 15 pessoas mortas em confronto com a polícia; O 105º assassinato de 2012 (dez); Juventude em risco- assassinatos de adolescentes crescem 14% (capa)
As tentativas de explicação dos crimes de homicídio
Crime passional; Afirmou ter agido por ciúmes; Homicídio motivado por ciúmes; Antes de tornar-se figura conhecida do meio policial, Paulo sofreu experiências traumáticas; Ele teria reagido e sacado um revólver. A polícia respondeu atirando; Homicídio; Guerra entre gangues; Havia brigado no interior de um bar um pouco antes do crime; O crime pode estar relacionado ao tráfico de drogas no bairro; A vítima (...) seria usuária de drogas, não tinha passagem pela polícia; Era usuária de drogas e a polícia acredita que a sua morte esteja relacionada à dívida com traficantes; O delegado (...) acredita que o fato esteja relacionado ao tráfico de drogas; O crime pode ter como motivação o envolvimento com o tráfico de drogas na região; A hipótese de acerto de contas não está descartada; Decidiu vingar a morte do amigo; Suposta reação à abordagem policial; A residência onde ocorreram as mortes era um conhecido ponto de tráfico de drogas; PM mata três durante confronto em território; Um homem (19) foi morto em confronto com Policiais Militares após invadir uma residência – o assalto foi contra a casa de um integrante da corporação; O assaltante estava armado (...) tentou fugir pelos fundos mas foi cercado e teria reagido; Morto por policiais militares após praticarem um assalto; O corpo do menor foi encontrado ao lado de uma motocicleta (...) que já possuía um alerta de furto; “Droga é a principal causa”; A motivação do crime pode ser passional;
Gênero e faixa etária na mira da morte
Homens, principalmente entre 20 e 30 anos; Mapa da violência – homicídios aumentam mais entre jovens negros (capa); A cada mil adolescentes do país, três morrem antes de completar 19 anos – risco é maior para homens negros de periferia; 88% dos mortos em confronto são negros

Fonte: Elaborado pela autora.

A violência, tal como discutida no segundo capítulo, é um fenômeno bastante complexo que atinge a vida de diversas formas. Em relação à violência cometida contra a juventude no país, e mais especificamente a violência fatal, os dados analisados anteriormente (WAISELFISZ, 2014, 2015, 2016; CERQUEIRA et al., 2016, 2017) evidenciam, de forma contundente, que há em cena um genocídio perpetrado contra a juventude pobre, negra e periférica no Brasil. No entanto, ainda que as estatísticas apontem para essa problemática, está disseminada, de maneira geral, a noção de que esses jovens seriam os principais causadores de violência. Tal noção é ampliada pela superexploração e espetacularização dos atos de violência pelos meios de comunicação, que acabam por disseminar uma lógica de medo e suspeição constantes em relação a essa população. Assim, “a imprensa tem nos problemas de violência e criminalidade um dos maiores interesses de seus leitores, ouvintes e telespectadores” (BEATO, 2007, p. 32). Pode-se dizer que há um paradoxo em cena: a sensação de medo e insegurança constante ao mesmo tempo assusta e desperta a atenção do público leitor. E, se esse tipo de notícia interessa, sob o ponto de vista econômico, ele é rentável à máquina midiática e, portanto, se torna pauta constante. O trecho de notícia abaixo (Figura 17) mostra essa estratégia de espetacularização da violência:

Seis são mortos em apenas três dias em Londrina – quatro pessoas foram assassinadas e dois suspeitos morreram em trocas de tiros com a PM nas últimas 72 horas

Londrina – Os primeiros dias de outubro estão sendo marcados por uma onda de homicídios em diversas regiões de Londrina. Seis pessoas foram mortas em diferentes pontos da cidade. O caso mais recente resultou na morte de dois supostos assaltantes que foram baleados após trocarem tiros com policiais militares no Jardim Nova Esperança (Zona Sul) ontem à noite [...] Na noite de terça-feira, Guilherme Aparecido Vieira Pinto, de 18 anos, foi assassinado a tiros [...] Também na terça-feira à noite, Iracema Minholi de Brito, de 62 anos, foi morta a tiros no Conjunto Parigot de Souza (Zona Norte). [...] Iracema tinha dois filhos, um deles reside em Paranaguá e o outro possui passagens por tráfico de drogas e, por isso, acredita que a morte tenha sido motivada por retaliação. Soriani não descartou a possibilidade dos homicídios da Zona Oeste estarem vinculadas a uma guerra entre gangues (FOLHA DE LONDRINA, 04 de outubro de 2012).

Figura 17 - Notícia-espetáculo

Seis são mortos em apenas três dias em Londrina

Enka Gonçalves e Vitor Ogawa
Reportagem Especial

Quatro pessoas foram assassinadas e dois suspeitos morreram em troca de tiros com a PM nas últimas 72 horas

Londrina - Os primeiros dias de outubro estão sendo marcados por uma onda de homicídios em diversas regiões de Londrina. Seis pessoas foram mortas em diferentes pontos da cidade. O caso mais recente resultou na morte de dois supostos assaltantes que foram baleados após trocarem tiros com policiais militares no Jardim Nova Esperança (Zona Sul) ontem à noite. Um suspeito foi ferido, mas conseguiu fugir. A Polícia Civil investiga os casos.

Na noite de terça-feira, Guinorm Aparecido Vieira Pinto, de 18 anos, foi assassinado a tiros em uma residência localizada na Rua Almeida Pinheiro, no Jardim Leonor (Zona Oeste). Os disparos atingiram as pernas e as costas da vítima.

O delegado de plantão, Marcos Paulo Rutira, que esteve no local, acredita que o fato esteja relacionado ao tráfico de drogas e não descartou a ligação do crime com o homicídio ocorrido na noite de segunda-feira, no Jardim Leste-Oeste (Zona Oeste), quando Tiago Ricardo dos Santos, de 29 anos, morreu atingido por vários tiros no tórax e no abdômen. A Polícia informou ter identificado o suspeito da morte de Santos, mas ele ainda não havia sido preso até a noite de ontem.

Também na terça-feira à noite, Inacira Minhós de Brito, de 62 anos, foi morta a tiros no Conjunto Parigot de Souza 2 (Zona Norte). De acordo com a Polícia Militar, vizinhos ouviram tiros por volta das 23 horas, mas apenas ouviram pela manhã ligarem para a PM, depois de constatar a falta de movimentação na casa da idosa.

Segundo Edgard Sonari, titular da Delegacia de Homicídios, Inacira tinha dois filhos, um deles reside em Paranaíba e outro possui passagens por tráfico de drogas e, por isso, acredita que a morte tenha sido motivada por máfalação.

Ainda na manhã de ontem, o corpo de Wellington Luis Santiago Alves, de 19 anos, foi encontrado pelo irmão, de 17 anos, quando chegava do trabalho, no Conjunto Jamile Dequech (Zona Sul). O rapaz também foi morto a tiros dentro de casa. Segundo a Polícia, ele possuía passagens por tráfico de drogas e homicídio.

Sonari não descartou a possibilidade dos homicídios da Zona Oeste estarem vinculados a uma guerra entre gangues. "Não sabemos ainda nem qual é a causa desses homicídios. Estamos investigando, tentando descobrir quem está por trás dessas mortes, mas ainda não há 100% de certeza dos fatos", explicou.

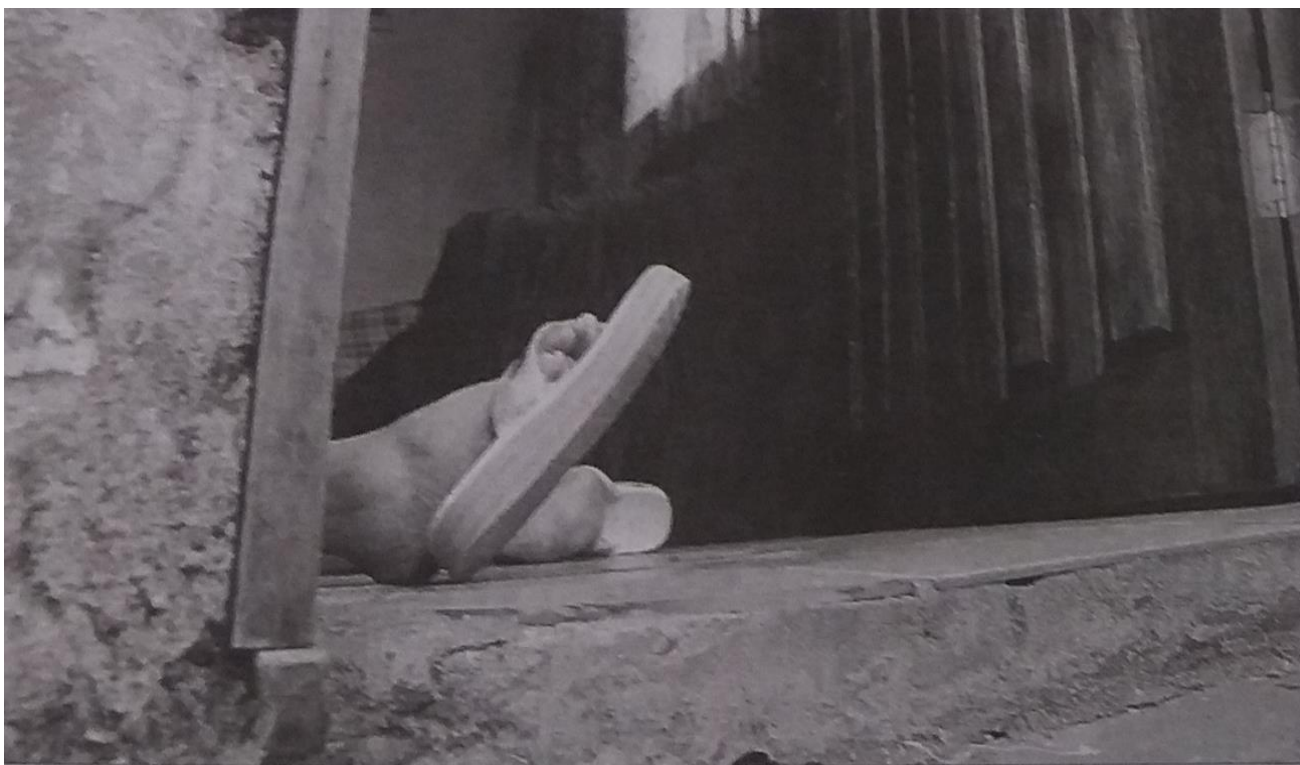


Idosa foi enforcada em casa, no Conjunto Parigot de Souza 2, na Zona Norte

Fonte: Folha de Londrina, 04 de outubro de 2012.

A notícia em questão, além dos elementos textuais, é composta por uma fotografia bastante emblemática (Figura 18). Ela dá visibilidade a diversos elementos que localizam a questão da violência em um campo circunscrito à pobreza e a uma vida que, apesar de lembrada, é uma vida banalizada: os pés calçando chinelos, cercado por paredes sem reboco, remetendo à ideia da pobreza:

Figura 18 - Fotografia de homicídio



Fonte: Folha de Londrina, 04 de outubro de 2012. Fotografia de Marcos Zanutto.

Algumas estratégias discursivas utilizadas pelo jornal evidenciam a questão da violência disseminada na cidade enquanto questão preocupante e fonte de ameaça à integridade dos cidadãos, usando elementos que garantem ao texto efeitos de universalidade e veracidade: a intensa utilização de estatísticas situando a violência no país e no município, a contagem dos homicídios cometidos na cidade ao longo do ano, o frequente uso de palavras que remetem a atos violentos, tais como: violência, insegurança, guerra, impunidade, aumento de homicídios, confronto. A notícia a seguir (Figura 19) exemplifica algumas dessas estratégias:

Figura 19 - Notícia sobre aumento de homicídios na cidade



Fonte: Folha de Londrina, 04 de abril de 2012.

É possível observar a intensa utilização de dados estatísticos, bem como a questão da contagem dos assassinatos. Além disso, observamos a utilização de marcadores geográficos localizando a incidência dos crimes de homicídio na cidade, conforme trechos abaixo destacados:

[...] Apenas no primeiro trimestre de 2012 aconteceram 31 assassinatos na cidade, número 82% maior do que o registrado durante o mesmo período de 2011, quando 17 pessoas foram mortas. [...] Segundo Costa, com relação aos casos de março, 90% dos assassinatos foram relacionados com atividades criminosas, como tráfico de drogas e acerto de contas. [...] Conforme levantamento da Folha, a Zona Norte da cidade apresentou o maior número de homicídios deste ano com 9 casos, seguido das regiões Leste, com 7, Sul e Oeste com 5 cada, e o Centro que registrou 4 casos. Apenas uma mulher de aproximadamente 30 anos foi assassinada neste ano em Londrina, em janeiro. O restante foram homens, principalmente

entre 20 e 30 anos. [...] (FOLHA DE LONDRINA, 04 de abril de 2012).

A notícia em questão é composta também por uma fotografia, contendo alguns elementos que auxiliam a pensar a questão da violência apresentada pelo jornal. Conforme podemos observar abaixo, a imagem em tela diz de lugares sociais vinculados a essa prática violenta. Mais uma vez, temos a presença da imagem enunciando a violência e, junto com ela, outros aspectos que conformam uma imagem dos sujeitos violentos. Nessa fotografia (figura 20), aparece a mão de um corpo estendido no chão e à esquerda a marca do sangue, expondo a violência cometida.

Figura 20 - Fotografia de Homicídio 2



Fonte: Arquivo FOLHA, 04 de abril de 2012.

Outro aspecto relativo à questão da disseminação de uma ideia de perigo e medo constantes é a delimitação territorial da violência. Essa estratégia intenta buscar uma diferenciação entre alguns bairros ou algumas regiões e o restante da cidade, como se fossem locais totalmente distintos, espaços legitimados para o crime e onde é comum a ocorrência de tais atos. Alguns trechos de notícias auxiliam na visualização desse elemento: “Na cidade de Londrina há uma identificação técnica evidente de que na Região Norte deve haver uma intervenção” (Folha de Londrina, 07 de agosto de 2012), “Zona Oeste de Londrina, uma das regiões consideradas mais violentas da cidade” (Folha de Londrina, 15 de outubro de 2012),

“Território cercado pelo medo – quem mora em comunidades onde há o domínio do tráfico de drogas convive com a insegurança e a falta de liberdade” (Folha de Londrina, 15 de outubro de 2012).

Também uma imagem utilizada em matéria publicada no dia 15 de outubro apresenta uma disposição espacial para a violência na cidade, apontando os bairros e regiões com maior índice de ferimentos por arma de fogo em um dado período de tempo (Figura 21). O mapa em questão, junto aos trechos acima elencados, permite observar essa estratégia de delimitação, atribuindo contornos geográficos para a violência da cidade:

Figura 21 - Infográfico Mapa da Violência em Londrina



Fonte: Folha de Londrina, 15 de outubro de 2012.

É possível observar a predominância de maiores índices em dois territórios localizados na Zona Norte da cidade: Cinco Conjuntos e Pacaembu, regiões consideradas perigosas. Essas estratégias discursivas colaboram com a categorização dos territórios populares menos favorecidos economicamente como palco principal no qual opera a violência, sendo a periferia “sempre apresentada a partir da violência” (SOUZA E SILVA, 2007, p. 96) A esse respeito, Ramos e Paiva (2007) afirmam, a partir de pesquisa realizada com profissionais do jornalismo, que

A maioria dos profissionais ouvidos reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência. Ao mesmo tempo, admite que a população dessas comunidades raramente conta com a cobertura de assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 77).

Além disso, as autoras assinalam que a mídia tende a privilegiar as coberturas de cenas de violência em bairros nobres apenas quando há produção de notícias consideradas de grande destaque ou que envolvam o seu entorno. Isso ocorre também pelo fato de que é nesses espaços que estão concentradas a maior parte de seus leitores.

É o que destaca o diretor da sucursal Rio de um grande jornal. “O pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘Olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha [localizada em zona nobre do Rio], o jornal dá a maior importância do mundo. É alto de página em todos os jornais; isso é ponto pacífico”, explica (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 79).

Esses elementos estão em relação com aspectos da mídia impressa brasileira. Conforme discutido no capítulo três, o jornalismo brasileiro nasce e se consolida no país como veículo de disseminação e produção de informações e notícias direcionadas a um público específico: leitores de classe média e alta. Em função disso, ele assume um viés conservador e contribui com a disseminação e fortalecimento de discursos hegemônicos (AZEVEDO, 2006). Nesta perspectiva, o que se torna notícia e, conseqüentemente, adquire maior visibilidade midiática é aquilo que interessa e afeta essa parcela da população. A esse respeito, Ramos e Paiva (2007) descrevem:

Jozino cita como exemplo o parricídio. Segundo ele, a tragédia de uma jovem pobre que matou os pais será considerada mundo cão e renderá, no máximo, uma nota; mas se a criminosa pertence à classe alta, como a jovem paulistana Suzana Richthofen, o crime é objeto

de extensa cobertura. “Não adianta brigar com a notícia, a notícia é o rico. Tem até briga para cobrir o caso da Suzana. A vida tem mais valor de acordo com as posses. A imprensa é isso”, constata (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 79-80).

Essa característica aparece, em larga medida, nas explicações ofertadas pelo jornal aqui analisado para essas mortes violentas, por meio das quais se cria uma circularidade na qual a violência é apresentada como causa e fim de si própria, em que aspectos socioeconômicos, políticos e históricos são pouco abordados. O envolvimento com o tráfico, o uso de drogas e o confronto com a polícia aparecem como os principais motivos, utilizados reiteradamente pelas notícias, como explicação e justificativa das causas dos assassinatos.

No entanto, ainda que ofereçam essas explicações, elas aparecem de forma sucinta e descontextualizada, como se o fato de acrescentar à notícia essa informação bastasse para que o leitor tivesse um entendimento da situação. Quando se anuncia no jornal a questão do aumento da violência, esta notícia raramente vem acompanhada de contextos ou análises críticas mais apuradas, dado que o que se observa, de forma geral, é que tanto as notícias sobre homicídios quanto as pautas que tratam de segurança pública normalmente apresentam visões unilaterais sobre os temas, sem explorar outras fontes ou pontos de vista, gerando uma cobertura com pouca diversidade

[...] na qual temas como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo, são pouco frequentes. O resultado é um conjunto de matérias em que predomina a pouca contextualização e a pluralidade, muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais de Polícia Militar (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 39).

Além disso, há excessiva atenção dada à questão da comercialização e uso abusivo de substâncias psicoativas ilícitas como questão social que se vincula à violência desenfreada na cidade. Tal discurso, vinculado à política repressiva de drogas no Brasil, acaba justificando a ideia de guerra às drogas perpetrada pelo Estado nas periferias, executada por agentes de segurança pública. Esses, respaldados por uma justificativa repressiva, produzem inúmeras violações e violências contra a população moradora desses espaços, inclusive sendo causadores de agressões e mortes (CERQUEIRA et al., 2017). Dada a forma como se apresenta a questão das drogas no Brasil, essas práticas violentas e mortíferas

acabam por ser legitimadas e até mesmo aclamadas socialmente, fortalecendo o discurso de morte àqueles considerados criminosos ou suspeitos.

Desde a perspectiva aqui adotada, de que enunciados produzem regimes de verdade, o fato de o anúncio do aumento da violência ser frequente produz alguns efeitos sobre o tecido social urbano. De que forma tais elementos nos auxiliam a pensar a questão da banalização das mortes de jovens? Como esses enunciados colaboram na produção, disseminação e perpetuação da imagem de uma juventude violenta e perigosa?

Uma das possibilidades de resposta a essas questões seria que tais enunciados constroem uma imagem específica da violência na cidade, referindo aos causadores localidade e características bem delimitadas. Como efeito disso, se retira de outros atores sociais a responsabilização na produção e manutenção da violência enquanto um fenômeno social amplo e complexo. A violência, nesse caso, se torna “coisa de pobre”, “coisa de periferia”, “coisa de gente perigosa”, que está bem distante do “cidadão de bem”.

Conforme discutido no primeiro capítulo, há uma série de estratégias que se entrelaçam na construção de uma imagem da juventude das classes populares como camada perigosa. Esta é uma questão histórica no Brasil. Por meio da culpabilização de alguns grupos sociais, busca-se encobrir as tensões próprias do tecido social, criando a imagem de um país cordial, hospitaleiro e gentil. Uma vez que não se pode esconder a violência, que escapa por todos os lados, cria-se culpados que devem, de alguma forma, ser punidos. Além disso, a partir da discussão exposta por Misse (2014), no segundo capítulo, que apresenta a ideia da suspeição por excelência ligada a algumas parcelas sociais, essa imagem da periculosidade se vincula historicamente no país à população pobre e à população negra.

Tendo em vista que, por uma série de movimentos excludentes, os negros acabaram por se caracterizar como maioria nos territórios periféricos, é comum a associação desses territórios a esse recorte da população. Isso cria uma imagem de perigo que deve ser combatido, que em muito se assemelha à figura dos principais alvos da mortalidade violenta na atualidade: jovens negros e pobres moradores das periferias. É precisamente sobre essa criminalização midiática que a categoria seguinte irá se debruçar.

6.2 Texto jornalístico – linguagem policial: crime e castigo

Neste eixo, discutiremos as formas como os enunciados produzidos e veiculados pela mídia a respeito das mortes de jovens se vinculam à ideia da criminalidade como causa e consequência da violência fatal que acomete a juventude. No quadro abaixo, apresentamos os enunciados identificados nas notícias que se conectam a essa discussão:

Quadro 2 - Enunciados articulados ao Eixo 2

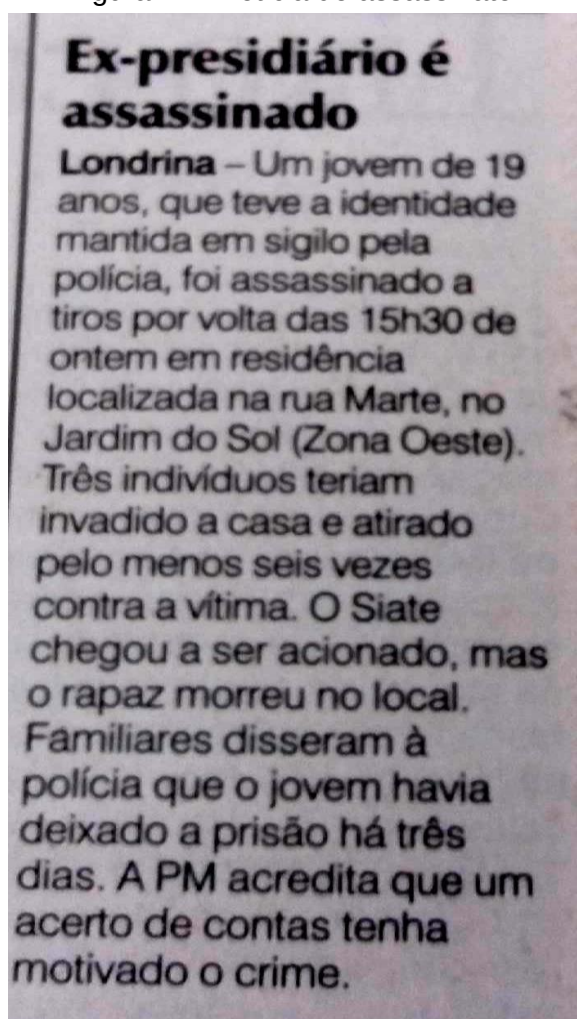
O envolvimento com o crime como elemento que explica, justifica ou torna aceitável a morte violenta
Saiu há pouco da prisão; Cumpria pena por roubo; Causa dos assassinatos é o tráfico de drogas; A polícia também está fazendo levantamento de antecedentes criminais ou passagens por instituições prisionais; Assassinada por dívida com traficante; Comparsa; Briga entre gangues; Já havia cumprido pena de cinco anos; Ficou preso; Não tinha antecedentes criminais; Estava armado quando foi morto; Tinha passagens; Tentativa de assalto termina em morte (capa); Ex-presidiário é assassinado; O jovem havia deixado a prisão há 3 dias; PM acredita que um acerto de contas tenha motivado o crime; Havia sido detido há poucos dias sob suspeita de roubo; Teria passagens pela polícia por tráfico de drogas e outros crimes; Polícia suspeita que ambos os casos tenham relação com disputa por ponto de tráfico de drogas; Já tinham passagem pela polícia; O menor tinha passagens por roubo e tráfico de drogas e havia sido liberado da delegacia a aproximadamente uma semana Delegado admite guerra entre gangues; Morte de dois supostos assaltantes; Segundo a polícia ele possuía passagens por tráfico de drogas e homicídio; Já tinha passagens pela polícia e havia cumprido pena; Já havia cumprido pena por roubo e era apontado como autor de crime em Cambé; Havia saído da cadeia de Cambé há apenas 10 dias; O trio morava em Cambé e já tinha diversas passagens pela polícia; Tinham pedidos de prisão decretados por roubo; Era foragido, acusado de um homicídio; Já tinha sido preso por furto em Cambé; Era morador do bairro e teria cumprido 3 anos de prisão (...) após ser condenado por roubo
Aparato policial e explicação para a violência do Estado
PM de plantão entrou em luta corporal e efetuou disparos; Jovem ferido em confronto com a polícia; Jovem foi baleado em confronto com a polícia; Saíram correndo pela vizinhança e um deles morreu ao trocar tiros com a polícia; PM vai investigar a morte de homem atingido por policiais; Baleado por policiais após fugir de uma blitz na Zona Norte; Ex-pm é condenado a 16 anos de prisão por homicídio – condenado pela morte do estudante de direito; Morreu em confronto com um policial ao tentar assaltar uma barbearia; Morreram após confronto com a polícia; 4 pessoas foram assassinadas e 2 suspeitos morrem em trocas de tiros com a Polícia; Não estão contabilizadas ainda 12 mortes em supostos confrontos entre policiais e bandidos; O sargento e o filho sacaram de suas armas e balearam dois dos assaltantes; Número de mortos por Policiais Militares cresce 140% (capa); Número de mortos pela PM supera 2011; Dois jovens foram mortos em suposto confronto com a polícia no conjunto Novo Amparo; Teriam trocado tiros com os policiais e morreram antes de serem atendidos; Um homem foi assassinado e outros três suspeitos do crime morreram em confronto com a Polícia Militar em Londrina; Os homens reagiram à abordagem dos policiais e houve uma imensa troca de tiros; Assaltante é morto em confronto com a PM (Mateus); PM é acusada de matar namorado policial

Fonte: Elaborado pela autora.

Um dado que aparece de forma expressiva nas notícias selecionadas é a utilização de termos bastante vinculados à linguagem policial, como, por exemplo: antecedentes criminais, tinha passagens, o menor, confronto com a polícia, suspeitos, assaltante, ex-presidiário, bandidos, acerto de contas. A utilização de uma linguagem marcada por termos policiais torna-se elemento importante que chama a atenção em diversos aspectos. Ao lançar mão desses enunciados, essas notícias produzem efeitos de verdade em relação a esses jovens que morrem: ao menos nos aspectos discursivos, eles são popularmente julgados como criminosos.

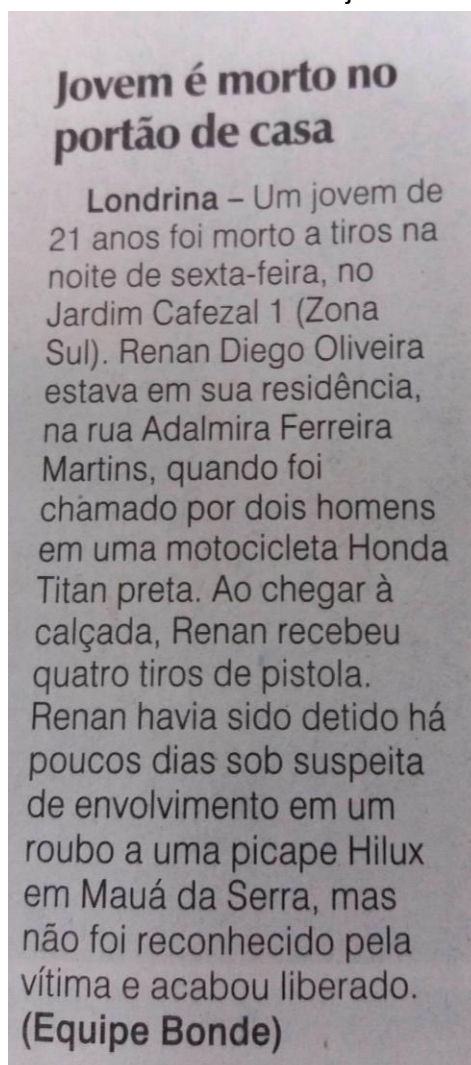
Além do uso recorrente desses termos policiais, nos dados analisados, é bastante comum a disponibilização da informação sobre o sujeito possuir envolvimento com a criminalidade, que aparecem de forma descontextualizada e quase como informação adicional à notícia. Os apontamentos abaixo (Figuras 22 e 23) apresentam alguns exemplos:

Figura 22 - Notícia de assassinato



Fonte: Folha de Londrina, 17 de junho de 2012.

Figura 23 - Notícia de morte de jovem suspeito



Fonte: Folha de Londrina, 04 de junho de 2012.

Observa-se que há uma predominância de três tipos de crimes nas descrições: tráfico de drogas, assalto e roubo. Tal fato, de bastante importância, induz à ideia disseminada socialmente de que se o sujeito era bandido, a morte está autorizada, sendo tais práticas de extrema violência amenizadas pela afirmativa, tantas vezes ouvida nos diversos contextos, de que “bandido bom é bandido morto”.

Essa vinculação da morte ao crime (cometido ou suspeito) parece funcionar como uma estratégia de neutralização da violência ocorrida. Isso se opera a partir de um método de segregação entre cidadão de bem e criminoso, sendo que em relação a este último, toda culpa será castigada. Dessa forma, a mídia reforça a ideia, já aqui discutida, de que a violência está localizada em determinados locais ou grupos sociais, deixando em segundo plano as discussões críticas acerca das desigualdades sociais, bem como as questões éticas e políticas relacionadas às

práticas de violência. Essas questões acabam não sendo consideradas formas de violência “mas elementos que demonstram a fragilidade das instituições para o enfrentamento da mesma” (FREIRE; CARVALHO, 2008, p. 160-161).

A esse respeito, Sudbrack (2004) afirma que, em nosso país, existe uma cultura política que defende a “eliminação física dos ‘inimigos internos’”. Comprova-se tal afirmativa pela existência dos esquadrões da morte dos anos 70 e dos novos grupos de extermínio, surgidos nos anos 80”. (SUDBRACK, 2004, p. 27), cultura essa agravada pelo autoritarismo de Estado, bem como pelas questões socioeconômicas que acabam por marginalizar algumas parcelas sociais da população. O autor acrescenta ainda que “os membros desses grupos excluídos tornam-se o alvo preferido da polícia e das redes sociais que aplicam a vingança privada como tática de eliminação dessas pessoas” (SUDBRACK, 2004, p. 27). Dessa forma,

sob a estrutura jurídica do Estado de Direito, desenvolve-se toda uma cultura da ironia, e mesmo do cinismo, ninguém desconhecendo que a lei só vale para alguns. Assim, não surpreende que a sociedade ajuste suas contas com os criminosos vindos das classes populares sem qualquer preocupação quanto aos direitos fundamentais dos mesmos. A tortura, os castigos físicos, a execução pura e simples de ladrões, a detenção de meros “suspeitos”, a qualquer hora da noite, mantidos presos, depois, todos esses atos que violam a lei representam uma prática constante e habitual da polícia no Brasil (SUDBRACK, 2004, p. 24).

Nesta perspectiva, o alvo da violência se torna uma questão individual, vinculada ao sujeito considerado criminoso e, por consequência, perigoso e desviante, que merece ser castigado, com o apoio populacional. Para aprofundar essa discussão, Foucault propõe a noção de “anormalidade”, constituída como signo de risco/perigo, sendo essa fundamental para a legitimação de noções de normalidade que, historicamente, se materializam em discursos e imagens (Foucault, 2010). Neste sentido, a referência aos “anormais” impõe uma separação daquilo que supostamente não condiz com a norma que, ao segregar, punir e/ou exterminar, busca garantir, pela via da coerção ou do exemplo, a manutenção da ordem social vigente.

A ideia de anormalidade, nesta perspectiva, se constrói como plano discursivo e das práticas sociais, no qual os diversos dispositivos – médicos, psiquiátricos, psicológicos, midiáticos, jurídicos – contribuem para forjar a imagem do anormal, tal como evidenciamos no Capítulo 1. Por meio desses planos, portanto, se consolida a

ideia de que existem parcelas populacionais que, como anormais, não compartilham a vida pública da mesma forma que a população considerada normal.

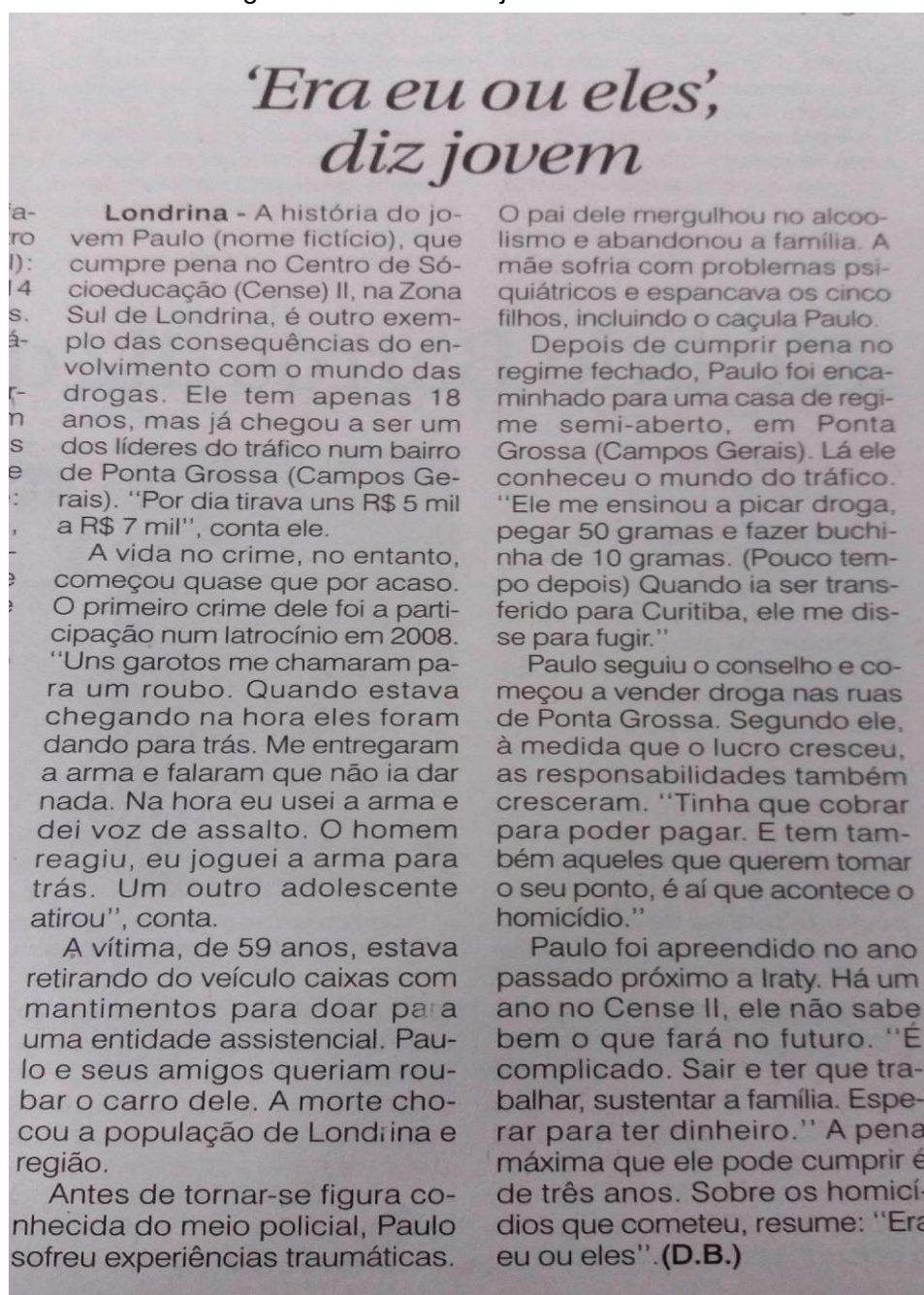
Há, portanto, um movimento de naturalização das classificações sociais, baseadas e afirmadas por discursos diversos de poder-saber, que implicam em formas de olhar os sujeitos a partir de valores conservadores sobre como deve ser gerida a vida. Ao analisar, por exemplo, os efeitos desses dispositivos de controle nos exames psiquiátricos realizados entre os anos de 1955 e 1974, Foucault (2010) tornou visíveis os modos pejorativos como criminosos eram assinalados nesses documentos. Apresentados como “imaturos psicologicamente”, com “profundo desequilíbrio”, “personalidade pouco estruturada” e com “má apreciação do real”, os exames sobredeterminavam os crimes como reflexos de irregularidades fisiológicas, psicológicas e/ou morais (FOUCAULT, 2010, p. 15).

A mídia, na atualidade, participa desse processo de conformação dos ditos anormais, por meio de estratégias discursivas nas quais a criminalidade e a violência aparecem como questões vinculadas a sujeitos individuais que, desde o lugar de anormais, praticam atos considerados desviantes em relação às normas vigentes. Por tais supostas práticas, eles se tornam inimigos perigosos, contra os quais se deve travar uma guerra. E nessa guerra, atos repreensíveis e violentos se tornam legítimos quando cometidos em nome da manutenção da ordem social vigente. A respeito dessa guerra, Ramos e Paiva (2007) afirmam:

Se os altos índices de assassinatos levaram muitos jornais a classificar a situação de violência urbana no Brasil de “guerra” – para desgosto de alguns especialistas – os autores ou os suspeitos de crimes também ganharam status de tropa inimiga. O aumento do número de ocorrências e a repetição diária de atos brutais ou gratuitos acabaram com os resquícios de curiosidade e até fascínio da imprensa sobre a criminalidade. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 57).

No tocante à anormalidade, a notícia a seguir (Figura 24) apresenta alguns elementos relevantes que vinculam o ingresso na criminalidade a questões subjetivas e históricas da vida do jovem, associando sua trajetória no crime à desestruturação familiar e atrelando a instituições correcionais que, em seu caso, parecem não ter funcionado em relação à proposta de readequação à norma social:

Figura 24 - Notícia do jovem criminoso



Fonte: Folha de Londrina, 09 de maio de 2012.

Ao narrar a trajetória de vida do jovem Paulo, internado em um Centro de Socioeducação pelo cometimento de ato infracional comparável ao homicídio, a notícia vai entrelaçando acontecimentos que conformam um jovem que, como consequência dos sofrimentos vivenciados no seio familiar somados ao encontro com o tráfico e uso abusivo de drogas, tem o mundo do crime como espaço de identificação. Os trechos destacados abaixo auxiliam a visualizar alguns desses elementos presentes na notícia:

[...]. Ele tem apenas 18 anos, mas já chegou a ser um dos líderes do tráfico num bairro de Ponta Grossa [...] A vida no crime, no entanto, começou quase que por acaso. O primeiro crime dele foi a participação num latrocínio em 2008 [...] Antes de tornar-se figura conhecida do meio policial, Paulo sofreu experiências traumáticas. O pai dele mergulhou no alcoolismo e abandonou a família. A mãe sofria com problemas psiquiátricos e espancava os cinco filhos, incluindo o caçula Paulo. Depois de cumprir pena no regime fechado, Paulo foi encaminhado para uma casa de regime semi-aberto [...] Lá ele conheceu o mundo do tráfico “Ele me ensinou a picar droga, pegar 50 gramas e fazer bucinha de 10 gramas. (Pouco tempo depois) Quando ia ser transferido para Curitiba, ele me disse para fugir”. Paulo seguiu o conselho e começou a vender droga nas ruas [...] “Tinha que cobrar para poder pagar. E tem também aqueles que querem tomar o seu ponto, é aí que acontece o homicídio” [...] a pena máxima que ele pode cumprir é de três anos. Sobre os homicídios que cometeu, resume: “Era eu ou eles” (FOLHA DE LONDRINA, 09 de maio de 2012).

A vinculação feita entre esses três elementos - jovens, crime e anormalidade (que participa da disseminação de uma ideia de insegurança das quais seríamos vítimas, localizando a figura do inimigo interno que deve ser combatido à juventude) - auxilia na problematização de outro elemento discursivo muito presente nas notícias de mortes de jovens: a morte por suposto confronto com a polícia. No decorrer da leitura dos materiais selecionados para esta pesquisa, deparamo-nos com diversas notícias apresentando relatos sobre mortes ocasionadas por policiais. A notícia de capa do dia 20 de outubro (Figura 25), por exemplo, chama a atenção para o aumento dos homicídios cometidos por policiais:

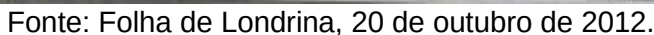
Figura 25 - Notícia de capa sobre violência policial



Fonte: Folha de Londrina, 20 de outubro de 2012.

Tanto os elementos textuais quanto a fotografia escolhida para a manchete chamam a atenção pelo enfoque que dão à questão desse aumento percentual tão elevado de mortes empreendidas por policiais militares na cidade: a defesa de um aumento circunstancial, sem uma intencionalidade, vinculado à morte de criminosos que teriam reagido às operações. A fotografia indica e aponta quem são esses criminosos que reagem e resistem à manutenção da ordem social pretendida pelos agentes da segurança pública: mostra uma mão negra, em um contexto vinculado à pobreza (novamente as paredes sem reboco e o chão bruto), segurando uma arma, sendo, supostamente, de uma pessoa atingida e já morta.

A notícia que segue a manchete também nos auxilia na percepção dessa premissa de guerra ao crime exposta acima. Conforme podemos observar abaixo (Figura 26), é dada importância singular à notícia, que aborda a questão do número de pessoas assassinadas pela polícia no ano, ocupando meia página.



Para auxiliar na visualização da notícia, segue abaixo alguns trechos transcritos. Neles, é possível observar que, ainda que o jornal noticie o fato do aumento das mortes cometidas por policiais, elementos como a ideia do suposto confronto como motivo para a intervenção violenta da polícia, o envolvimento com o tráfico de drogas dos jovens apresentados na notícia e a menção à pessoa que morre como criminoso enunciam que a polícia, nesse caso, estaria realizando seu

trabalho de proteção dos cidadãos de bem, sendo tais mortes efeitos colaterais dessa proteção:

Londrina – Dois jovens foram mortos em um suposto confronto com a Polícia Militar na manhã de ontem no Conjunto Novo Amparo (Zona Norte de Londrina). Com isso já são 12 pessoas mortas em tiroteios com a PM esse ano em Londrina. Em 2011 foram cinco mortos. Somente em outubro foram sete mortos em três ocorrências [...] O crime de ontem ocorreu após uma suposta reação à abordagem policial. Um adolescente de 16 anos e Rafael Alves dos Passos, 20, estavam em uma casa quando os PMs chegaram. Eles teriam reagido, trocado tiros com os policiais e morreram antes de serem atendidos [...] a residência onde ocorreram as mortes era um conhecido ponto de tráfico de drogas da região [...]. Uma das vítimas foi morta no portão e a outra dentro da casa, onde estaria supostamente fazendo a separação da droga.[...] A PM localizou dois revólveres, um calibre 22 e outro 38, no imóvel além de um facão e porções de maconha. A mãe do adolescente reprovou a “atitude violenta” dos policiais e alegou que o filho não estava armado e não tinha passagens pela polícia. [...] Para o porta voz da PM, Capitão Nelson Villa, o aumento do número de mortes em confrontos em relação a 2011 é “circunstancial”. “O policial é preparado para prender e não para matar. Mas quando o criminoso age com agressividade e se prepara para enfrentar o policial a tiros a reação é natural de quem quer preservar a própria vida. É o direito de defesa que qualquer pessoa tem [...]” (FOLHA DE LONDRINA, 20 de outubro de 2012).

A violência policial é constante protagonista de mortalidade de jovens no Brasil, perpetrada principalmente pela Polícia Militar que participa, em grande escala, dos processos de extermínio de jovens das periferias, com o agravante de estar respaldada pela justificativa de proteção da sociedade e garantia da ordem social (SUDBRACK, 2004). Essas práticas de extermínio têm forte ligação com as práticas de violências estatais dos períodos de ditadura no país, que, na época, eram dirigidas àqueles considerados criminosos políticos e disseminadores de ideias contrárias ao poder estabelecido – os que então representavam os inimigos internos que deveriam ser detidos. Com a retomada da democracia, as figuras desse inimigo interno se deslocam para outros sujeitos, que passam a ser os novos alvos dessas práticas violentas. A esse respeito, Sudbrack afirma:

O extermínio de pessoas, prática largamente difundida durante os períodos de ditadura, prolongou-se nos períodos de transição política quando a manutenção da ordem se militariza² (Pinheiro, 1994:49). Entre 1981 e 1989, por exemplo, 3.900 suspeitos e criminosos foram mortos pela Polícia Militar, em São Paulo. Vagabundos, criminosos, prostitutas e menores nocivos tornam-se “inimigos internos”. [...] Após o regime militar, no entanto, as violações de direitos humanos não cessaram. Ao contrário, voltaram aos locais onde sempre

estiveram: delegacias de polícia e prisões onde já se torturava antes do regime militar e onde se continua a torturar (SUDBRACK, 2004, p. 24).

Como já discutido no Capítulo 2, a polícia no Brasil, por seu caráter fortemente repressivo e autoritário, apresenta-se nas periferias enquanto um algoz e não como uma instituição de segurança ofertada pelo Estado. De fato, o cotidiano de trabalho com pessoas moradoras de territórios periféricos e empobrecidos mostra que, para essas populações, a polícia acaba por ser mais um dos atores opressores, tendo em vista que, em larga medida, “o foco da repressão policial não é o *ato infracional*, mas o indivíduo que o pratica” (FELTRAN, 2011, p. 132). Neste sentido, a percepção dos moradores desses territórios é de que estão, a todo o momento, em estado de tensão. Assim, “os moradores de favelas geralmente se encontram em uma posição dramática, pois de um lado há uma polícia na qual não se pode confiar e, de outro, o temor de viver sob a opressão do tráfico de drogas” (RIZZINI; LIMONGI, 2016, p. 38).

Além disso, há que se considerar que a violência e a letalidade policial não são fatos isolados. Elas fazem parte de uma construção social na qual se legitimam práticas violentas cometidas contra algumas parcelas sociais. Construção essa na qual a mídia também está fortemente presente, tendo em vista que ela “contribui, mais do que qualquer outra instituição, para a consolidação e a difusão de conceitos estereotipados” (SOUZA E SILVA, 2007. 95) no tecido social, contribuindo com a disseminação de enunciados que apresentam a desordem social e que levam a população a clamar por mais segurança e pacificação. Nesta perspectiva, a ação repressiva dos agentes de segurança pública no Brasil encontra ecos sociais, que a autorizam e incentivam, em uma política de morte na qual “a tarefa da ordem do dia parece ser a de controlar à força os territórios para os quais já não existe futuro promissor” (HILARIO, 2016, p. 208). Nesse sentido,

O fato de que a Polícia Militar do Rio de Janeiro tenha cometido mais de 10 mil homicídios cometidos entre 2001 e 2011, sendo muitas das vítimas menores de 18 anos (MISSE, 2013), parece-me também ser demonstração destes tempos necropolíticos. Como diz Orlando Zaccone (2015, p. 23-24), “a polícia mata, mas não mata sozinha”, ou seja, “existe uma política pública, na forma de razões de Estado, a ensejar os altos índices de letalidade do sistema penal brasileiro, com destaque para aqueles praticados rotineiramente nas favelas” (HILARIO, 2016, p. 207).

A segurança pública torna-se, muitas vezes, sinônimo de combate à criminalidade tão somente, o que acaba por conformar práticas de governo que reforçam práticas de estigmatização e classificação social. Dessa forma,

quando falamos em segurança pública, não estamos falando somente de criminalidade, mas de determinado projeto de sociedade. O que quer dizer que podemos continuar olhando para essa mesma categoria populacional em um esforço contínuo de manutenção e de estabilização dessa noção de um inimigo interno (Foucault, 2005), ou podemos partir para uma análise sobre os modos como cotidianamente todos nós – enquanto campos de saber, instituições, sociedade civil ou nas relações que estabelecemos uns com os outros – nos envolvemos na construção desses sujeitos perigosos. (GUARESCHI et al., 2012, p. 25).

Os elementos discutidos nesse eixo auxiliam na análise de estratégias discursivas alinhavadas no discurso midiático apropriado de uma linguagem policial que caracteriza o crime como causa para as mortes. Tais estratégias buscam amenizar o fato de que jovens tem sido exterminados, sob práticas extremamente violentas, naturalizando-as sob a justificativa de que seria uma questão que não pertence à sociedade civilizada e de ‘cidadãos de bem’, mas de uma parcela de sujeitos que compõem a imagem da anormalidade e, portanto, do risco e do perigo. Os retratos analisados no capítulo 1 nos mostram que essa vinculação é histórica no país, sendo produzida discursiva e cientificamente pelos discursos médicos, jurídicos e sociológicos, os quais se atualizam na retórica midiática, que reproduz, dissemina e atualiza essas práticas discursivas, fortalecendo as relações por elas construídas.

6.3 A banalização da vida e da morte

A partir das questões identificadas anteriormente, que acabam por justificar atos violentos contra jovens das periferias, chegamos, neste momento, à forma como são enunciadas suas mortes. Observamos que está em curso uma série de estratégias discursivas que banalizam essas mortes ou as tornam impessoais e distantes, isso a partir de diversas nuances textuais e imagéticas, que buscaremos evidenciar neste terceiro eixo de análise. No quadro abaixo, apresentamos os fragmentos encontrados nas notícias que fazem referência a questão em tela:

Quadro 3 - Enunciados articulados ao Eixo 3

Os anúncios das mortes
Homicídio; Foram executados; Assassinado; Jovem é executado; Travesti encontrado morto – Homicídio no Vista Bela; Assassinado durante festa; Adolescente é morto na zona sul; Mulher é morta; Rapaz morre; Adolescente encontrado morto; Jovens assassinados Homem é morto (referindo-se a um jovem de 20 anos); Rapaz é executado em Cambé; Homem é assassinado; Morreu no quintal da casa após trocar tiros com a polícia; Morte de jovem provoca revolta de educadores; Homem morto em moto táxi (22 anos); Jovem morre estrangulada no Litoral; Jovem é morto no portão de casa; Homem é executado a tiros em Londrina; Jovem assassinado com 4 tiros; Dois jovens são executados em Cambé; Homem é morto a tiros no Violim; Mulher é baleada e fica em estado grave; Dois jovens são assassinados; 2 assassinatos em Cambé; Mulher é morta na frente das filhas (21); Adolescente morre em educandário em Piraquara; Dois jovens são mortos a tiros; Travesti é assassinada em Tamarana; Dois jovens foram mortos em Curitiba; Homem é executado na Zona Norte; Mulher assassinada em plena luz do dia; Duplo homicídio choca moradores na Zona Sul; Tiro na cabeça; Jovem é assassinado na Zona Oeste; Jovem é executado no Centro; Jovem encontrado morto em Tamarana; Adolescente de 15 anos é morto a tiros em Londrina; Morre mais um adolescente em educandário; Jovem baleada no rosto não resiste; Jovem é assassinado perto de UPS; Jovem paraplégica é morta a tiros
Estratégias de banalização das mortes de jovens
O cadáver foi encontrado amarrado em um colchonete; O crime deve ter acontecido nesta madrugada (terça-feira), pois ainda havia fumaça e o corpo estava quente; Seis são mortos; O corpo foi encaminhado ao IML; O êxito nas tentativas de homicídio aumentou; Não resistiu aos ferimentos; A vítima; O corpo da vítima foi encaminhado ao IML; Efetuou diversos disparos contra a vítima, que veio a óbito no local; O fim de semana terminou com saldo de 16 assassinatos; As balas atingiram o crânio e o rosto da vítima; Jovem de 21 anos é assassinado pelo padrasto (capa); Corpos de quatro vítimas fatais foram encontrados; 6 são mortos em apenas três dias em Londrina; A briga entre gangues (...) segue deixando um rastro de sangue pelas ruas de Londrina; A execução ocorreu durante a madrugada; Três morrem e dois ficam feridos em tentativas de homicídio; O corpo do rapaz foi encontrado com um tiro no olho e chegou a perder parte da massa encefálica; Saldo violento da noite de sexta-feira no conjunto Vivi Xavier; O corpo estava em avançado estado de decomposição; Dois são assassinados em Londrina;
A violência materializada contra os jovens
Baleados e mortos; Alvejado; Atingido por vários tiros; Morre vítima de disparo acidental; Bala perdida; Atingido por diversos disparos; Executado com tiros à queima-roupa; Baleado; Morto por espancamento; Morto a tiros; Executado com pelo menos três tiros na região da cabeça; Três indivíduos teriam invadido a casa e atirado pelo menos seis vezes contra a vítima; Assassinado com 1 tiro no rosto; A polícia acredita em execução; Morto a tiros na zona norte; Renan recebeu 4 tiros de pistola; Os assassinos chegaram ao local, chamaram-o pelo nome e fizeram diversos disparos de arma de fogo; Assassinado a tiros; Assassinados num intervalo de uma hora em Cambé; Atingido por vários disparos; Levou 6 tiros no tórax e cabeça; Não resistiu aos ferimentos; Não foi possível precisar quantos tiros atingiram a vítima; Levou um tiro na cabeça; executado com seis tiros na cabeça e tórax; Morto com vários tiros na cabeça; Assassinado a tiros; Atingido por um golpe de facão na altura do pescoço; Tiro nas costas; Assassinado com vários tiros de pistola; Encontrados mortos ao lado de um veículo; Morto com um tiro nas costas; Dois homens foram mortos a tiros; O menor foi alvejado por vários disparos em plena luz do dia; Morto a tiros; Foi esfaqueado; Assassinado com vários tiros; Alvejado na cabeça, costas, tórax, braço esquerdo e costela direita; Baleado e esfaqueado; Morto a tiros; Sofreu disparos; Morta com duas facadas no abdômen; Foi encontrado morto na rua onde morava (...) atingido por quatro disparos; Atingido a tiros; Morreu atingido por vários tiros; Morto a tiros dentro de casa; Atingida por vários disparos; Morreu na hora com 2 tiros; Nem mesmo a grande movimentação nas ruas (...) foi suficiente para intimidar dois bandidos, que montados em uma moto, dispararam vários tiros contra os dois jovens; Atingidos por volta do meio-dia; Atingido por um tiro na cabeça; Executado com 2 tiros na cabeça; Emboscada vitimou jovem; Atingido por 4 tiros disparados por uma dupla; Morto com pelo menos 30 tiros por vários homens encapuzados; Atingido por 5 disparos, que acertaram cabeça e tórax; Assassinado com pelo menos cinco tiros; João (25) foi morto por um adolescente de 16 anos com tiros de calibre 9mm, dentro do quintal da própria residência; Assassinada no final da tarde de sexta em frente à própria residência – deram 12 disparos nela

Fonte: Elaborado pela autora.

Iniciamos com duas imagens disponibilizadas no jornal analisado que, a partir de alguns recursos, apresentam aos leitores os corpos matáveis e as vidas banais, referentes a jovens assassinados. A primeira imagem (Figura 27) diz respeito a uma fotografia que compõe uma matéria na qual se noticia a morte supostamente acidental de um jovem:

Figura 27 - Fotografia de um jovem morto



Fonte: Folha de Londrina, 17 de outubro de 2012. Fotografia de Marcos Zanutto.

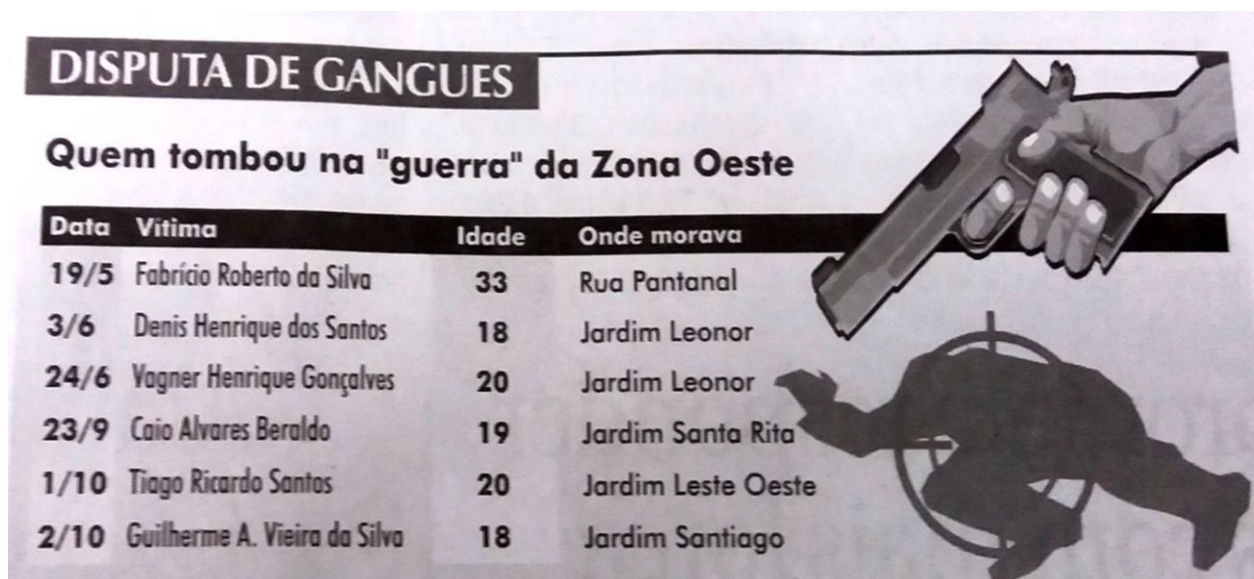
No que se refere à questão da banalização das mortes de jovens, a imagem é exemplar, pois apresenta novamente o enquadre dos pés negros do jovem morto. Há uma recorrência desse tipo de imagem quando aparece nas páginas dos jornais enunciando mortes de pessoas pobres, produzindo uma forma de ver e perceber esses corpos supostamente menos qualificados. A respeito dessa forma de dar visibilidade que a mídia corriqueiramente adota, Souza e Silva (2007) afirma que ela contribui grandemente na produção de versões e estigmas socialmente disseminados e citam o exemplo das fotografias,

quando apresenta os pobres sempre nas piores condições. Para dar entrevista, o intelectual se arruma e tira a foto ao lado da biblioteca. Não se tira fotografia do professor sem camisa, de barriga à mostra. Mas, ao retratar os pobres, prefere-se mostrá-los malvestidos,

despenteados, cercados por crianças sujas, com aspecto de malcuidadas. A mídia não tem pudor de apresentar o pobre na sua pior condição, mas o teria com um indivíduo de classe média (SOUZA E SILVA, 2007, p. 95).

Assim, da mesma forma que se retrata os pobres vivos, como exemplificado pelo autor, ao se retratar esses mesmos pobres em ocasião de suas mortes, eles se tornam pés descalços ou corpos cobertos e, ao mesmo tempo, expostos em vias públicas, fato que não ocorre quando as vítimas pertencem a outras classes sociais, casos nos quais a privacidade é preservada, sacralizando essa vida que é perdida. No caso de pessoas pobres, essa mesma vida é profanada. A segunda imagem (Figura 28), por sua vez, apresenta um quadro com o nome e os locais de moradia de um adulto e cinco jovens que morreram por ocasião de conflitos na região Oeste da cidade, ocorridas no ano de 2012:

Figura 28 - Infográfico 'Disputa de gangues'



Fonte: Folha de Londrina, 11 de outubro de 2012.

Alguns enunciados, trazidos pela imagem, auxiliam a pensar a banalização e naturalização das mortes de jovens de classes populares. A ideia de disputa e de guerra é um deles, que retoma a questão da violência urbana disseminada nos territórios periféricos, que busca circunscrever e delimitar geograficamente as práticas violentas, como já discutido anteriormente. Chama também a atenção a frase utilizada para anunciar as mortes: “Quem tombou na ‘guerra’ da Zona Oeste”. A utilização do verbo tombar, ao invés de morrer, é significativa porque reduz essas vidas a meros objetos – que caem, que tombam – sem mencionar as vidas que foram perdidas. São, portanto, corpos objetificados, com vidas e mortes banais.

Partimos do pressuposto, portanto, de que existe uma hierarquização social das vidas, que legitima algumas vidas como sendo dignas de serem vividas e outras enquanto vidas que não merecem perdurar. A trajetória desse trabalho se constrói na tentativa de compreender como, nas tramas dos discursos e das práticas sociais, a juventude pobre e periférica vai sendo encurralada como um dos grupos que orbita sob o signo de vida indigna ou de vida banal. Assim,

A maior expressão da hierarquização, que culmina na definição de valores diferenciados para a vida, é o destaque concedido pela mídia à morte de pessoas dos setores médios ou dominantes, ao lado da naturalização do massacre cotidiano de moradores da periferia, em particular o que atinge os jovens negros e com baixa escolaridade. Gaspa, jovem rapper do Rio de Janeiro, comentando o fato de uma adolescente morta por bala perdida no metrô ter virado nome de rua, considerou que, se isso fosse feito com todos os jovens pobres que sofrem a mesma desdita, não sobraria rua no Rio para homenagear os personagens históricos, muito menos os políticos (SOUZA E SILVA, 2007, p. 96).

Deste modo, a mídia, e aqui mais especificamente o jornalismo impresso, faz parte de uma complexa rede de interpretação, representação e disseminação de opiniões hegemônicas a respeito desse recorte da juventude, inclusive contribuindo para a construção e perpetuação de noções classistas e racistas (PEREIRA, 2009). A morte desses adolescentes e jovens, portanto, só adquire visibilidade midiática à medida que é possível localizá-la dentro dessa rede interpretativa e representativa, que corrobora a produção da imagem de periculosidade vinculada à juventude das classes populares.

Tal construção, tal como estamos demonstrando nesta apresentação e análise dos dados, se articula por meio de elementos discursivos que conformam uma imagem em relação a este jovem que morre. Conforme discutido no primeiro capítulo, há uma série de considerações produzidas a respeito desses jovens na história brasileira, advindas de saberes com estatuto de verdade e universalidade, que contribuem na formulação desse retrato. A ideia da delinquência vinculada à juventude pobre, nos termos jurídicos, e os estudos médicos, que circunscreviam características biológicas relacionando juventude, pobreza e violência, são exemplos que podemos retomar e que permanecem atuais nos campos discursivos disseminados na contemporaneidade, vinculando essa parcela da juventude à violência.

Observa-se também, a partir da leitura das notícias, a utilização de termos como “executado, assassinado, alvejado, encontrado morto” na anunciação das mortes de jovens. Em alguns casos, esses elementos, que já sinalizam atos de extrema violência, vêm acompanhados de enunciados que remetem a práticas hediondas descritas de forma sensacionalista. Alguns desses enunciados podem ser observados na notícia abaixo destacada (Figura 29):

Figura 29 - Notícia de morte de jovem não identificado

Corpo é achado por trabalhadores

Marcos Roman
Reportagem Local

O corpo de um homem semicarbonizado foi encontrado na manhã de ontem em um fundo de vale da Vila Portuguesa, no cruzamento da Avenida Duque de Caxias com a Rua Atilio Scudeler, às margens do Ribeirão Lindóia (Região Central de Londrina). O cadáver foi localizado pela Guarda Municipal após denúncias de trabalhadores que passavam próximo ao local e avistaram vestígios de fumaça. Devido às queimaduras, não foi possível constatar sinais de tiro ou facadas. O corpo foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML). O crime está sendo investigado pela Polícia Civil.

Segundo Jorge Luiz Audibert, perito do Instituto de Criminalística, o cadáver foi encontrado amarrado em um colchonete e teve cerca de 70% do corpo queimado. “O crime deve ter acontecido nesta madrugada (terça-feira), pois ainda havia fumaça

e o corpo estava quente. Aparentemente trata-se de um jovem, mas somente depois de uma análise minuciosa será possível comprovar essa suspeita”, afirmou.

O delegado de Homicídios da 10ª Subdivisão Policial de Londrina, Paulo Henrique Costa, não descarta a possibilidade de a vítima ter sido morta em outro local e desovada no fundo de vale. “Atream

logo no corpo para eliminar qualquer vestígio do crime. A análise do IML irá revelar se a morte foi causada por tiros ou facadas”, destacou o delegado de Homicídios.

Polícia investiga dois homicídios no João Turquino

João Turquino
O Jardim João Turquino, na Zona Oeste, foi cenário do segundo assassinato em dois dias. Na noite de segunda-feira, Márcio da Silva Santos, 32 anos, foi assassinado

com pelo menos sete tiros, por volta das 21 horas, na Rua Djalma Marques da Silva. Segundo a polícia, ele era condenado por tráfico de drogas e cumpria a pena em regime semi-aberto. O homem estava em casa, foi chamado pelo nome e alvejado ao sair da residência.

Na noite de domingo, a polícia registrou o assassinato de Valdecir dos Santos, 36 anos, na Rua Lenita César. Ele foi alvejado por 15 tiros e morreu no local. Segundo o delegado Costa, Santos também era condenado pela Justiça e cumpria pena por tráfico de drogas em regime de semi-aberto.

“Eu acredito que os crimes estejam relacionados, pois eles possuem um grau de parentesco e cumpriam penas em regime de semi-liberdade”, ressaltou Costa. “Ainda estamos investigando e ouvindo as pessoas, não dá para afirmar nada”, acrescentou, informando que já tem alguns suspeitos. (Colaboraram Vitor Ogawa, Reportagem Local e Guilherme Batista/Equipe Bonda)

Cadáver queimado estava no fundo de vale da Vila Portuguesa



Fonte: Folha de Londrina, 01 de fevereiro de 2012.

A utilização do termo ‘corpo’ e ‘cadáver’ para enunciar o acontecimento, o termo ‘desovada’, o trecho “O crime deve ter acontecido nesta madrugada (terça-feira), pois ainda havia fumaça e o corpo estava quente”, são elementos discursivos que geram efeitos de distanciamento entre o sujeito que lê e aquele que se torna

notícia. Este último, no caso, não aparece enquanto sujeito, dotado de características que o aproximem do leitor. Pelo contrário, é noticiado de forma objetificada, distanciada. A notícia abaixo (Figura 30) também auxilia na visualização de alguns desses elementos:

Figura 30 - Notícia sobre morte por disparo supostamente acidental



Fonte: Folha de Londrina, 17 de outubro de 2012.

Neste caso, chama a atenção a forma como é descrita a condição do corpo do jovem quando encontrado, conforme podemos observar no trecho destacado abaixo:

Jeferson Henrique Gomes, de 19 anos, foi assassinado com um tiro na cabeça na varanda da casa de um colega [...] quando os bombeiros chegaram, a vítima já estava morta. O corpo do rapaz foi

encontrado com um tiro no olho e chegou a perder parte da massa encefálica.[...] (FOLHA DE LONDRINA, 17 de outubro de 2012).

Esses trechos referem que a morte desses jovens adquire visibilidade ao apresentar a violência que os acomete. Mas sua apresentação é feita de tal forma que distancia essa violência do leitor, valendo-se de elementos que abordam o acontecimento de maneira factual, isolada e descritiva. Neste sentido,

Marcondes Filho (1989), ao tratar da imprensa escrita, nos elucida que a notícia é uma informação transformada em mercadoria e para que a mesma se torne “vendável” é necessário que sua apresentação receba requintes sensacionalistas e emocionais, além de uma padronização simplificadora que adapta seus discursos às normas mercadológicas, negando possíveis subjetividades nos fatos (FREIRE; CARVALHO, 2008, p. 152).

Pouco ou quase nada se lê, nessas páginas de jornal, que auxilie na aproximação desse humano que morre a um cidadão. São antes os criminosos, os bandidos ou os usuários de drogas. Pouco ou quase nada se diz da história, das dificuldades e das belezas existentes em suas trajetórias de vida e, por consequência, suas mortes tornam-se fatos corriqueiros e/ou naturais, como se essa parcela da população estivesse “fora das regras válidas para o restante dos cidadãos” (SOUZA, 2012, n.p.). Nas notícias, tornam-se números, estatísticas, mais um corpo para compor o índice de violência na cidade. Não possuem rosto, história, contexto, já que são percebidos enquanto vidas condenadas a um destino fatídico, tendo em vista que

A fragilidade dos laços de pertencimento a esferas sociais consideradas legítimas, pelo ocultamento que a intensidade da vida criminal – ou *vida loka* – lança sobre eles, cria uma espécie de inexistência do indivíduo no mundo percebido como legítimo. Isso faz sentir que, em última instância, sua morte seria apenas a confirmação dessa ausência e, a partir dessa hora, ninguém o reclama (FELTRAN, 2011, p. 78).

Outro elemento que aparece com frequência é a ideia de conflito interno, materializada em enunciados como “eles se matam entre si”, ou “guerra entre gangues”. Tais enunciados, amplamente disseminados no tecido social, mais uma vez circunscrevem a questão da violência a um grupo ou território específico, fortalecendo a noção de distanciamento e de naturalização dessas práticas, como se fossem intrínsecas ao cotidiano dos territórios periféricos e das classes populares. Tal vinculação acaba por tornar previsíveis as mortes de jovens pobres e moradores

das periferias, contribuindo para essa estratégia de banalização de suas mortes e também de suas vidas.

A partir das análises produzidas, é possível observar que a mídia tem contribuído de forma significativa na produção do silenciamento e da indiferença social frente às mortes de jovens no Brasil, isso a partir de uma série de estratégias, discutidas no decorrer deste capítulo. Considerando a importância dos aparatos midiáticos na construção de regimes de verdade na atualidade, dada sua extensão e amplitude de alcance, há que se pensar os efeitos sociais de suas práticas discursivas, tendo em vista que

Não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos – ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades. Ao mesmo tempo, há uma tensa relação entre a mídia e seus leitores: a subjetividade é fabricada e modelada no registro social, mas os indivíduos vivem essa subjetividade tensivamente, reapropriando-se dos componentes fabricados e produzindo a singularização, criando outras maneiras de ser (GREGOLIN, 2007, p. 23).

Junto a outros campos discursivos, a mídia produz, reproduz e dissemina enunciados que reforçam imagens de periculosidade e de anormalidade atribuídas a jovens das periferias, conforme discutido no primeiro capítulo. Nestes campos, esses jovens são apresentados como inimigos sociais que devem ser combatidos, controlados e, em última instância, eliminados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de traçar as considerações finais deste trabalho assume um caráter de provisoriedade, uma vez que não se busca aqui desvelar ou produzir uma verdade. Produzimos saberes, provisórios e em movimento constante, haja vista a infinidade de caminhos que se podem trilhar com o objetivo de concluir uma pesquisa. Entendemos que uma pesquisa não se encerra nas suas conclusões, mas, pelo contrário, mantém-se pulsante em interrogações que nela nasceram e que reverberaram nos encontros incômodos com o cotidiano da problemática abordada.

Neste sentido, vale afirmar que a tessitura deste estudo foi forjada a partir de uma série de questões advindas do lugar social ocupado pela pesquisadora, que atua em políticas públicas e, mais especificamente, na Política de Assistência Social. O cotidiano de trabalho, aliado a leituras conceituais, se constituiu como força motriz para aventurar-se em questão tão violenta, de perguntar-se sobre as mortes de jovens das periferias no Brasil, sendo o desejo, em tela, compreender, ainda que parcialmente, quais as estratégias e os mecanismos que operam socialmente produzindo uma espécie de indiferença frente ao assassinato de jovens pobres no país.

“Por que algumas mortes violentas são sofridas e alardeadas enquanto outras caem no esquecimento?” ou “Como pode a gente achar comum, já quase como um destino, morrer tantos jovens pobres e negros no Brasil?” foram perguntas frequentes que se delinearam durante o processo de investigação e análise proposto neste trabalho. Essa população, antes de morrer, geralmente é direcionada aos serviços públicos de assistência social, ficando a cargo dos psicólogos e assistentes sociais a difícil tarefa de acolher, compreender e participar da elaboração dessas histórias de vida marcadas pela violência (PIVETA; MANSANO, 2014).

Ao realizar esta pesquisa se pretendeu responder a tais perguntas, desde o lugar da Psicologia Social. E foi a partir do discurso que escolhemos pensar essa questão, tendo a mídia como campo discursivo analisado e meio de produção dessa naturalização e silenciamento, com o auxílio de dois conceitos principais, enunciado e historicidade, que demarcam e costuram este trabalho. Durante toda a investigação, considerou-se que é no seio da história que se produzem as problemáticas sociais, bem como os discursos que se disseminam em relação a essas problemáticas. Por onde passamos e onde chegamos?

Primeiramente, a partir das discussões foucaultianas que inserem o discurso no campo das práticas sociais, foi possível analisar a articulação entre juventude, extermínio e enunciados midiáticos. Tal articulação auxiliou na produção de algumas possibilidades de análise da questão, já que a mídia, por seu papel de mediação, oferece aos seus leitores e consumidores versões de uma realidade produzidas a partir de intencionalidades marcadas por posicionamentos políticos específicos de uma classe socioeconômica.

Dessa forma, “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2007, p. 16). No caso da enunciação das mortes de jovens, as análises produzidas neste trabalho apontam que no campo midiático, mesmo quando se noticia a morte de jovens das periferias, são marcados elementos específicos que fazem a vinculação dessa juventude a signos de risco, perigo e anormalidade, ligando suas mortes a uma violência que seria própria de sua natureza e de seu entorno.

Em segundo lugar, cabe ressaltar que a associação entre a juventude das classes populares e violência vem ocorrendo desde longa data no país, mantendo-se como condição de possibilidade para a emergência de enunciados que vinculam a morte dessa parcela da juventude à criminalidade e à anormalidade como algo natural. Os dados estatísticos analisados nos mostram os efeitos sociais dessa vinculação ao apontar que certa parcela da juventude brasileira tem vivenciado uma realidade de violência e extermínio, fato esse que é pouco discutido e problematizado para além dos espaços acadêmicos e de militância.

Ademais, de acordo com as estatísticas apresentadas, homens jovens negros e pobres têm sido os principais alvos dessa prática. Tal fato demonstra que essa violência não é aleatória, mas pautada por uma série de preconceitos e estigmatizações perpetuadas histórica e socialmente e que se produzem, inclusive, a partir dos enunciados midiáticos presentes nos mais diversos meios de comunicação: jornalismo, telenovelas, *blogs* e *sites*.

O terceiro ponto a ser sublinhado nesta finalização é que os efeitos de distanciamento e neutralização do leitor em relação à violência noticiada, operados por uma narrativa que lança mão de uma linguagem impessoal e descritiva, imprimem ao texto jornalístico efeitos de imparcialidade, veracidade e fidelidade ao fato ocorrido. Narra-se a morte como fato corriqueiro, lançando mão ainda de

jargões da linguagem policial, que localizam as mortes fora do circuito dos considerados “cidadãos de bem”, circunscritas a um grupo considerado marginal e popularmente julgado como criminoso.

Os efeitos de naturalização e aceitação social da violência são operados por estratégias de territorialização da violência e do uso reiterado da justificativa sobre o envolvimento com a criminalidade como causa e consequência principal da morte. Gregolin afirma que “as vozes que falam na mídia fazem eco a outros dizeres que vêm de outros lugares da sociedade” (Gregolin, 2007, p. 22). Neste sentido, ao articular envolvimento com o crime e a consequente morte, a mídia reitera discursos que legitimam a execução de pessoas em nome de uma ideia de justiça frente à criminalidade, compreendida não em sua complexidade de fenômeno social, mas como aspecto individual localizado no sujeito considerado criminoso. A juventude, nesse caso, se torna o inimigo social que deve ser combatido pela população “do bem”. O que notamos são efeitos de banalização e impessoalidade, produzidos por imagens e textos que, ao anunciar as mortes, se valem de elementos que objetificam e espetacularizam os corpos e as vidas dos jovens mortos noticiados.

Como quarto ponto, destacamos a exploração de elementos espetaculares nas descrições dos estados físicos em que foram encontrados os corpos e também o uso recorrente da imagem dos jovens mortos, na maioria das vezes, com o enquadre de mãos ou pés no local do assassinato. Suas mortes são profanadas, tratadas desrespeitosamente e reduzidas ao estatuto de fato banal, no sentido de que, ao fim de suas vidas, se tornam corpos estendidos no chão, pequenas notas em jornais e, posteriormente, números em índices estatísticos de violência.

Em relação à questão da violência cometida contra esses jovens, pobres e moradores de regiões periféricas e marginais, cabe sinalizar, como quinto ponto, que o homicídio se configura como o extremo de uma série de violências cotidianas, experienciadas no preconceito, nas práticas de exclusão, na ausência de serviços públicos de qualidade, na presença cotidiana e ofensiva dos aparatos militares das polícias nos territórios que ficam à margem dos centros urbanos, bem como na invisibilidade constante de suas trajetórias, que são reduzidas ao suposto envolvimento com o crime, tratando de forma estereotipada e generalizada esse recorte da população jovem brasileira. Reconhecemos aqui as experiências cotidianas de mortes simbólicas e reais que marcam esses corpos de maneira definitiva. Quando há crime, os dispositivos legais estão instituídos para que

providências sejam tomadas, ainda que possam ser questionadas em sua eficácia. Entretanto, em uma sociedade que se mostra cada vez mais ávida por castigo, a perseguição e o assassinato dessa população jovem, sem mediação legal, dá indícios de uma barbárie que, pode-se dizer, já se encontra em curso.

O cenário posto e analisado nesta pesquisa parece, em um primeiro momento, sufocante, sem saída e com poucas possibilidades de modificação. No entanto, com ensejos de conclusão deste trabalho, faz-se o convite de buscar, ainda que timidamente, algumas brechas e fissuras que nos guiem por caminhos possíveis na criação de novos olhares e produções discursivas a respeito desses jovens.

Assim, como sexto e último ponto, questionamos: Quais seriam as potências de vida que atravessam a realidade posta e a questionam, apresentando a multiplicidade dos modos de existência e as relações sociais que se materializam nas experiências desses jovens? Quais estratégias de resistência se produzem nesse cenário analisado e possibilitam a produção de enunciados outros em relação às vidas e às mortes da juventude brasileira? Como nos aponta Pelbart (2008),

quando parece que “está tudo dominado”, como diz um rap brasileiro, no extremo da linha se insinua uma reviravolta: aquilo que parecia submetido, controlado, dominado, isto é, “a vida”, revela no processo mesmo de expropriação, sua potência indomável (PELBART, 2008, p. 2).

Algumas estratégias já se delineiam no tecido social e, como exemplo, podemos citar aqui os movimentos sociais que denunciam, cotidianamente, as violências sofridas pelas populações das periferias, principalmente as juventudes; as chamadas literaturas marginais, produzidas por pessoas residentes nas periferias que acabam, por meio dos romances e poesias, trazendo elementos do cotidiano nas favelas brasileiras, produzindo outras possibilidades artísticas e literárias para além dos modelos clássicos pelos quais são enunciados; o movimento *hip hop*, que, politicamente, denuncia a partir da arte, do *rap*, dos grafites, as situações vivenciadas pelas juventudes das classes populares; alguns dispositivos midiáticos considerados ‘minoritários’ (*sites*, blogs, revistas) que disseminam e dão visibilidade a questões de violações dos direitos humanos e, neste contexto, noticiam inúmeras mortes de jovens das periferias de forma que, dificilmente, aparecem nas mídias tradicionais.

São experiências e estratégias em curso que apontam para as múltiplas possibilidades de narrar as trajetórias de vida desses jovens. Possibilidades que se apresentam para além das formas já estabelecidas e constituídas como verdades universais e inquestionáveis, fidelizadas por um público consumidor específico e, inclusive, respaldadas por alguns discursos e saberes científicos produzidos de forma descontextualizada.

Neste sentido, o presente trabalho, com seus limites relativos a uma dissertação de mestrado, abre-se para novas questões que priorizam o desafio de continuar interrogando: como pensar, coletivamente, práticas de sociabilidade e políticas de subjetivação que possam tecer caminhos para a invenção de outros tipos de relação com a população estudada? Como produzir olhares outros que destruam as formas hegemônicas por meio das quais tais jovens são vistos? Como repensar esse lugar de margem, geralmente ocupado por essa população, e fazer da própria margem uma potência na produção de outras relações? Como produzir saberes e discursos sobre a juventude e as periferias, a partir do lugar das ciências humanas que ocupamos, articulando um compromisso ético e político em relação aos saberes que produzimos?

Tais questões, longe de pretender respostas verdadeiras, estão aqui colocadas tendo em vista sustentar o incômodo decorrente de acolher a existência com suas complexidades, diferenças e desafios, podendo gerar outros estudos e análises. Quando a academia acolhe, sustenta e problematiza essas questões ela corre alguns riscos. O principal deles é dar visibilidade a uma esfera da organização social vigente que gera violência e distancia, cada vez mais, as populações localizadas em níveis socioeconômicos diferentes de nosso país. Talvez seja precisamente por isso que a academia (especialmente nas ciências humanas, sociais e artes) e também os movimentos sociais estejam sofrendo tantos ataques na contemporaneidade, advindos das corporações econômicas que disseminam, de maneira recorrente, a ideia de que as universidades devem servir exclusivamente às demandas do mercado. Mas os ataques advêm também do próprio Estado que, com suas políticas de austeridade econômica, diminui o fomento a pesquisas e investigações nessas áreas, em especial àquelas que se debruçam sobre os efeitos desastrosos do capitalismo sobre as populações por ele marginalizadas.

Ora, não estaria nessas interrogações, precisamente, uma possibilidade para levar adiante o exercício político a ser acolhido nas diferentes instituições sociais

que vão desde a academia, passando pela cotidianidade dos encontros, até chegar à grande mídia?

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

ABRAMO, H.W. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Escrita, 1994.

ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 73-90, 1997. Número especial - Juventude e contemporaneidade. Disponível em: <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Blog_Direito_de_se_Diferente/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20Tematiza%C3%A7%C3%A3o%20Social%20da%20Juventude%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

ABRAMOVAY, M. et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers**: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 200p.

ABRAMOVAY, M. et al., **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: Desafios para Políticas Públicas, Brasília: Unesco, BID, 2002. 192 p. Disponível em: <http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/1379/2002_Abramovay_Juventud%2c%20violencia%20y%20vulnerabilidad%20social%20en%20Am%C3%A9rica%20Latina%20desaf%C3%ADos%20para%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 12 dez. 2017.

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). **Balas perdidas**: Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência. Brasília: ANDI, 2001. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/andi/balas_perdidas.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

AGUIAR, W.M.J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n2/v26n2a06>>. Acesso em: 23 maio 2017.

AGUIAR, W.M.J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online]**, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000100015>>. Acesso em: 23 maio 2017.

ALMEIDA, S.S. Violência e direitos humanos no Brasil. **Revista Praia Vermelha**. Estudos de Política e Teoria Social. UFRJ/PPGESS, v. 1, n. 11, p. 40-66, 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/Issue/758/268>>. Acesso em: 23 maio 2017.

ANDRADE, F.J.; ANDRADE, R. Raça, Crime e Justiça. In: LIMA, R.S; RATTON, J.L, AZEVEDO, R.G. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 256-264.

ANTUNES, E. Os tempos no discurso do jornal: fotografia, títulos e diagramação. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – UERJ, 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/145512281357671298800014883312243840938.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

AZEVEDO, F.A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

AZEVEDO, R. Menor que “isqueirou” dentista já tinha sido detido cinco vezes. Foi posto na rua pela Justiça, pelo ECA e pela frouxa lei antidrogas. Ou: Hora da Lei de Responsabilidade Moral! **Veja**, São Paulo, 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/menor-que-isqueirou-dentista-ja-tinha-sido-detido-cinco-vezes-foi-posto-na-rua-pela-justica-pelo-eca-e-pela-frouxa-lei-antidrogas-que-alguns-bacanas-querem-ainda-frouxa/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BATISTA, V.M. **Difíceis ganhos fáceis**: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2ª ed. Prefácio de Alessandro Baratta. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, V. M. Mídia e produções de subjetividade: questões da violência. In: **Mídia e psicologia**: produção de subjetividade e coletividade. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/07/livro_midiapsicologia_final_web.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.

BATISTA, V.M. A governamentalização da juventude: policizando o social. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2010000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 set. 2016.

BEATO, C. A Mídia define as prioridades da Segurança Pública. In: RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência**: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

BENITES. A.; JOSINO, J. Detido por morte de dentista foi solto pela justiça há a cinco meses. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2013. p. C4.

BERGER, C. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S.D. (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BERNARDO, R. A construção da ameaça: juventude, delinquência e educação nos primeiros tempos da república no Brasil (1890-1940). In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju. **Anais eletrônicos...**

Aracaju: O Ensino e a Pesquisa em História da Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/386.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRANDÃO, I.B.S.; JARDIM, T.S. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. **Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário UNIEURO**, Brasília, n. 14, p. 131-171, 2014. Disponível em: <[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia14/Iolanda%20Brand%C3%A3o%20e%20Trajano%20Jardim%20\(6\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia14/Iolanda%20Brand%C3%A3o%20e%20Trajano%20Jardim%20(6).pdf)>. Acesso em: 06 out. 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 02 jan. 2017.

BRASIL. **Código de Menores**: Lei nº 6.697 de 10 de Outubro de 1979. Brasília: Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 17 ago. 2016.

CARDOSO Jr, H.R. Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. **Trans/formação**, v. 28, n. 2, p. 105-116, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n2/29417.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

CARVALHO, P.R Violência e Submissão: a gênese da consciência. In: NETO, A.A.; MANSANO, S.R. (Org.). **Paixões tristes**: retratos contemporâneos. São Paulo: Via Lettera, 2012. p. 11-22.

CASSAB, C. Refazendo Percursos: Considerações Acerca Das Categorias Jovem e Juventude no Brasil. **Perspectiva**, Erechim, v. 34, n. 128, p. 39-51, dez. 2010. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_136.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2017.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2016**. Brasília: IPEA. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2016.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2017**. Brasília: IPEA. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em 12 dez. 2017.

CONCEIÇÃO, F. Medo da Cor na Mídia Impressa. In: OLIVEIRA, D.D et al. (Org.). **A cor do medo**. Brasília: Editora UNB, 1998.

CRUZ, E.P. São Paulo registra 15 chacinas este ano; número já é igual ao de 2014. **Rede Brasil Atual**, 01 out. 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/10/sao-paulo-registra-15-chacinas-este-ano-numero-ja-e-igual-ao-de-2014-2444.html>>. Acesso em: 23 maio 2017.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

DIMENSTEIN, G. **A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FELTRAN, G.S. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FISCHER, R.M.B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Porto Alegre, 1996. 297f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. Disponível em: <http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/12/1996_Fischer_Adolesc%C3%Aancia%20em%20discurso%20%20m%C3%ADdia%20e%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20subjetividade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**: Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardins Moraes. Supervisão final do texto Lea Porto de Abreu Novaes et al. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2003.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). 2ª ed. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 8ª ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2012a. 254p.

FOUCAULT, M. **Segurança, penalidade e prisão**. Ditos & Escritos VIII. Organização e seleção de textos Manuel Barros da Motta. Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b.

FREIRE, S.M.F.; CARVALHO, A.S. Midiatização da violência: os labirintos da construção do consenso. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 151-164, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3215/321527162011/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

GOMES, J.C.L. Nota sobre o conceito de epistême em Michel Foucault. **Síntese Nova Fase**, v. 18, n. 53, p. 225-231, 1991. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/1642/1973>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

GREGOLIN, M.R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

GRUPO FOLHA DE COMUNICAÇÃO. Nossa História. s/d. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/grupofolha/>>. Acesso em 05 nov. 2017.

GRUSZYNSKI, A.C. A forma que (in)forma: o projeto gráfico do jornal impresso na contemporaneidade. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2011, Recife. **Anais...** Recife: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/261437732_A_forma_que_informa_o_projeto_grafico_do_jornal_impresso_na_contemporaneidade> Acesso em: 12 dez. 2017.

GUARESCHI, N.M.F et al. Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, p. 19-34, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v64n3/v64n3a03.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes, v. 6, 2000.

HENNIGEN, I. Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 47-53, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/06.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

HILARIO, L.C. Da Biopolítica à Necropolítica: Variações Foucaultianas na Periferia do Capitalismo. **Sapere aude - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 194-210, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/11813>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA (IHA). Organizadores Doriam Luis Borges de Melo, Ignácio Cano. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

JOLY, M. **Introdução à Análise da Imagem**. Lisboa: Edições 70, 2007

LE MOS, F.C.S. et al. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 1, p. 164-176, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100012>. Acesso em: 05 nov. 2017.

LE MOS, F.C.S.; CRUZ, F.F.; SOUZA, G. Tecendo a trama histórica de análise dos documentos com Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari. **Revista do**

Difere, v. 4, n. 7, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/Revista7/Texto%20FI%C3%A1via%20Lemos.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

LONDRINA. **Plano Municipal para a Infância e a adolescência**. Prefeitura do Município de Londrina, Londrina, 2014.

LOPES, R.E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e sociedade**, v. 17, n. 3, p. 63-76, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/08.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

MARTINS, C.B. **O que é sociologia**. 38ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS, A.L; LUCA, T.R. Introdução: Pelos Caminhos da Imprensa no Brasil. In: _____. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELLO, S.L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MENDES, G.L. O Mito da Periculosidade do Jovem na Mídia Impressa Goiana. In: XV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 2013, Rio Verde. **Anais eletrônicos...** Rio Verde: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013. Disponível em <<https://necrivi.cienciassociais.ufg.br/p/11938-o-mito-da-periculosidade-do-jovem-na-midia-impressa-goiana>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MENORES suspeitos de assalto são mortos em confronto com a polícia. G1 Bahia, 08 dez. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/12/menores-suspeitos-de-assaltos-sao-mortos-em-confronto-com-policia.html>>. Acesso em: 06 maio 2017.

MISKOLCI, R. Do desvio às diferenças. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n. 47, p. 9-41, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/43/36>>. Acesso em: 12 dez. 2017

MISSE, M. Sujeição Criminal. In: LIMA, R.S; RATTON, J.L; AZEVEDO, R.G. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2014. v. 45, p. 154-155.

MNMMR, IBASE, NEV-USP. **Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro: MNMMR, IBASE, NEV-USP, 1991.

MOREIRA, R. Descendencia do Alcoolista. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, v. 14, n. 14, p. 41-47, 1928. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/revistadoscursos/issue/view/2368>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

MOSCA, L.S. Subjetividade e formação de opinião na mídia impressa. In: GHILARDI, M.I.; BARZOTTO, W.H. (Org.). **Nas telas da Mídia**. Campinas, SP: Alínea, 2002.

MOTA, A. A fonte da juventude brasileira: Eugenia e saúde nos primórdios do século XX. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 9, n. 2, p. 175-189, 2005. Disponível em: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=156>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

MOTTA, L.G. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S.D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NASCIMENTO, M.L.; COIMBRA, C. A Produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa. **Direitos humanos não tem idade**. Rio de Janeiro: CEDECA/São Martinho, v. 20, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/producao.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

NOGUEIRA, H.F. Imprensa e ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 7-18, jul./dez. 1999.

OLIVEN, R.G. A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência. In: **Violência e cultura no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b8n7j/pdf/oliven-9788579820069-02.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PAIS, J.M. A Construção Sociológica da Juventude - alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

PELBART, P.P. **Vida e morte em contexto de dominação biopolítica**. IEA/USP, 2008. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, ANPED, n. 5/6, 1997. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_04_ANGELINA_PERALVA.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2017.

PEREIRA, L.R.B. A visibilidade da violência e a violência da invisibilidade sobre o negro no Brasil. In: ALMEIDA, M.G.B. (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PEREIRA, P.G.P. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 485-505, ago. 2009.

PIVETA, R.T.A.; MANSANO, S.R.V. O fazer como potência: atuação da psicologia no sistema único de assistência social. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 13, n. 2, p. 14-25, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v13n2/a02.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

RAMOS, S; PAIVA, A. **Mídia e violência**: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RIZZINI, I.; LIMONGI, N.S. Percepções sobre violência no cotidiano dos jovens. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 33-42, jun. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000100033&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 out. 2017.

RODRIGUES, A.D. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S.D. (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SANTOS, E.C. **O lugar da escola para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto**: expressões de direitos, de resistências e de reconhecimentos. 2016. 147f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

SILVA, C.R.; LOPES, R.E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87-106, jul./dez. 2009.

SILVA, L.A.M. “Violência Urbana”, Segurança Pública e Favelas - O Caso do Rio De Janeiro Atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/06.pdf>>. Acesso em 06 set. 2017.

SILVA, L.A.M. Violência e ordem social. In: LIMA, R.S; RATTON, J.L, AZEVEDO, R.G. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, M.P.; FRANCO, G.Y. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, v. 4, n. 8, UFGD - Dourados, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/941/575>>. Acesso em: 12 set. 2017.

SILVA, W.V.N. **Entre ruas que subjetivam, registros do governo da vida e da morte na cidade**. 2013. 166f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a Mídia?** São Paulo: Loyola, 2ª ed, 2005.

SOUZA, M.F.G. Dos campos de concentração às favelas brasileiras: a estratégia política soberana de gestão dos corpos na contemporaneidade. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E XI CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 2012, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/v_congresso/mr_45_-_marcelo_fonseca_gomes_de_souza.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2017.

SOUZA E SILVA, J. **A violência da Mídia.** In: RAMOS, S., PAIVA, A. Mídia e violência: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SUDBRACK, U.G. O extermínio de meninos de rua no Brasil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 22-30, mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200400010004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2017.

TAKEITI, B.A. Juventude(s), modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michel Foucault. In: SPINK, M.J.P.; FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (Org.). **Psicologia social e personalidade** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, p. 59-75. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/xg9wp/pdf/spink-9788579820571-06.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2017.

TARRES, J.P.; MARTÍNEZ, M.; MANSANO, S.R.V. Corpos dóceis: novos contornos. In: NALLI, M.; MANSANO, S.R.V. **Michel Foucault: desdobramentos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

WEIZELFISZ, J.J. **Os jovens do Brasil:** mapa da violência 2014. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência:** Mortes Matadas por Arma de Fogo. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2017.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2016:** homicídios por armas de fogo no Brasil [Internet]. Brasília: FLACSO, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

YGARTUA, F. O medico nas escolas. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, v. 19, n. 19, p. 212-229, 1933, Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/revistadoscursos/article/view/48741>> Acesso em: 12 dez 2017.

ZALUAR, A. A ilusão dos jovens e o crime organizado. **Comunicação & Política**. v.1, n.2, dez. 1994/mar. 1995, nova série, p. 231-250.

Referências de domínio público

“Era eu ou eles’ diz jovem” - Folha de Londrina, Londrina, 09 maio 2012.

“Ex-presidiário é assassinado” Folha de Londrina, Londrina, 04 jun. 2012.

“Homem é executado a tiros em Londrina” - Folha de Londrina, Londrina, 20 jun. 2012.

“Jovem é morto no portão de casa” - Folha de Londrina, Londrina, 17 jun. 2012.

“Número de mortos por PMs crescem 140%” - Folha de Londrina, Londrina, 20 out. 2012.

“Quem tombou na guerra da Zona Oeste” - Folha de Londrina, Londrina, 11 out. 2012.

“Rapaz é executado em Cambé” - Folha de Londrina, Londrina, 01 maio 2012.

ANDRADE, L. E. “Homicídios crescem 82% em Londrina no primeiro trimestre” - Folha de Londrina, Londrina, 04 abr. 2012.

CARREIRA, F.; MARCONI, D. “Suposta brincadeira causa morte” - Folha de Londrina, Londrina, 17 out. 2012.

CARREIRA, F.; MARCONI, D. “Tiro na cabeça” - Folha de Londrina, Londrina, 17 out. 2012.

CHUEIRE Jr, R. “Homicídios crescem 66% na região” - Folha de Londrina, Londrina, 07 ago. 2012.

COSTA, M. “Homem é morto a tiros no Violim” - Folha de Londrina, Londrina, 15 jul. 2012.

CRUZ, L.F. “Número de mortos pela PM supera 2011” - Folha de Londrina, Londrina, 20 out. 2012.

GONÇALVES, E.; OGAWA, V. “Seis são mortos em apenas três dias em Londrina” - Folha de Londrina, Londrina, 04 out. 2010.

MONTEIRO, P. “Motorista assassinado no Mister Thomas” - Folha de Londrina, Londrina, 21 dez. 2012.

MOURA, L.F. “88% dos mortos em confronto são negros” - Folha de Londrina, Londrina, 29 dez. 2012.

ORIKASA, M. "Território cercado pelo medo" - Folha de Londrina, Londrina, 15 out. 2012.

ROMAN, M. "Corpo é achado por trabalhadores" - Folha de Londrina, 01 fev. 2012.